

PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

PERH 2012-2015

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

Ano 2012



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS

PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

PERH 2012-2015

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

Ano 2012

1ª Edição



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS

SÃO PAULO - 2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Governo do Estado de São Paulo

Plano estadual de recursos hídricos : PERH
2012-2015 : relatório de acompanhamento : ano
2012 / Governo do Estado de São Paulo,
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos,
Coordenadoria de Recursos Hídricos. -- 1. ed. --
São Paulo : Coordenadoria de Recursos Hídricos,
2014.

Vários colaboradores.
ISBN 978-85-65214-05-6

1. Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
2. Hidrografia 3. Diretrizes 4. Meta 5. Recursos
hídricos - Brasil 6. Recursos Hídricos -
Planejamento 7. Recursos hídricos - Relatório
8. Recursos hídricos - São Paulo (Estado)
I. Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos.
II. Coordenadoria de Recursos Hídricos. III. Título.

14-11174

CDD-556.18

Índices para catálogo sistemático:

1. Recursos hídricos : Relatório de
acompanhamento : Brasil 556.18



Governo do Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin

Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos

Mauro Arce

Coordenadoria de Recursos Hídricos

Walter Tesch

Departamento de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Ana Lucia Aurélio

Equipe Técnica

Ariane Coelho Donatti
Bruno Franco de Souza
Luís Fernando Borsoi
Marcio da Silva Queiroz
Neusa Lucia Fornasier
Nilceia Franchi
Paulo Roberto de Oliveira Jr.
Ricardo Moreira Casetta
Ricardo Luiz Mangabeira
Sílvio Guilherme H. dos Santos

**Membros do CORHI - Comitê Coordenador
do Plano Estadual de Recursos Hídricos**

Walter Tesch
Rui Brasil Assis
Sonia Vilar Campos
Luiz Fernando Carneseca
Alexandre Liazzi
Zuleica Maria Lisboa Perez
Laura Stela Naliato Perez
Maria Emilia Botelho
Richard Hiroshi Ouno

RELAÇÃO DE PARTICIPANTES DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DO PERH 2012-2015

ESTADO

**SECRETARIA DA AGRICULTURA
E ABASTECIMENTO – SAA**

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI

Ângelo César Bosqueiro

Instituto Agrônomo de Campinas - IAC

Regina Célia de Matos Pires

Instituto de Economia Agrícola – IEA

Ana Maria Pereira Amaral

CASA MILITAR

Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC

Cap. Marcelo Vieira dos Santos

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SDECTI

Fernando Batolla

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

METROPOLITANO - SDM

Heloisa Raymundo Holanda Rolim

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO
DE SÃO PAULO - SEE**

Aparecida Kida Sanches

José Afonso Carrijo Andrade

SECRETARIA DE ENERGIA - SE

Ademir Cleto

Teresa Maria Arruda Lana

SECRETARIA DA HABITAÇÃO - SH

Daniel Afonso de André

Lacir Ferreira Baldusco

**SECRETARIA DE LOGÍSTICA E DOS
TRANSPORTES – SLT**

Marcelo Poci Bandeira

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMA

Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA

Laura Stela Naliato Perez

Arlete Tieko Ohata

Aline Salim

Márcia Renata Itani

Gabrielle Tambellini

Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN

Debora Orgler de Moura
Neide Araújo

Coordenadoria de Educação Ambiental Capacitação, Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos – CEA

Raquel Marmo Azzari Domenichelli
Yara Cunha Costa

Fundação Florestal - FF

Claudette Marta Hahn

Instituto de Botânica - IBt

Ada André Pinheiro

Instituto Florestal - IF

Valdir De Cicco

Instituto Geológico do Estado de São Paulo - IG

Luciana Martin Rodrigues Ferreira

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB

Eduardo Mazzolenis de Oliveira
Fabiano F. Toffoli
Fábio Netto Moreno
Lilian Barrella Peres
Lina Maria Achê
Luis Altivo Carvalho Alvim
Nelson Menegon Júnior
Roberto Xavier de Oliveira
Rosângela Pacini Modesto
Tânia Mara Tavares Gasi

SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS - SSRH

Amauri Pollachi
Ana Laura Pires Nalesso
Hadmilton Gatti
Sônia Vilar Campos

Coordenadoria Estadual de Recursos Hídricos - CRHi

Departamento de Comunicação e Informações Gerenciais – DCIG

Flávia Braga Rodrigues
Márcia Chaves
Saulo Ribeiro Martins
Vagnólia de Macedo

Departamento de Operacionalização do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – DOF

Carolina Miramar de Souza Almeida
Oswaldo Francisco Rossetto Júnior

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Edson José Andrigueti

Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE

Alexandre Liazi
Blás Marçal Sanchez
Gré Lobo
Cecília Cristina J. de Carvalho
José Eduardo Campos
Leila de Carvalho Gomes
Luiz Fernando Carneseca

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE - SES

Cristiane Rezende
Luiz Sérgio Valentin
Rubens José Mário Júnior

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

CBH-PARDO

Aécio Ferreira Murakami

CBH-PCJ

Helena Gonçalves
Regina Ribeiro

CBH-BS

Maria Wanda Iorio
Ricardo K. Oi

CBH-SMG

Irene Sabatino Pereira Niccioli

CBH-MOGI

Marcos Vinícius Lopes da Silva

CBH-SMT

Rosângela Aparecida César

CBH-RB

Ney Akemaru Ikeda
Gilson Nashiro

CBH-BPG

Luciana A. C. Ribeiro de Paula

CBH-TJ

Érica Rodrigues Tognetti

CBH-ALPA

David Ayub
Ana Maria Guttier
Fernando Mazzini

CBH-TG

Hélio César Suleiman

CBH-TB

Graziela Gomes S. Scardovelli

CBH-MP

Emílio Carlos Prandi

CBH-SJD

Lucíola Ribeiro

CBH-AP

Rafael Carrion Montero

CBH-PP

Murilo Gonçalves Cavalheiro
Sandro Roberto Selmo

SOCIEDADE CIVIL

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP

Fernando Rodrigues
Jorge Luiz S. Rocco

Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola - FUNDAG

Orivaldo Brunini

Sumário

APRESENTAÇÃO	XI
1. INTRODUÇÃO	1
2. DESCRIÇÃO DO PROCESSO	5
3. RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PERH EM 2012	9
3.1 Resultados Gerais	11
3.1.1 Evolução do Plano no 1º ano de implementação	11
3.1.2 Perfil do Plano após o 1º ano de implementação	16
3.1.3 Execução Geral do Plano	21
3.2 Resultados por Área Temática	23
3.2.1 Área Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Articulação para Gestão de Recursos Hídricos	23
3.2.2 Área Temática 2 – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos	29
3.2.3 Área Temática 3 – Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos	34
3.2.4 Área Temática 4 – Conservação e Recuperação dos Recursos Hídricos	38
3.2.5 Área Temática 5 – Educação Ambiental, Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informação em Gestão Integrada de Recursos Hídricos	42
3.3 Resultados por Instrumento de Gestão dos Recursos Hídricos	46
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
ANEXO I - Valores relativos ao cumprimento das metas e execução financeira dos componentes específicos que compõem o PERH 2012-2015, por Área Temática	56
ANEXO II - Resposta das instituições às Demandas encaminhadas às instâncias do SIGRH	78
ANEXO III - Critérios de classificação dos Compromissos do PERH por Instrumento de Gestão dos Recursos Hídricos	107

Siglas

Agência PCJ – Agência das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

APA – Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Proteção Permanente

APTA – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CBH – Comitê de Bacia Hidrográfica

CBH-ALPA – Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema

CBH-AP – Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Aguapeí e Peixe

CBH-AT – Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê

CBH-BPG – Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo/Grande

CBH-BS – Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista

CBH-BT – Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Tietê

CBH-LN – Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral Norte

CBH-Mogi – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mogi Guaçu

CBH-MP – Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema

CBH-Pardo – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo

CBH-PCJ – Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

CBH-PP – Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema

CBH-PS – Comitê das Bacias Hidrográficas do Rio Paraíba do Sul

CBH-RB – Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul

CBH-SJD – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados

CBH-SM – Comitê das Bacias Hidrográficas da Serra da Mantiqueira

CBH-SMG – Comitê da Bacia Hidrográfica do Sapucaí Mirim/Grande

CBH-SMT – Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê

CBH-TB – Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê/Batalha

CBH-TG – Comitê da Bacia Hidrográfica Turvo/Grande

CBH-TJ – Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê/Jacaré

CBRN – Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CDA – Coordenadoria de Defesa Agropecuária

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CEA – Coordenadoria de Educação Ambiental, Capacitação, Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos

CEDEC – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

CEF – Caixa Econômica Federal

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CFA – Coordenadoria de Fiscalização Ambiental

CGEB – Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CORHI – Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos

CPLA – Coordenadoria de Planejamento Ambiental

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CRH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos

CRHi – Coordenadoria de Recursos Hídricos

CT – Câmara Técnica

CTEA – Câmara Técnica de Educação Ambiental, Capacitação, Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos

DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica

DCIG – Departamento de Comunicação e Informações Gerenciais

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

DGRH – Departamento de Gerenciamento de Recursos Hídricos

DH – Departamento Hidroviário

EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.

ETA – Estação de Tratamento de Água

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FEHIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos

FF – Fundação Florestal

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FUNDAG – Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola

GERCO – Gerenciamento Costeiro

IAA – Índice de atendimento de Água

IAC – Instituto Agrônomo de Campinas

IBt – Instituto de Botânica

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IEA – Instituto de Economia Agrícola

IF – Instituto Florestal

IG – Instituto Geológico do Estado de São Paulo

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas

IQUS – Índice de Qualidade do Uso do Solo

PBH – Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica

PCNP – Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico

PDMAT – Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê

PEH – Plano Estadual de Habitação

PERH – Plano Estadual de Recursos Hídricos

PMS – Plano Municipal de Saneamento

PNRH – Plano Nacional de Recursos Hídricos

PPA – Plano Plurianual

PPDC – Planos Preventivos de Defesa Civil

PRS – Plano Regional de Saneamento

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

RPPM – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SAB – Sistema Aquífero Bauru

SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SANEBASE – Saneamento e Construções Ltda.

SDECTI – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

SDM – Secretaria do Desenvolvimento Metropolitano

SECOFEHIDRO – Secretaria Executiva do Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos

SE – Secretaria de Energia

SEE – Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

SES – Secretaria Estadual da Saúde

SEVISA – Centro de Vigilância Sanitária

SH – Secretaria da Habitação

SIGRH – Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos

SINFEHIDRO – Sistema de Informações do Fundo Estadual de Recursos Hídricos

SLT – Secretaria de Logística e Transportes

SMA – Secretaria do Meio Ambiente

SSRH – Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

TCCA – Termo de Compromisso de Compensação Ambiental

UGRHI – Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos

USI – Unidade Sanitária Individual

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

Lista de figuras

Figura 1: Composição da base de dados do PERH 2012-2015, por categoria, e encaminhamentos aplicáveis.	8
Figura 2: Evolução dos Compromissos e investimentos previstos no PERH 2012-2015.	11
Figura 3: Distribuição dos novos Compromissos por Área Temática.	12
Figura 4: Nível de atendimento das Demandas.	13
Figura 5: Justificativas apresentadas pelos Executores para o cancelamento de Compromissos.	14
Figura 6: Distribuição dos Compromissos cancelados por Área Temática.	15
Figura 7: Distribuição dos Compromissos por Componente Estratégico.	17
Figura 8: Distribuição dos recursos financeiros por Componente Estratégico.	17
Figura 9: Instituições proponentes de Compromissos.	18
Figura 10: Abrangência dos Compromissos formulados.	19
Figura 11: Distribuição dos recursos financeiros pelas instituições executoras de Compromissos.	19
Figura 12: Fontes dos recursos financeiros do PERH 2012-2015.	20
Figura 13: Fontes dos recursos financeiros do PERH 2012-2015 (exceto SABESP).	20
Figura 14: Distribuição dos Compromissos do PERH 2012-2015 por fonte de recursos.	21
Figura 15: Distribuição dos Compromissos do PERH 2012-2015 segundo o nível de execução.	22
Figura 16: Instituições proponentes dos Compromissos da Área Temática 1.	24
Figura 17: Fonte dos recursos financeiros dos Compromissos relativos à Área Temática 1.	25
Figura 18: Financiamento dos Compromissos relativos à Área Temática 1.	26
Figura 19: Distribuição dos Compromissos da Área Temática 1 segundo o nível de execução.	27
Figura 20: Nível de satisfação com o andamento dos Compromissos da Área Temática 1 que apresentam nível de execução $\leq 15\%$	28
Figura 21: Justificativas dos atrasos na execução de Compromissos da Área Temática 1.	28
Figura 22: Instituições proponentes dos Compromissos da Área Temática 2.	30
Figura 23: Fonte dos recursos financeiros dos Compromissos relativos à Área Temática 2.	30
Figura 24: Distribuição dos Compromissos da Área Temática 2 segundo o nível de execução.	31
Figura 25: Nível de satisfação com o andamento dos Compromissos da Área Temática 2 que apresentam nível de execução $\leq 15\%$	32
Figura 26: Justificativas dos atrasos na execução de Compromissos da Área Temática 2.	33
Figura 27: Fonte dos recursos financeiros dos Compromissos relativos à Área Temática 3.	35
Figura 28: Instituições proponentes dos Compromissos da Área Temática 3.	35
Figura 29: Distribuição dos Compromissos da Área Temática 3 segundo o nível de execução.	36
Figura 30: Nível de satisfação com o andamento dos Compromissos da Área Temática 3 que apresentam nível de execução $\leq 15\%$	37
Figura 31: Justificativas dos atrasos na execução de Compromissos da Área Temática 3.	37
Figura 32: Investimentos previstos na Área Temática 4, segundo as instituições proponentes de Compromissos.	39

Figura 33: Instituições proponentes de Compromissos na Área Temática 4.	39
Figura 34: Fonte dos recursos financeiros dos Compromissos relativos à Área Temática 4.	40
Figura 35: Distribuição dos Compromissos da Área Temática 4 segundo o nível de execução.	41
Figura 36: Justificativas dos atrasos na execução de Compromissos da Área Temática 4.	42
Figura 37: Instituições proponentes dos Compromissos da Área Temática 5.	43
Figura 38: Fonte dos recursos financeiros dos Compromissos relativos à Área Temática 5.	44
Figura 39: Distribuição dos Compromissos da Área Temática 5 segundo o nível de execução.	45
Figura 40: Justificativas pelos atrasos na execução de Compromissos da Área Temática 5.	46
Figura 41: Distribuição dos Compromissos do PERH 2012-2015 por instrumento de gestão.	47

Lista de quadros

Quadro 1: Componentes Prioritários com novos Compromissos.	12
Quadro 2: Componentes Prioritários com maior quantidade de Compromissos não respondidos.	15
Quadro 3: Perfil atual do PERH 2012-2015.....	16
Quadro 4: Justificativas pelo atraso dos Compromissos não iniciados.	23
Quadro 5: Componentes Específicos da Área Temática 1 com apenas um Compromisso não iniciado.....	29
Quadro 6: Componentes Específicos da Área Temática 2 com apenas um Compromisso não iniciado.....	33
Quadro 7: Nível médio de execução dos Compromissos do PERH no ano de 2012, por instrumento de gestão.....	49

Apresentação

O Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH do Estado de São Paulo, é um instrumento de natureza estratégica, estabelecido com a finalidade de orientar a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos. Instituído pela Lei Estadual nº 7.663/1991, o PERH 2012-2015 constitui a 6ª atualização deste instrumento de gestão no Estado de São Paulo.

Fruto de um intenso processo de articulação institucional, o PERH 2012-2015 consolida os compromissos estabelecidos nos diferentes níveis do setor público, das instâncias do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH e das entidades da sociedade civil, configurando o pacto institucional estabelecido em torno da gestão dos recursos hídricos nesse período de referência. Ao final de sua elaboração, entre as principais recomendações das instâncias e instituições envolvidas com a sua implementação, destaca-se a elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento, como ferramenta de monitoramento e avaliação da implementação do PERH.

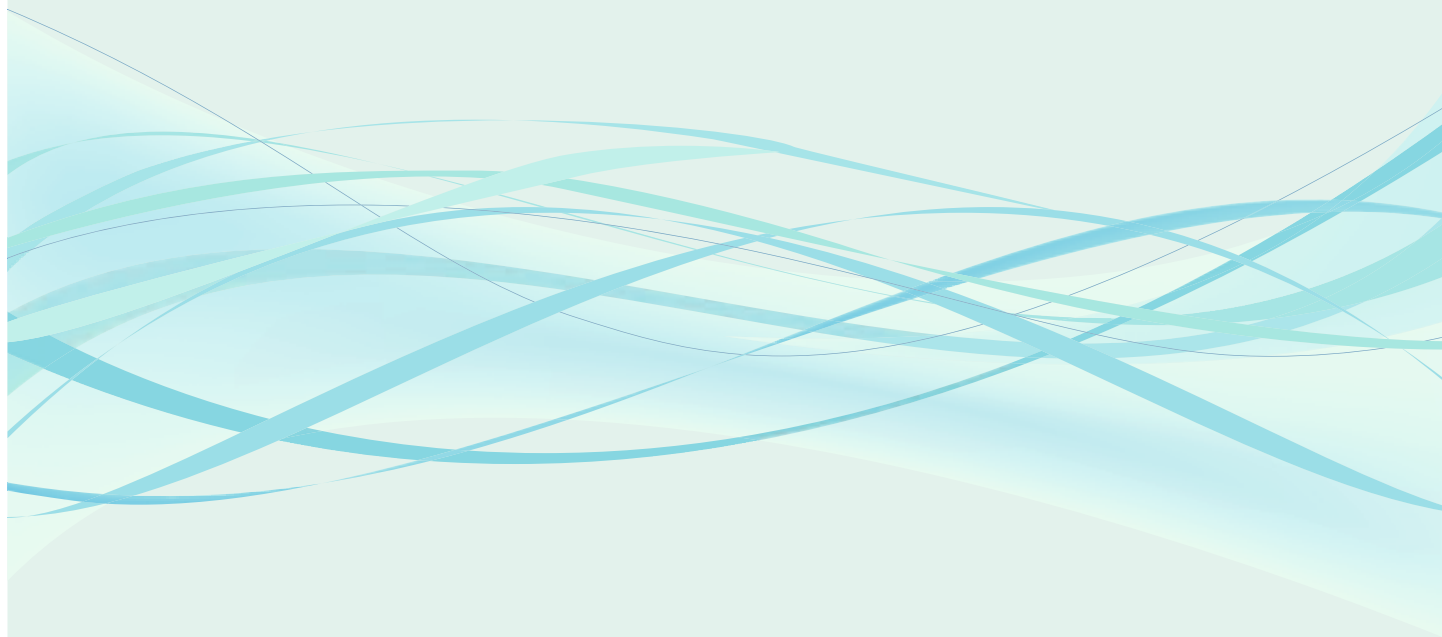
O presente relatório, o primeiro de quatro previstos, procura responder a essa recomendação, apresentando informações que proporcionem um balizamento do quanto as ações do Plano estão sendo implementadas e recomendações para a correção de eventuais problemas. Para tal, contém uma análise minuciosa do andamento dos quase 380 compromissos pactuados: quais as principais fontes de financiamento dessas ações, quais temas estão recebendo mais atenção dos atores do Sistema, qual o grau de abrangência desses compromissos, quais metas estão sendo atingidas e quais estão aquém do esperado.

A elaboração do relatório coube à Coordenadoria de Recursos Hídricos – CRHi da Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos – SSRH, órgão de apoio do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos – CORHI e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH. A CRHi agradece todas as instituições que colaboraram para a elaboração do referido relatório (Comitês de Bacia, Secretarias de Estado e entidades da sociedade civil), notadamente fornecendo informações quanto ao andamento dos compromissos pactuados. Mais do que uma exigência legal, o presente relatório busca ser um instrumento efetivo de acompanhamento das políticas públicas e dos esforços dos Comitês de Bacia voltados à gestão dos recursos hídricos no Estado, apontando, juntamente com o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos, os resultados diretos e indiretos das ações que estão sendo realizadas para se obter água disponível e com qualidade. Este documento encontra-se também no Portal do SIGRH na internet, a fim de permitir sua divulgação para todos os interessados.

Mauro Arce

Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos

1. Introdução





Parque Ecológico do Tietê / Foto: Érica Catarina Pontes

1. Introdução

O Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH 2012-2015 contempla as ações e investimentos propostos para o setor neste quadriênio, estabelecendo as referências para a gestão dos recursos hídricos no território paulista. Em sua 6ª edição, o PERH 2012-2015 teve sua elaboração pautada por avanços importantes no Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH, passados 20 anos de sua instituição. Do ponto de vista do conhecimento adquirido, destacam-se: a disponibilidade de uma base técnica adequada às necessidades de planejamento, construída tanto com as revisões do próprio PERH quanto com o desenvolvimento de estudos específicos; o desenvolvimento dos Planos de Bacias das 22 UGRHIs do Estado; e a elaboração continuada de “Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos”, atualizando informações e análises sobre a evolução do estado das águas no território paulista.

A despeito destes avanços, uma primeira aproximação com os órgãos setoriais representados no Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH, para preparar a atualização do PERH, demonstrou que as instituições apresentavam dificuldades em internalizar o Plano e atingir os objetivos propostos, em razão da ausência de detalhamento das metas e de identificação dos responsáveis por sua execução. Tal constatação coincidiu com o balanço efetuado sobre a execução do PERH anterior, em que foi possível identificar investimentos feitos em recursos hídricos por diferentes órgãos da administração estadual, porém sem informações precisas quanto a metas estabelecidas, volume de recursos comprometidos ou resultados alcançados.

Em resposta a este desafio optou-se pela construção do PERH 2012-2015 sob a forma de um amplo pacto institucional, com envolvimento direto dos setores públicos e privados integrantes dos Colegiados do SIGRH na definição e execução das ações, buscando garantir sua implementação. Este processo de articulação institucional envolveu 13 Secretarias de Estado, as 22 UGRHIs, além de representantes dos municípios

e da sociedade civil. Ao lado disso, o detalhamento dos Compromissos pactuados, em termos de metas, prazos, responsáveis e recursos financeiros foi uma das premissas de trabalho adotadas, com vistas a contribuir para a internalização do PERH nas instituições, bem como possibilitar seu monitoramento.

Desde logo, entendeu-se que tal estratégia iria demandar um acompanhamento mais sistemático e proativo da implementação das ações do PERH por parte do CRH e de suas diferentes instâncias, sob a coordenação do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos – CORHI, bem como das instituições executoras de ações. Entre outros aspectos, o acompanhamento deverá apontar a eventual necessidade de articulações ou ajustes institucionais, visando garantir a concretização das ações pactuadas ou a inclusão de outras, identificadas como fundamentais e passíveis de serem implementadas no período de vigência do Plano. O objetivo final do acompanhamento é proporcionar que o planejamento se constitua, de fato, como um processo.

O presente relatório constitui o primeiro produto da fase de acompanhamento do PERH 2012-2015, nos termos preconizados durante sua elaboração. Neste contexto, reúne os resultados da primeira consulta feita às instituições executoras quanto ao andamento das metas pactuadas no Plano. Seu objetivo geral é apresentar o grau de cumprimento das metas do PERH em seu primeiro ano de implementação. Além disso, são objetivos específicos:

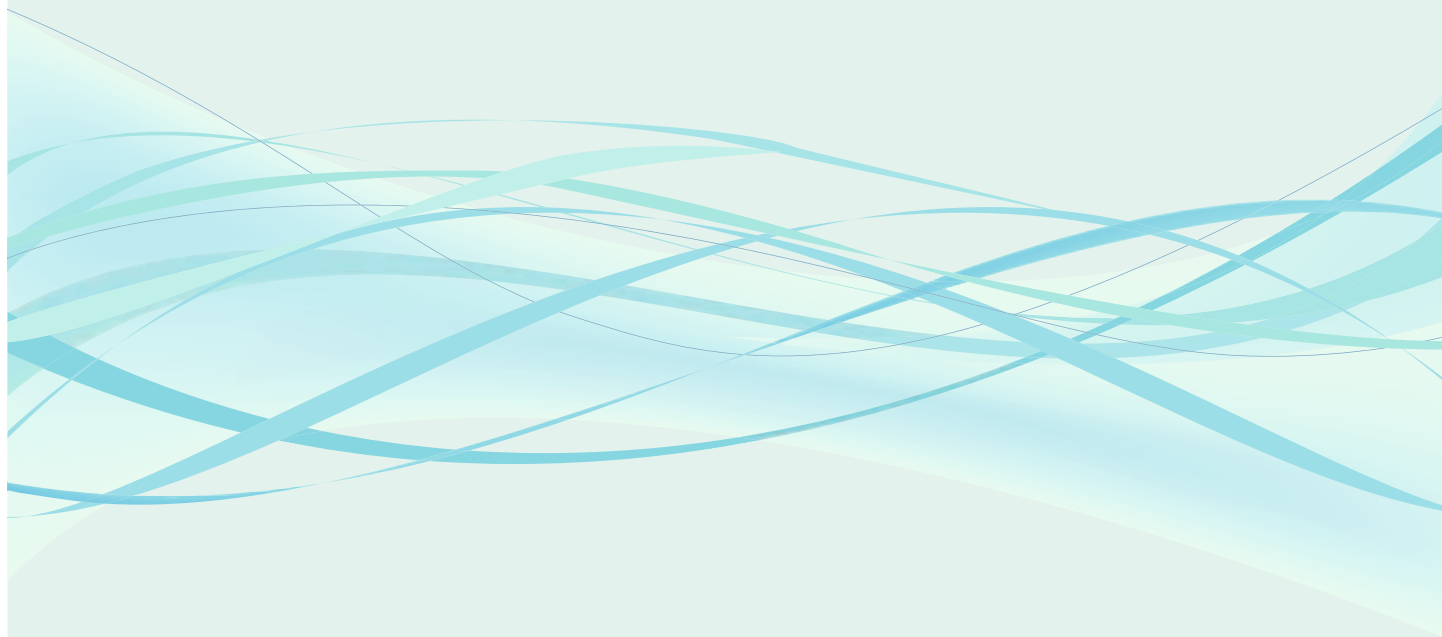
- Dar continuidade ao processo de pactuação, encaminhando demandas formuladas durante a elaboração do PERH;
- Avaliar o grau de inserção dos Compromissos pactuados no Plano Plurianual do Estado;
- Identificar dificuldades para o cumprimento das metas pactuadas;
- Propor *indicadores de acompanhamento* da implementação do PERH.

O relatório está organizado em três partes, além do presente Capítulo, em que se apresenta o escopo do acompanhamento. O Capítulo 2 trata do processo de acompanhamento do PERH, abordando as atividades desenvolvidas e os aspectos metodológicos relacionados. O Capítulo 3 reúne os resultados alcançados, abrangendo o cumprimento das metas pactuadas, a resposta às Demandas, as dificuldades encontradas e as recomendações aplicáveis. Os resultados apresentados são analisados em três níveis: *Geral*, por Área Temática e por *Instrumento de Gestão*. O Ca-

pítulo 4 apresenta um balanço geral do processo, indicando as principais questões a serem consideradas na sua continuidade.

São parte integrante deste relatório três anexos: o Anexo I apresenta os valores relativos ao cumprimento das metas e execução financeira dos Componentes Específicos que compõem o PERH, por Área Temática; o Anexo II apresenta a resposta das instituições às Demandas encaminhadas às instâncias do SIGRH; e o Anexo III apresenta os critérios de classificação dos Compromissos do PERH por Instrumentos de gestão dos recursos hídricos.

2. Descrição do Processo





Usina Hidrelétrica de Barra Bonita / Foto: José Reynaldo da Fonseca

2. Descrição do Processo

O Relatório de Acompanhamento do PERH 2012-2015 é resultado do aperfeiçoamento de um conjunto de ferramentas de análise, delineado ainda durante a elaboração do Plano. As linhas gerais da estratégia de acompanhamento do PERH foram definidas durante a Oficina de Pactuação, realizada ao fim de seu processo de elaboração, com o objetivo de referendar os resultados alcançados até aquele momento e definir as principais linhas de ação a serem adotadas pelo SIGRH, com o intuito de se estabelecer um processo permanente de monitoria e avaliação. Retomando as recomendações relativas ao monitoramento do PERH, feitas pelos representantes dos Colegiados do SIGRH na ocasião, encontra-se:

- A definição de indicadores de acompanhamento padronizados e sua inclusão nos Relatórios de Situação;
- A identificação de interlocutores em todas as entidades relacionadas ao PERH;
- A definição da periodicidade do monitoramento;
- A padronização de instrumentos de monitoramento em conjunto com os CBHs;
- O desenvolvimento de estruturas e metodologias internas em todas as entidades relacionadas ao PERH.

Neste contexto, a definição da estratégia de acompanhamento do PERH consistiu, em grande medida, no detalhamento das recomendações da Oficina de Pactuação. Para a definição das atividades necessárias ao acompanhamento do PERH, foi elaborado um plano de trabalho, com base nas orientações gerais resultantes da Oficina de Pactuação, abrangendo os seguintes aspectos:

- Operacionais – envolvendo a definição do modelo de avaliação (tipo de relatório); sua periodicidade; indicadores de acompanhamento; e informações a serem levantadas;
- Institucionais – abrangendo as responsabilidades e atribuições das instâncias envolvidas no acompanhamento do PERH; a identificação de interlocutores; e as articulações necessárias para as atividades de implementação (Secretarias, Colegiados, ações compartilhadas).

O ponto de partida para o detalhamento da estratégia de acompanhamento foi a definição das informações a serem levantadas, fundamentada no perfil da base de dados. A base de dados do PERH 2012-2015 reúne propostas de diferentes categorias, abrangendo desde Compromissos, em que as instituições assumem a execução de ações/programas, até a formulação de Demandas, quando uma instituição identifica a necessidade de execução de uma ação/programa por outro ente do SIGRH. As Demandas do PERH 2012-2015, formuladas e já avaliadas na etapa de elaboração, obedecem a duas classificações: Atendidas, quando foram assumidas pela instituição demandada; e Passíveis de Serem Atendidas, quando a instituição demandada sinalizou para o atendimento da Demanda, porém estabeleceu condicionantes para tanto.

Um último grupo de propostas é composto por Demandas não Analisadas durante a elaboração do PERH 2012-2015 e que, portanto, ainda dependem de uma avaliação quanto à viabilidade de atendimento. Este perfil da base de dados requer encaminhamentos e o levantamento de dados específicos para que se obtenham as informações necessárias ao acompanhamento do PERH. A Figura 1 apresenta a composição da base de dados, com os encaminhamentos aplicáveis a cada tipo de proposta.

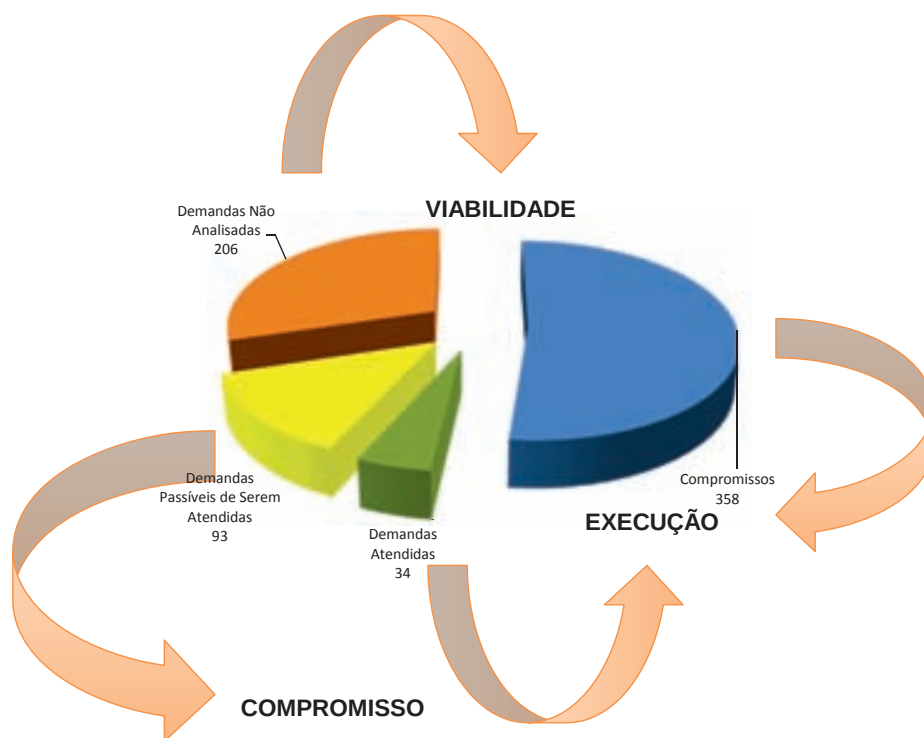


Figura 1: Composição da base de dados do PERH 2012-2015, por categoria, e encaminhamentos aplicáveis.

Resumidamente, o acompanhamento de cada categoria de propostas deve atender aos seguintes objetivos:

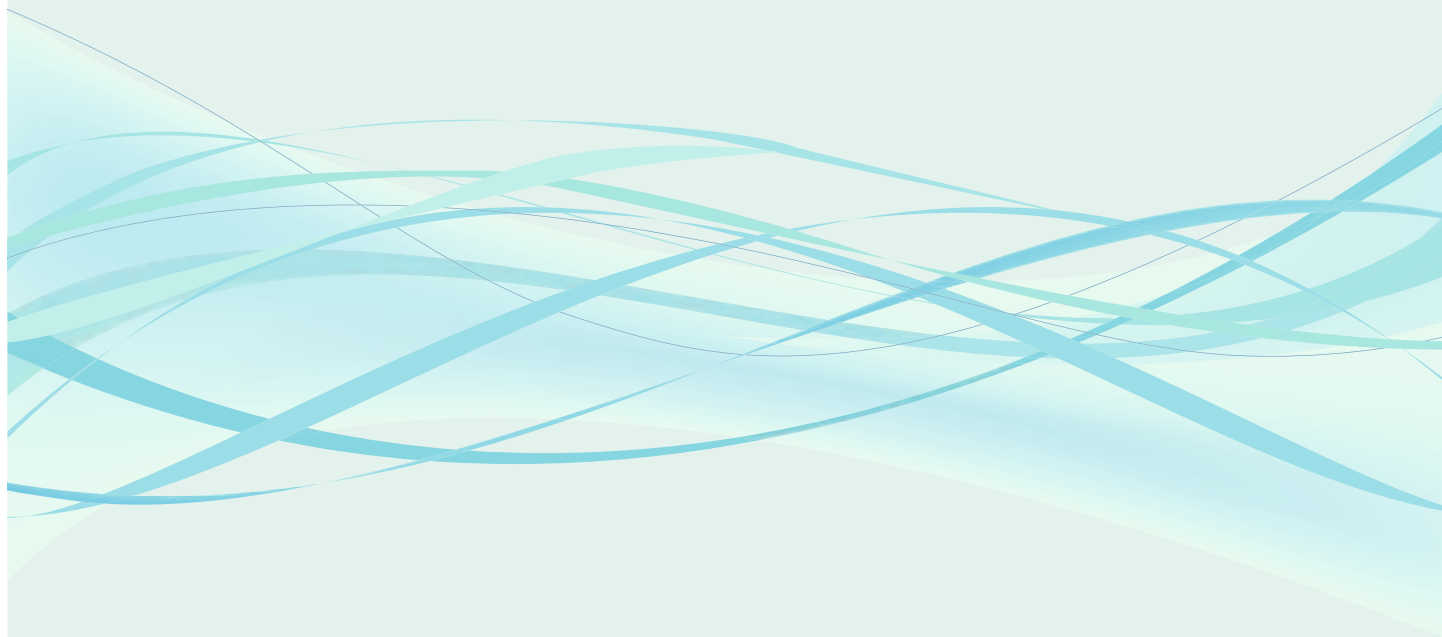
- Compromissos e demandas atendidas: levantamento do estágio de implementação;
- Demandas passíveis de serem atendidas: conversão em Compromissos institucionais;
- Demandas não analisadas: avaliação da viabilidade de atendimento.

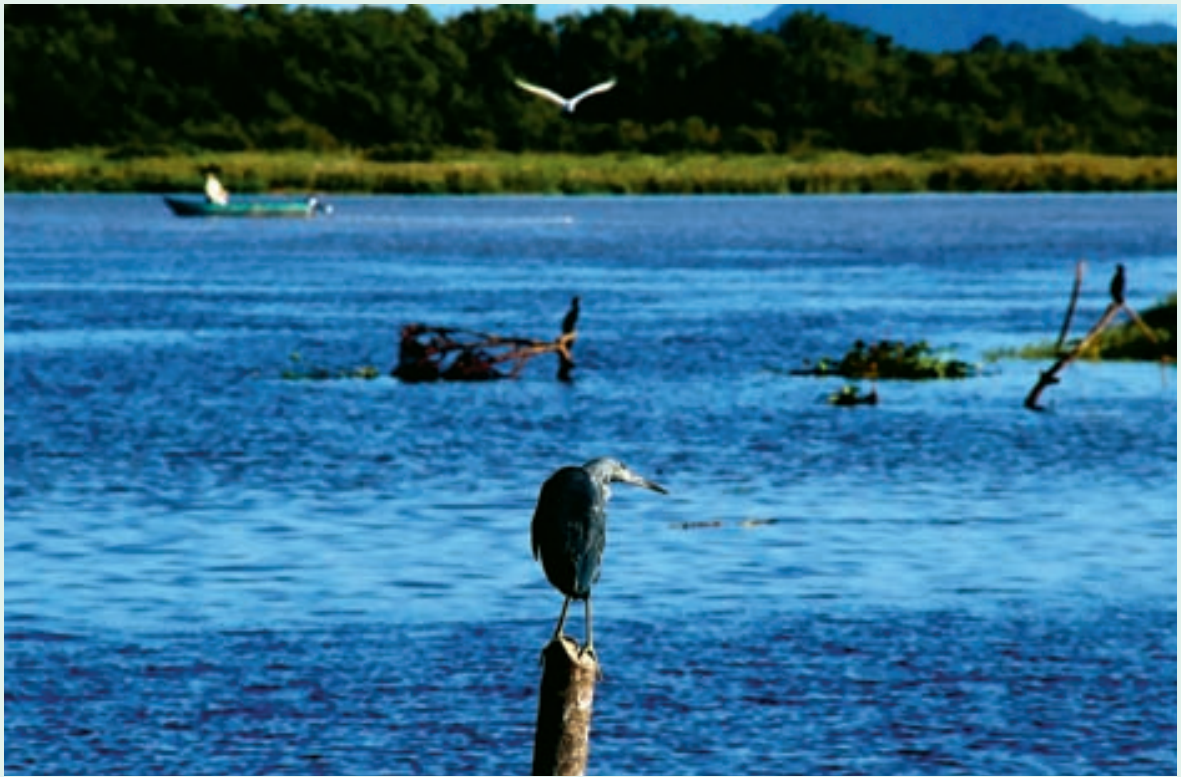
Uma vez estabelecidos os objetivos, procedeu-se à análise dos encaminhamentos necessários para o levantamento das informações. Neste caso, além das classes de propostas, foi necessário considerar outros aspectos, em particular a existência de propostas de ações compartilhadas, com número variável de executores de diferentes instituições. Considerando que parte substancial destas propostas é constituída por Demandas ainda não submetidas a uma avaliação conjunta, o encaminhamento das ações compartilhadas foi considerado prioritário nesta fase do PERH.

Assim, além dos encaminhamentos de praxe, ou seja, do contato com as instituições executoras para o levantamento da situação de cada uma das propostas, a estratégia de acompanhamento considerou a necessidade do agendamento de reuniões conjuntas entre os executores de ações compartilhadas, de modo a se obter um resultado articulado. O produto desse levantamento foi a elaboração de um fluxograma operacional, que subsidiou a definição das questões a serem levantadas para cada categoria de proposta, bem como a operacionalização da base de dados, de modo a atender a esta necessidade.

Concluindo as providências operacionais, definiu-se a estrutura do relatório gerencial, conforme apresentada na Introdução, estabelecendo-se uma periodicidade anual para a apresentação destas informações. A proposta de *indicadores de acompanhamento*, a ser discutida com os CBHs e as Câmaras Técnicas do CRH, é um dos produtos do relatório ora apresentado.

3. Resultados da Implementação do PERH em 2012





Barra do Rio Ribeira de Iguape/ Foto: Marcelo Santucci

3. Resultados da Implementação do PERH em 2012

3.1 Resultados Gerais

3.1.1 Evolução do Plano no 1º ano de implementação

Ao longo de seu primeiro ano de implementação, a evolução do PERH 2012-2015 envolveu tanto o cancelamento de algumas ações por parte dos Executores (34 cancelamentos ou quase 10% dos Compromissos pactuados em 2011), quanto a incorporação de novos Compromissos (52 no-

vas ações pactuadas ou um acréscimo de 15% sobre os Compromissos originais). No cômputo final esta variação representou um avanço médio de 5% no número de Compromissos pactuados e de 4% nos investimentos previstos, como apresentado na Figura 2.

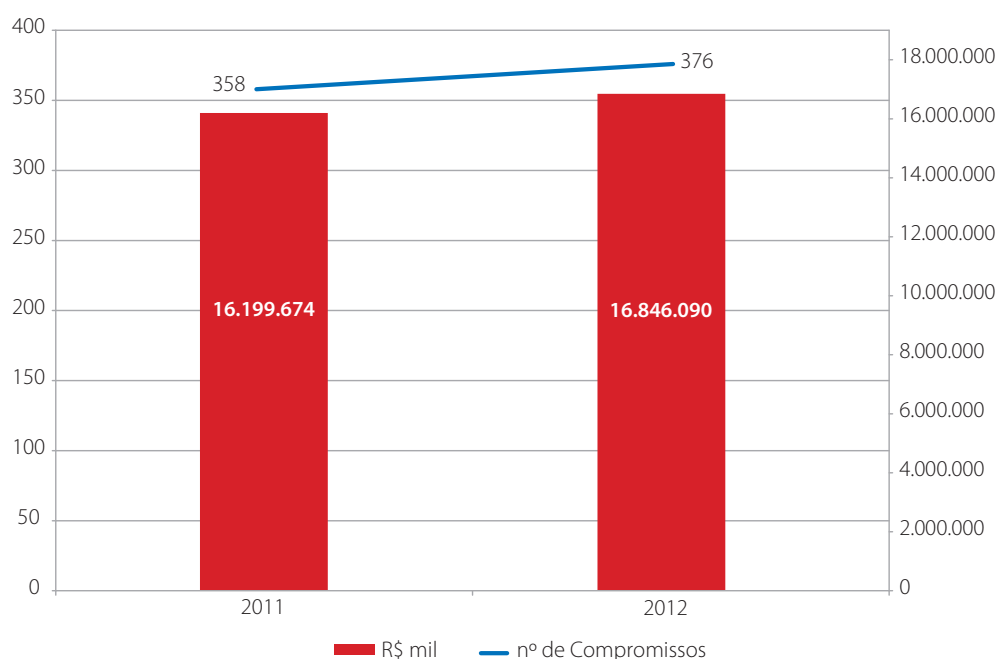


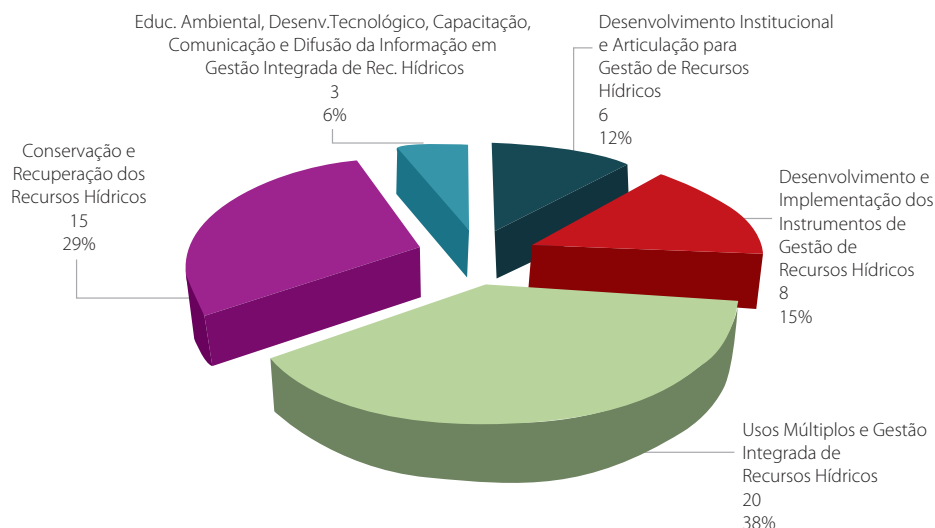
Figura 2: Evolução dos Compromissos e investimentos previstos no PERH 2012-2015.

A elaboração de novos Compromissos durante a primeira rodada de acompanhamento do PERH ocorreu, quase sempre, para atender Demandas das instituições representadas nos Colegiados do SIGRH. Dos 52 Compromissos novos,

28 foram formulados pelo Estado, 20 por Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) e quatro por instituições da Sociedade Civil. A distribuição destes novos Compromissos entre as Áreas Temáticas¹ é a que segue:

1 Os Compromissos do PERH estão organizados em cinco Áreas Temáticas, as quais representam os grandes eixos de discussão - das necessidades, objetivos e prioridades de investimento - utilizados ao longo da elaboração do Plano. Cada Área Temática é hierarquizada em três níveis de agrupamento: Componentes Estratégicos (objetivos orientadores da elaboração das propostas),

Componentes Prioritários (prioridades estabelecidas para a elaboração dos Compromissos) e Componentes Específicos (metas e ações pactuadas pelas instituições). As cinco Áreas Temáticas que compõem o PERH 2012-2015 estão apresentadas no Quadro 3, (item 3.1.2). A estrutura hierárquica completa do PERH 2012-2015 é apresentada no Anexo I.



Total: 52 compromissos

Figura 3: Distribuição dos novos Compromissos por Área Temática.

No total, os novos Compromissos formulados agregam investimentos da ordem de R\$ 2,2 bilhões ao Plano. Contudo, a inclusão de seis Compromissos pela Secretaria de Logística e Transportes, em sua maioria projetos e obras de extensão da Hidrovia Tietê-Paraná, é responsável pela extrema

concentração destes novos investimentos na Área Temática 3 - Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos (99% dos novos investimentos). Em número de Compromissos, verifica-se que mais da metade está concentrada nos seguintes Componentes Prioritários:

Quadro 1: Componentes Prioritários com novos Compromissos.

Componente Prioritário	nº de Novos Compromissos
Promover o uso racional e a proteção das águas subterrâneas	7
Realizar ações para garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos	6
Modernizar e inovar a rede de monitoramento quali-quantitativa	3
Elaborar estudos e implementar ações para melhor aproveitamento dos recursos hídricos no Estado de São Paulo	3
Fomentar práticas e o desenvolvimento tecnológico para otimizar o uso da água	3
Ampliar e recuperar áreas prioritárias para recursos hídricos	3

Conforme mencionado, a maior parte dos novos Compromissos foi elaborada para atender às Demandas. Isto ocorreu com 44 dos 52 novos Compromissos (85%), demonstrando a importância da formulação de Demandas para o PERH 2012-2015. O nível de resposta obtido sugere que as Demandas ajudam a aperfeiçoar o Plano, no sentido de provocar os potenciais executores (ge-

ralmente órgãos do Estado) com propostas diferentes ou complementares àquelas inicialmente formuladas. Tal provocação auxilia as instituições a identificar outras necessidades de atuação, estimulando-as a elaborar propostas para além de uma agenda pré-estabelecida. No cômputo geral o desfecho das 333 Demandas originalmente apresentadas ao SIGRH é o que segue:

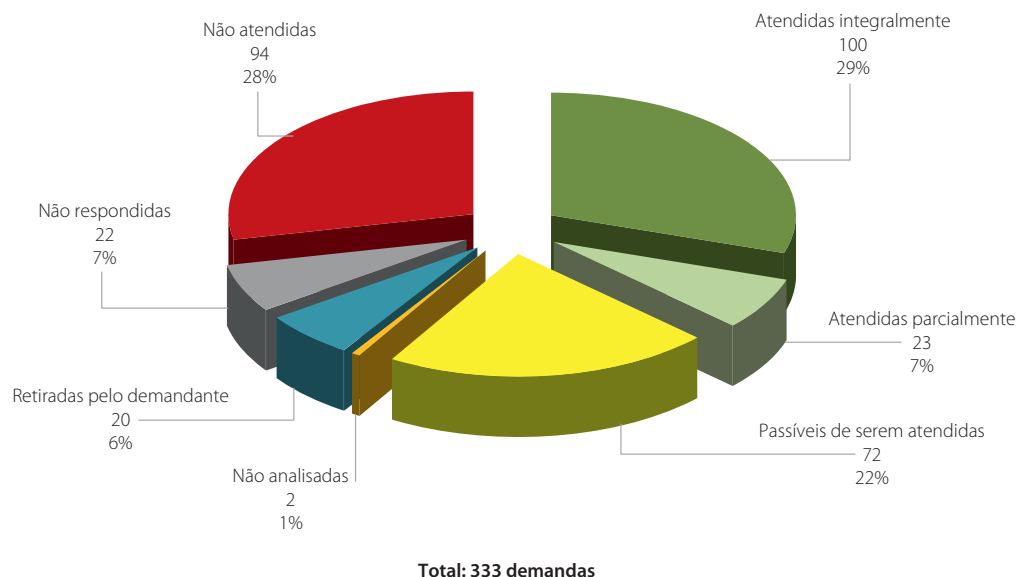


Figura 4: Nível de atendimento das Demandas.

O nível de atendimento das Demandas, ou seja, o total de Demandas atendidas (integral ou parcialmente) por Compromissos (novos ou já existentes) em relação ao total de Demandas formuladas está hoje, após a primeira rodada de acompanhamento do PERH, em 37%. Das 123 Demandas atendidas, 44 (36%) geraram novos Compromissos e as demais foram absorvidas por (ou associadas a) Compromissos já existentes da instituição demandada. Existem ainda outras 74 Demandas com possibilidade de atendimento (entre passíveis de serem atendidas e não analisadas), o que coloca a perspectiva deste índice de atendimento passar dos 50% até o final do Plano.

No outro extremo, registra-se um índice de Demandas não atendidas da ordem de 28%. Entre as principais justificativas apresentadas para o não atendimento de Demandas estão: a avaliação de que o objeto da Demanda não é de atribuição da instituição demandada; ou de que não há recursos financeiros (disponíveis ou previstos) para atender a solicitação. Estas Demandas, assim

como aquelas retiradas pelo demandante (6% do total), deixam de ter qualquer encaminhamento, a partir desta primeira rodada de acompanhamento, considerando-se que não haverá mais tempo hábil para nova análise pelas instituições demandadas, visando um futuro atendimento.

O cancelamento de Compromissos, por sua vez, não foi uma resposta prevista quando da consulta aos Executores. Entretanto, pelas justificativas apresentadas, verifica-se que, assim como na fase de elaboração do Plano, as instituições responsáveis pela implementação das ações buscaram um posicionamento objetivo, orientado para a viabilidade de execução das metas pactuadas. Assim, considera-se que tais justificativas podem ser um indicativo das dificuldades enfrentadas pelo SIGRH, e em particular pelas instituições executoras, para dar conta do escopo do PERH 2012-2015. A Figura 5 apresenta as justificativas apresentadas para o cancelamento de Compromissos nesta etapa de avaliação do PERH 2012-2015.

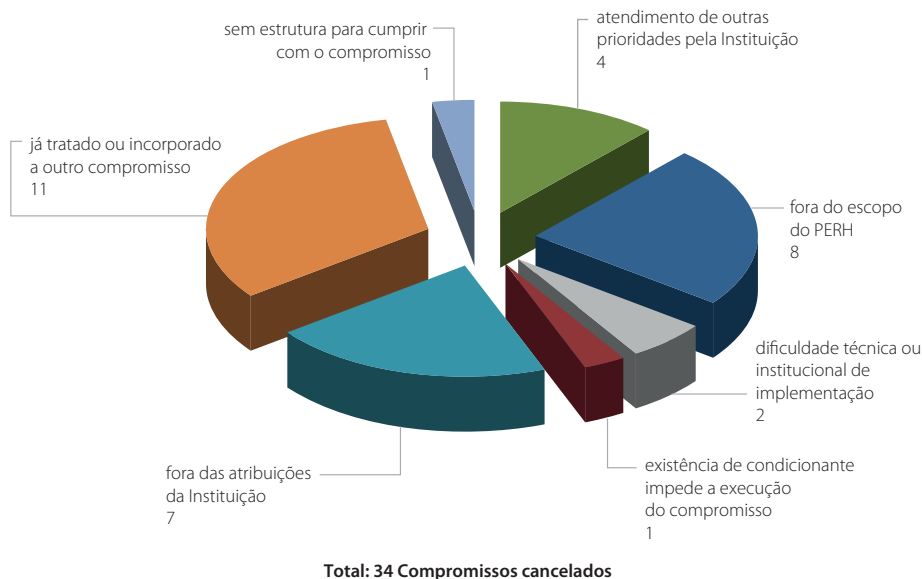


Figura 5: Justificativas apresentadas pelos Executores para o cancelamento de Compromissos.

De início verifica-se que alguns problemas de ordem institucional, como “falta de estrutura”, “condicionantes impeditivas” ou “dificuldades técnicas/institucionais”, não constituíram razões frequentes para o cancelamento de Compromissos, tendo se restringido a quatro das justificativas apresentadas. Dos 34 Compromissos cancelados, 11 foram incorporados a outros Compromissos – por se tratarem de Compromissos duplicados (objetivos ou metas já contemplados em outros Compromissos) ou por se tratarem de Compromissos semelhantes que foram aglutinados em um só. Sendo assim, estes 11 Compromissos, apesar de terem sido cancelados como Compromissos individuais, ainda fazem parte do PERH 2012-2015, uma vez que foram incorporados por outros Compromissos.

A seguir registram-se oito cancelamentos classificados como “fora do escopo do PERH”, abrangendo desde Compromissos de CBHs redirecionados apenas aos respectivos Planos de Bacias, até ações setoriais que tiveram sua pertinência reavaliada frente ao escopo de um Plano Estadual de Recursos Hídricos. O terceiro grupo com mais registros (“fora das atribuições da instituição”) engloba programas que migraram de

Secretarias, instituições que mudaram de atribuição entre 2011 e 2012 e até instituições que reconsideraram o Compromisso, por avaliar que o assunto não deve ser encabeçado pela própria instituição, podendo, no máximo, ser parceira da iniciativa.

A maioria dos Compromissos cancelados (56%) tem abrangência Estadual e inclui, no nível dos Componentes Prioritários, ações relacionadas a “Promover o uso racional e a proteção das águas subterrâneas”, “Desenvolver modelos e consolidar instrumentos financeiros visando estimular a recuperação da vegetação natural pela iniciativa privada e pública” e “Promover a comunicação social, a difusão de informações e a mobilização em recursos hídricos”, sugerindo que estes temas foram empobrecidos em termos de ações e de investimentos. As Áreas Temáticas 3 - Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos, 4 - Conservação e Recuperação de Recursos Hídricos e 5 - Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Educação Ambiental, Comunicação e Difusão de Informação em Gestão Integrada de Recursos Hídricos concentram 73% dos cancelamentos, como mostra a Figura 6.

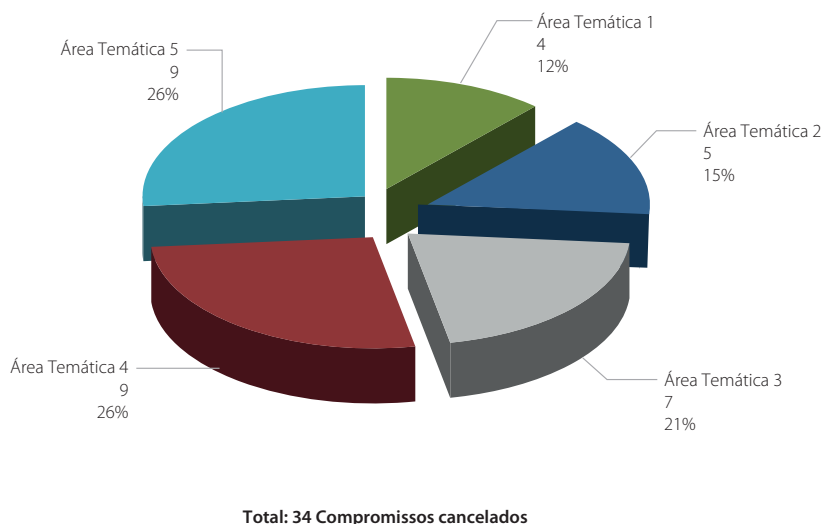


Figura 6: Distribuição dos Compromissos cancelados por Área Temática.

Por fim cabe registrar, para efeito de encaminhamentos posteriores, a presença de 71 Compromissos não respondidos (20% do total), isto é, ações que haviam sido pactuadas em 2011 e para as quais não se obteve resposta quanto ao andamento nesta primeira rodada de acompanhamento. É importante ressaltar que a ausência de resposta para os Compromissos não significa que eles não estejam sendo executados (eles podem estar tanto em execução, quanto concluídos ou nem mesmo iniciados), mas apenas que não houve a respectiva

prestação de contas. Estes Compromissos devem ser reencaminhados para avaliação pelos executores, uma vez que não se trata de ações a terem sua viabilidade avaliada, mas da simples verificação do cumprimento de metas já estabelecidas pelos próprios Executores. Os Componentes Prioritários que mais concentraram Compromissos não respondidos encontram-se listados no Quadro 2. Em termos de abrangência, a maior parte deles refere-se a ações regionais, articuladas entre os CBHs de uma mesma Região Hidrográfica.

Quadro 2: Componentes Prioritários com maior quantidade de Compromissos não respondidos.

Componente Prioritário	nº de Compromissos Não Respondidos
Promover a capacitação e a formação continuada em recursos hídricos	8
Promover a comunicação social, a difusão de informações e a mobilização em recursos hídricos	8
Fomentar a articulação e integração de ações de Educação Ambiental nas bacias hidrográficas	6
Promover a gestão integrada em áreas de mananciais para abastecimento público.	5
Promover a gestão compartilhada entre UGRHs do Estado de São Paulo	4
Integrar as políticas públicas federais, estaduais e municipais com interface em recursos hídricos	4
Promover o desenvolvimento dos instrumentos em planejamento para saneamento	4
Implantar sistema de tratamento de esgoto em meio rural	4

3.1.2 Perfil do Plano após o 1º ano de implementação

Concluída a primeira rodada de acompanhamento, o PERH 2012-2015 chega ao final de seu primeiro ano de implementação com um conjunto

de 376 Compromissos, organizados em 153 Componentes Específicos e perfazendo um total de investimentos da ordem de R\$ 16,8 bilhões. Neste contexto o quadro geral do Plano não variou muito em relação àquele aprovado pelo CRH no final de 2011, apresentando o seguinte perfil:

Quadro 3: Perfil atual do PERH 2012-2015.

Área Temática	nº de Componentes Específicos	nº de Instituições e Colegiados envolvidos	Valor Estimado (R\$)
1 - Desenvolvimento Institucional e Articulação para Gestão de Recursos Hídricos	25	CORHI	17.113.628,80 (0,10%)
		7 Instituições	
		20 CBHs	
2 - Desenvolvimento e Implementação dos Instrumentos de Gestão	28	CORHI	62.634.929,34 (0,37%)
		8 Instituições	
		17 CBHs	
3 - Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos	52	16 Instituições	14.559.358.361,38 (86,4%)
		21 CBHs	
4 - Conservação e Recuperação de Recursos Hídricos	33	14 Instituições	2.189.031.756,75 (12,95)
		18 CBHs	
5 - Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Educação Ambiental, Comunicação e Difusão de Informação em Gestão Integrada de Recursos Hídricos	15	12 instituições	17.951.679,00 (0,11%)
		20 CBHs	
TOTAL	153	-	16.846.090.355,27

Para uma avaliação de quais Compromissos vêm sendo priorizados no Plano, as figuras a seguir apresentam tais informações desagregadas por Componente Estratégico e fornecem os principais destaques. Em números absolutos, verifica-se que os Compromissos que receberam mais atenção dos formuladores de ações no Plano foram: 1) Revitalização de bacias hidrográficas, envolvendo projetos e ações de recuperação de áreas prioritárias para recursos hídricos e controle de processos erosivos; 2) Promoção da Edu-

cação Ambiental como estratégia para a gestão de recursos hídricos; 3) Ampliação, manutenção e aperfeiçoamento do Saneamento no Estado de São Paulo; 4) Aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento dos recursos hídricos; 5) Aperfeiçoamento da estrutura e funcionamento do SIGRH; e 6) Ampliação da oferta e otimização do uso da água do Estado de São Paulo. Apenas estes seis Componentes Estratégicos abrangem quase 70% dos Compromissos firmados, como apresentado na Figura 7.

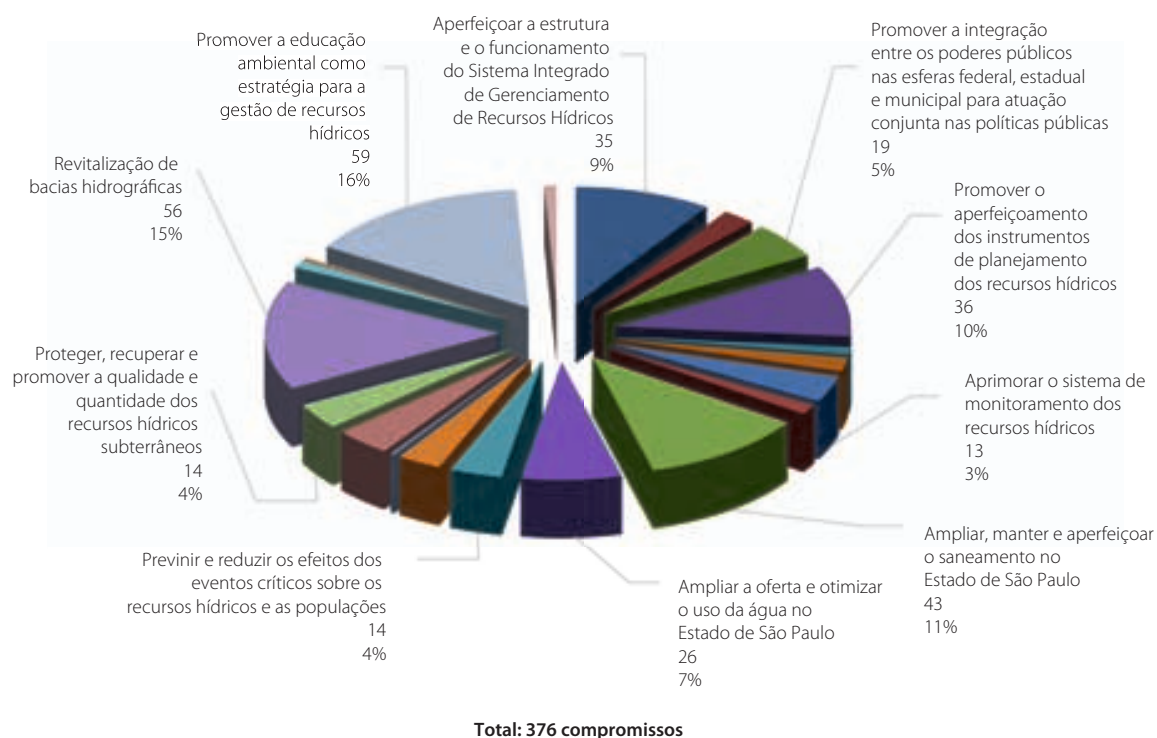


Figura 7: Distribuição dos Compromissos por Componente Estratégico.

Em termos financeiros permanece a importância do Saneamento (quase R\$ 12 bilhões ou 71% do PERH), seguido por novos Compromissos do Estado relacionados a Usos Múltiplos (Hidrovia Tietê-Paraná e Hidroanel, com outros

R\$ 2 bilhões) e, em terceiro lugar, a recuperação de Mananciais (R\$ 1,5 bilhão). Estes três Componentes respondem por 92% dos recursos financeiros previstos no Plano, como mostra a Figura 8.

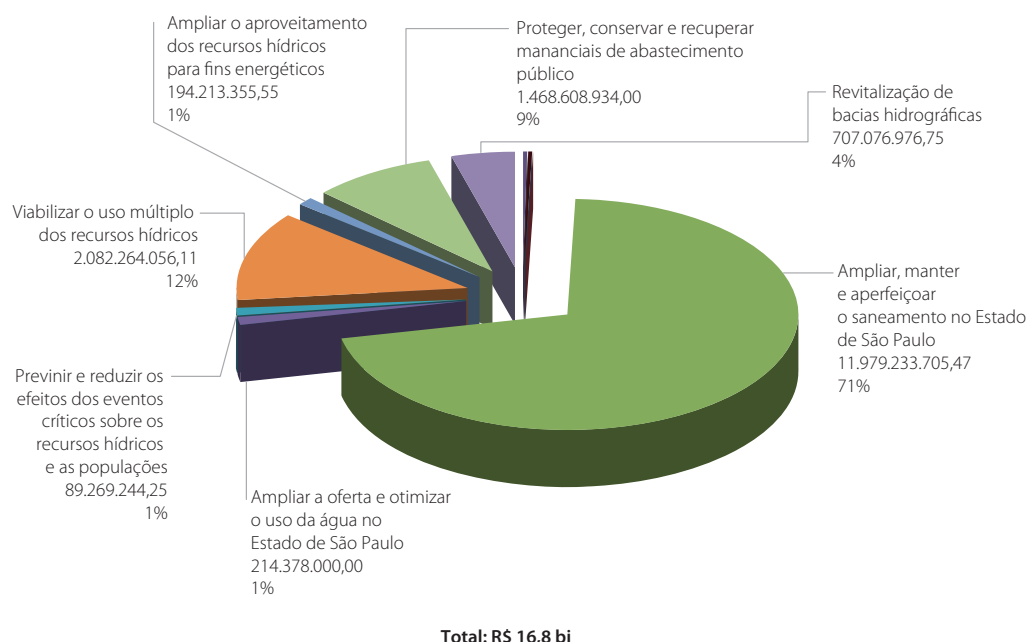


Figura 8: Distribuição dos recursos financeiros por Componente Estratégico.

No que se refere ao perfil dos Executores, o PERH 2012-2015 engloba Compromissos de todos os segmentos representados no SIGRH, como resultado do processo de pactuação ocorrido durante a fase de elaboração. A Figura 9 apresenta o perfil das instituições formuladoras de Compromissos no PERH 2012-2015, destacando, entre as instituições estaduais, a SABESP (devido ao grande valor em investimentos financeiros no PERH) e os órgãos gestores do SIGRH (em função de suas

atribuições específicas relacionadas à gestão da quantidade e qualidade dos recursos hídricos). Os formuladores da maior parte dos Compromissos são os Comitês de Bacias (de forma bem distribuída entre eles), seguidos pelas Secretarias de Saneamento e Recursos Hídricos, de Meio Ambiente e de Agricultura e Abastecimento (com seus respectivos órgãos vinculados). Vale mencionar que estas três Secretarias concentram 86% dos Compromissos firmados pelo Estado.

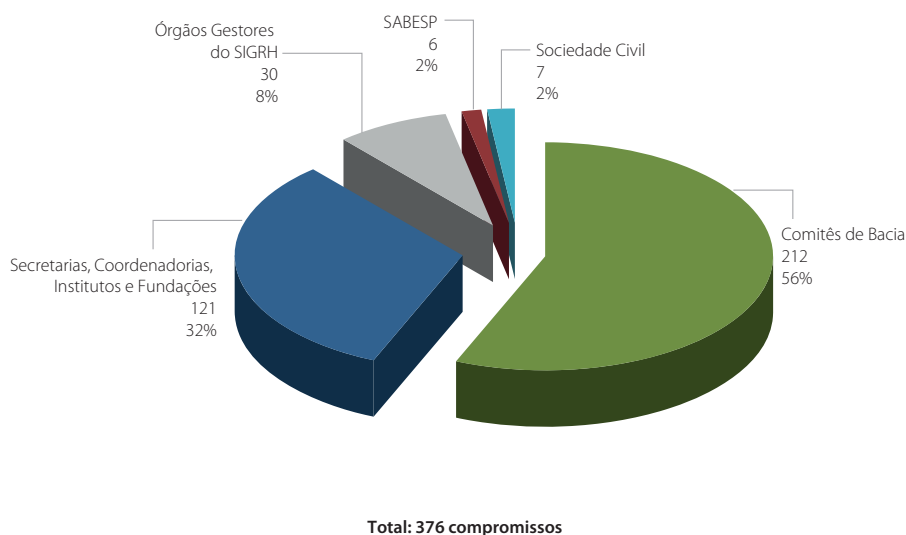


Figura 9: Instituições proponentes de Compromissos.

Quanto à abrangência dos Compromissos verifica-se uma correlação direta entre instituição proponente e abrangência da proposta (Figura 10). Assim, 55% dos Compromissos possuem a

UGRHI como abrangência, ao mesmo tempo em que 56% deles foram formulados por Comitês de Bacias. A mesma correlação se verifica entre os Compromissos de abrangência Estadual e as

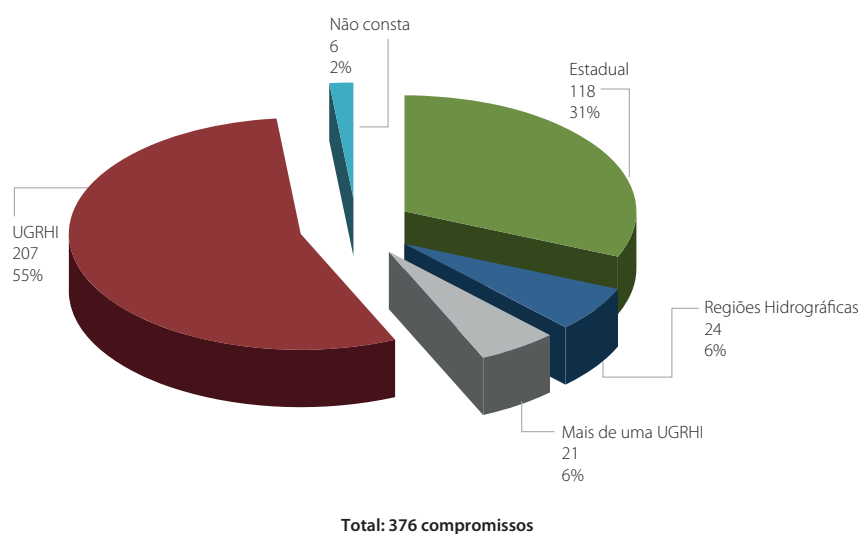


Figura 10: Abrangência dos Compromissos formulados.

Secretarias de Estado. O destaque com relação a esse aspecto fica por conta dos Compromissos com abrangência de mais de uma UGRHI e, em especial, daqueles que abrangem Regiões Hidrográficas, na maioria dos casos, formulados pelos CBHs, de forma conjunta. Estas propostas representam um esforço de articulação institucional que, para atingir os resultados pretendidos, demandam um acompanhamento sistemático pelas instâncias do SIGRH, em que pese o baixo índice de respostas obtido na presente etapa.

Em termos financeiros, no entanto, o destaque deixa de ser os Comitês de Bacias e passa a ser a SABESP, em decorrência do alto valor financeiro dos seus investimentos, relacionados ao abastecimento de água e à coleta e tratamento de esgotos. Sob este aspecto a SABESP tem importância equivalente às Secretarias de Estado e dos Órgãos Gestores do SIGRH, como apresentado na Figura 11.

Com relação ao financiamento geral do Plano², constata-se que os recursos para implementar as ações advêm, majoritariamente, de financiamentos obtidos junto a bancos de fomento (BNDES, BID, BIRD, CEF, etc.), do Tesouro do Estado (SSRH, DAEE, EMAE, SLT, etc.) e da receita própria das instituições, com destaque para a SABESP (Figura 12). Estas três fontes são responsáveis por 87% dos recursos financeiros alocados no PERH 2012-2015. Porém, como a SABESP apresenta valores financeiros muito acima da média das demais instituições, por responder por 53% dos investimentos previstos no Plano, a retirada de seus Compromissos da base de cálculo dá uma visão diferenciada do financiamento do PERH. Neste caso, ganha relevância o Tesouro do Estado como principal fonte de financiamento do Plano, com 56% dos recursos (R\$ 4,4 bilhões), seguido pelo Orçamento da União (18%) e por recursos provenientes de financiamentos (17%), como mostra a Figura 13.

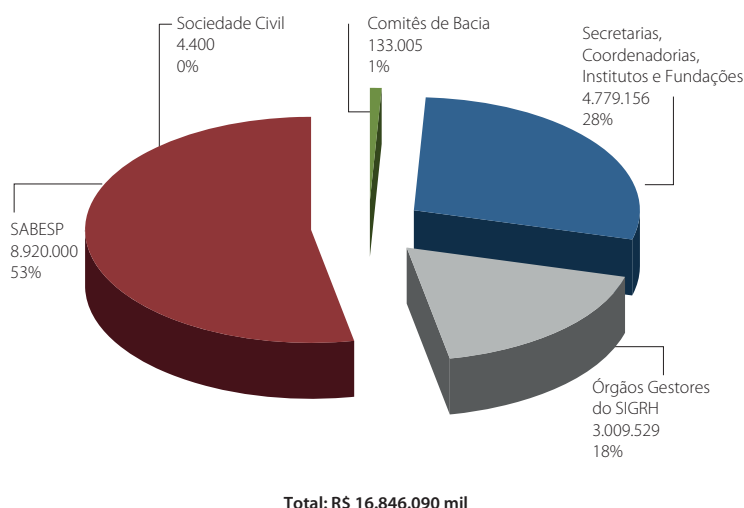


Figura 11: Distribuição dos recursos financeiros pelas instituições executoras de Compromissos.

2 As análises sobre fontes de financiamento apresentadas neste Relatório contemplam apenas os valores informados nos Compromissos já existentes (para os quais houve resposta das instituições) e em novos Compromissos, desconsiderando os Com-

promissos não respondidos, uma vez que as informações aí disponíveis (previsões originais) não se encontram em grau de detalhe suficiente para esta avaliação.

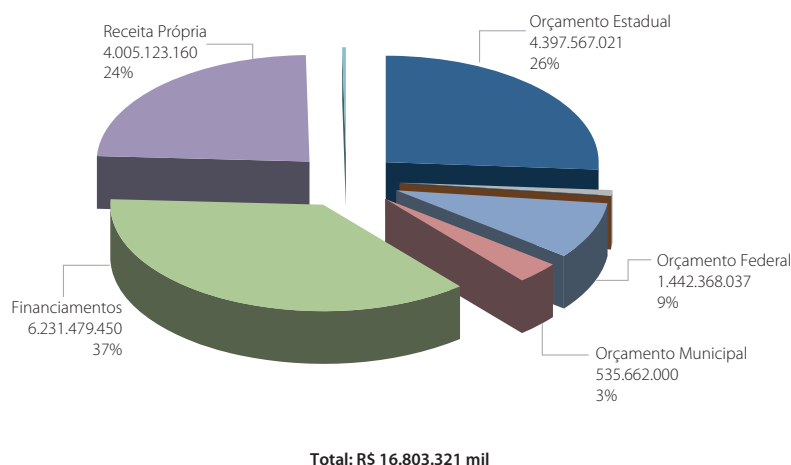


Figura 12: Fontes dos recursos financeiros do PERH 2012-2015.

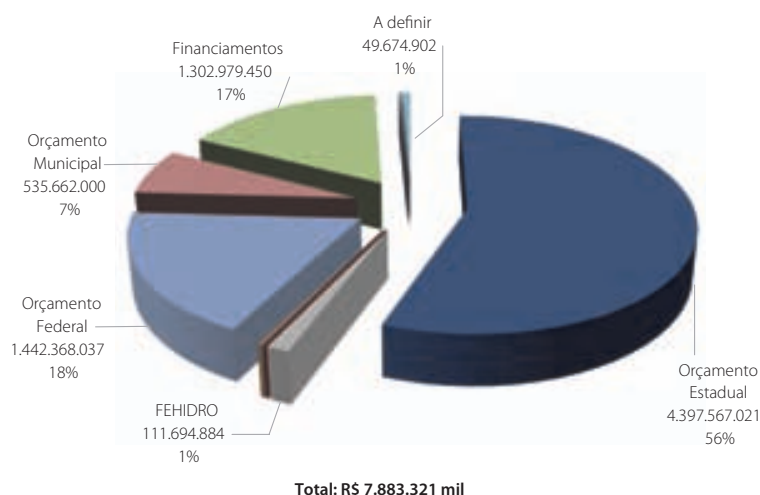


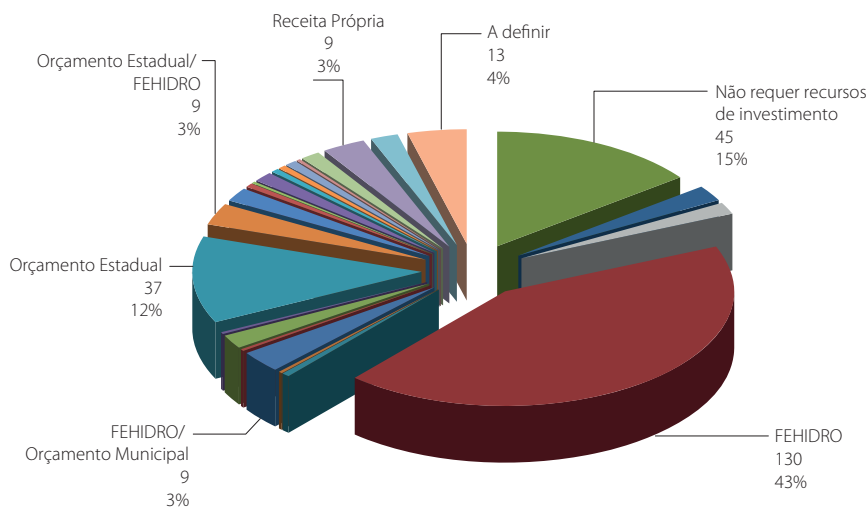
Figura 13: Fontes dos recursos financeiros do PERH 2012-2015 (exceto SABESP).

O Orçamento da União financia, principalmente, Compromissos relacionados aos Usos Múltiplos (Hidrovia Tietê-Paraná e Hidroanel) e à recuperação de Mananciais. Em ambos os casos, no entanto, os recursos Federais não são a única fonte de financiamento, compondo-se com o Tesouro do Estado e/ou com recursos de financiamento. Os financiamentos estão presentes, também, em Compromissos relacionados à ampliação das redes de monitoramento, ao saneamento, à ampliação da oferta e otimização do uso da água, à melhoria da drenagem de águas pluviais, à prevenção de desastres naturais, à recuperação de áreas prioritárias para recursos hídricos e à recuperação da vegetação natural.

Com relação ao Orçamento Estadual, a informação mais relevante a destacar refere-se ao grau de aderência dos Compromissos pactuados ao Plano Plurianual do Estado (PPA), o que reflete a internalização das ações relacionadas a recursos hídricos pela administração pública e repercute na valorização do PERH entre as políticas setoriais. De

acordo com as respostas dos órgãos setoriais, do total de 64 Compromissos financiados, pelo menos em parte, pelo Orçamento do Estado, 39 (62%) estão previstos no PPA, tendo sido identificados os Programas/Ações correspondentes, em cada caso. Por outro lado, as instituições responsáveis por outros 19 Compromissos (quase 1/3) não souberam informar se eles estavam previstos no PPA e quais as respectivas rubricas contábeis. O valor financeiro dos 39 Compromissos identificados soma R\$ 3,3 bilhões, restando sem vinculação 25% dos recursos atribuídos ao Orçamento do Estado.

Por fim, além das três fontes majoritárias de recursos, merece destaque o papel do FEHIDRO como suporte financeiro da Política Estadual de Recursos Hídricos. Neste caso, apesar de financeiramente pouco relevante no total do Plano (menos de 1% dos recursos previstos), verifica-se que alguns Compromissos dependem fortemente destes recursos para serem executados. A Figura 14 apresenta as fontes de recursos financeiros do Plano, por



Total: 305 compromissos

Figura 14: Distribuição dos Compromissos do PERH 2012-2015 por fonte de recursos.

quantidade de Compromissos financiados, mostrando que o PERH é suportado por uma diversidade razoável de fontes, sendo mais diversa ainda a combinação entre elas em cada Compromisso.

Por este recorte, que privilegia o número de ações, constata-se que a maioria delas é financiada³ pelo FEHIDRO, pelo Tesouro do Estado ou por uma combinação destas com outras fontes. Importante registrar que parte dos Compromissos firmados requer apenas recursos de custeio das instituições para ser executados, situação esta identificada sob a classificação “não requer recursos de investimento”, tendo atingido 15% dos Compromissos pactuados.

Entretanto, quando se considera apenas os recursos de investimento, verifica-se que o FEHIDRO financia integralmente 130 Compromissos (43%), enquanto o orçamento do Estado financia apenas 37 (12%), em patamar equivalente ao dos Compromissos que dispensam a alocação de recursos. Além dos Compromissos que dependem exclusivamente do FEHIDRO para serem executados, outros 28 dependem de uma combinação deste com outras fontes de financiamento, elevando a participação do Fundo a mais da metade dos Compromissos do Plano.

3 A Figura 14 apresenta as principais fontes de financiamento do PERH, cobrindo 83% dos Compromissos pactuados, isto é, excluídos os Compromissos não respondidos. A menção a uma única fonte significa que os Compromissos aí contemplados são financiados exclusivamente pela referida fonte. As fatias menores do gráfico, não identificadas, registram as diversas combinações entre fontes de financiamento.

As principais instituições que estão financiando suas ações com o FEHIDRO são, primeiramente, os Comitês de Bacias, seguidos pelos Órgãos Gestores e pelas Secretarias de Estado. No primeiro caso, os CBHs esperam investir um total de R\$ 63 milhões do FEHIDRO até 2015 para atingirem suas metas. Outros R\$ 33 milhões foram indicados pelos Órgãos Gestores como complemento de recursos para viabilizar suas ações. As Secretarias de Estado, por sua vez, pretendem investir outros R\$ 12 milhões do FEHIDRO para financiar parcialmente seus Compromissos no PERH. O FEHIDRO está financiando ações em todas as áreas do Plano, as quais são apresentadas em suas respectivas Áreas Temáticas.

3.1.3 Execução Geral do Plano

A avaliação da execução do PERH 2012-2015, em seu 1º ano de implementação, tem como parâmetros o andamento das metas compromissadas e suas respectivas execuções financeiras, a partir de informações fornecidas pelos Executores. Para o andamento das metas, considerou-se a média aritmética simples dos percentuais de execução informados em cada Compromisso. A execução financeira do Plano foi obtida pela soma de todos os recursos já investidos, dividida pela soma de todos os recursos previstos até 2015 para a execução dos Compromissos firmados.

É importante mencionar que a adoção desta referência – médias simples – implica em algum grau de imprecisão, diretamente associado à quantidade e diversidade de ações (e instituições) que compõem o PERH: para operacionalizar o

acompanhamento, as informações foram solicitadas de forma padronizada, de modo a se obter valores uniformes entre os diferentes Compromissos que compõem o Plano. Embora este procedimento permita uma abordagem conjunta, possibilitando a comparabilidade dos dados, também implica incorporar, para um mesmo valor, percentuais de execução de ações de natureza bastante diferente, incertezas quanto aos recursos financeiros (tanto previstos quanto realizados) ou quanto ao período de apuração efetivo de execução. Isto posto, considera-se que os resultados obtidos refletem, substancialmente, o estágio atual de implementação do Plano⁴, como apresentado a seguir.

Em termos financeiros o total investido neste 1º ano de implementação do PERH foi de R\$ 2,9 bilhões, representando uma execução financeira de 20%. O nível médio de execução dos Compromissos, por sua vez, situa-se em 26%. Adotando-se como va-

lor geral de referência um percentual de 25%, equivalente a 25% do horizonte do Plano, conclui-se que tanto a execução financeira quanto a física (execução dos Compromissos) estão compatíveis com o tempo decorrido para a execução das metas pactuadas. O escalonamento do nível de execução dos Compromissos por faixas de percentual⁵ possibilita uma avaliação mais acurada do andamento das metas pactuadas, permitindo identificar os principais avanços e desafios para implementação do PERH.

De acordo com a Figura 15, 35% dos Compromissos do PERH apresentam execução das metas superior a 25%, sendo que 16 deles (6%) foram considerados concluídos por seus Executores. Em uma faixa intermediária, 40 Compromissos apresentam execução de 15% a 25% da meta estabelecida pelos respectivos Executores. Por fim, registra-se um grupo de 123 Compromissos cuja execução é inferior a 15%, representando 49% do total considerado⁴.

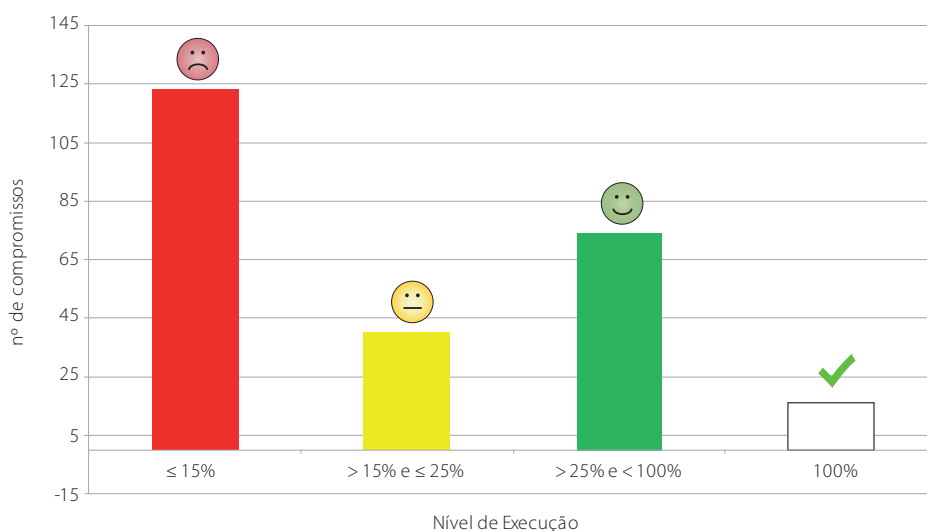


Figura 15: Distribuição dos Compromissos do PERH 2012-2015 segundo o nível de execução.

Legenda

Nível de execução do Compromisso, considerando o andamento de 1/4 do PERH:			
✓	100%: concluído ou com a meta já atingida	😊	> 15% e ≤ 25%: dentro do esperado
😊	> 25% e < 100%: acima do esperado	😞	≤ 15%: abaixo do esperado

4 Os novos Compromissos não estão sendo considerados, para efeito de análise da execução do PERH, uma vez que eles foram incluídos apenas em 2013 e, portanto, ainda não há informação sobre seu andamento.

5 Para quantificar a implementação do PERH definiu-se uma escala de execução dos Compromissos com quatro níveis. Neste primeiro

ano de execução do PERH (correspondente a 25% de seu horizonte de planejamento) estes níveis são: 100%: Compromisso concluído ou com a meta já atingida; > 25% e < 100%: Compromisso com nível de execução acima do esperado para o período; > 15% e ≤ 25%: Compromisso com nível de execução dentro do esperado para o período; e ≤ 15%: Compromisso com nível de execução abaixo do esperado para o período.

Verificando a situação deste último grupo com maior detalhe, constata-se que 100 Compromissos (40% do total) ainda não foram iniciados ou, por alguma razão, a instituição responsável entende que não se caminhou nada em termos de alcance da meta estabelecida. Destes, apenas 31 permanecem dentro dos prazos estimados, uma vez que o início já não estava previsto para o 1º ano de vigência do PERH, segundo seus Executores. Restam, portanto, 69 Compromissos (27% do total) efetivamente

atrasados, em termos de execução das metas estabelecidas.

Estes Compromissos distribuem-se no Plano de maneira difusa, embora apresentem ligeira concentração nas Áreas Temáticas 1, 2 e 4. Com relação ao perfil dos Executores, cerca de 70% destes Compromissos recai sobre os Comitês de Bacias, indicando que este é o segmento com maiores dificuldades para implementar suas ações. O Quadro 4 apresenta as justificativas pelo atraso dos Compromissos não iniciados.

Quadro 4: Justificativas pelo atraso dos Compromissos não iniciados.

Justificativas pelo atraso	Compromissos	%
Faltam recursos financeiros	2	3%
Faltam recursos humanos e/ou materiais	6	9%
Depende de requisito anterior (licitação, licença, estudo...)	29	42%
Atendimento de outras prioridades pela Instituição	15	22%
Dificuldade de articulação institucional	7	10%
Excepcionalidades (problemas legais, contratuais, acidentes naturais...)	9	13%
Informação não fornecida	1	1%
Total	69	-

Aqui, ao contrário das razões para o cancelamento de Compromissos, prevalecem as questões de ordem institucional. Assim, entre as principais justificativas apresentadas para os atrasos, situam-se a necessidade de atendimento de algum requisito anterior (licitação, licença, estudo) e o atendimento de outras prioridades pela instituição. Outras justificativas recorrentes referem-se à existência de excepcionalidades (problemas legais, contratuais, etc.), dificuldades de articulação institucional e insuficiência de recursos humanos ou materiais.

Assim, considera-se que o desempenho dos Comitês de Bacias, bem como as questões que interferem na execução das metas pactuadas, constituem os principais desafios do atual estágio de implementação do PERH 2012-2015. A forma como estas questões se apresentam, nas diferentes Áreas Temáticas, e os ajustes necessários para superar estes desafios são objeto dos próximos itens deste Relatório.

3.2 Resultados por Área Temática

3.2.1 Área Temática 1 – Desenvolvimento Institucional e Articulação para Gestão de Recursos Hídricos

Perfil da Área Temática

A Área Temática 1 é composta por três Componentes Estratégicos, abrangendo Compromissos relacionados: (a) ao aperfeiçoamento do SIGRH, que abarca iniciativas para fortalecer a articulação e a gestão compartilhada entre as bacias hidrográficas (estaduais e interestaduais), para fortalecer a participação e representação no SIGRH e para aperfeiçoar a operação do FEHIDRO; (b) à intersectorialização do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH; e (c) à integração entre os poderes públicos nas esferas federal, estadual e municipal no que tange às políticas públicas relativas à gestão de recursos hídricos.

Em comparação com o montante aprovado pelo CRH em 2011, observa-se um avanço de 3% no número de Compromissos pactuados, considerando que quatro deles foram cancelados e 15 não tiveram informações fornecidas nesta etapa de acompanhamento do PERH 2012-2015. Por sua vez, o nível de atendimento das Demandas desta Área Temática foi de 63%, ou seja, 15 das 24 Demandas se transformaram em novos Compromissos ou foram atendidas por Compromissos já existentes.

Concluída a primeira rodada de acompanhamento do Plano, a Área Temática 1 contempla 63 Compromissos, sendo cinco novos, inseridos em 25 Componentes Específicos. Os novos Compromissos desta Área Temática distribuem-se nos seguintes Componentes Específicos:

- Definir mecanismos de negociação dos conflitos em recursos hídricos;
- Rever, anualmente, os procedimentos de análise e tramitação de empreendimentos financiados pelo FEHIDRO;

- Divulgar os Planos de Recursos Hídricos junto à administração pública estadual e municipal
- Integrar os estudos de compartimentação territorial e a delimitação de sub-bacias hidrográficas do Estado;
- Promover a articulação das esferas estaduais e municipais com o objetivo de integrar as políticas públicas de diversos níveis voltadas aos recursos hídricos, em sintonia com as metas do PBH, do PERH e do PNRH.

Entre as instituições que assumiram Compromissos na Área Temática 1 (Figura 16), destacam-se os Comitês de Bacias, responsáveis por 42 Compromissos (67%), seguidos de órgãos e entidades da esfera estadual (Secretarias, Coordenadorias, Institutos e Fundações) com 20 Compromissos (32%). Compatível com o perfil das instituições Executoras, os Compromissos abrangem fundamentalmente as UGRHs (67%) – uma ou mais delas, bem como seu agrupamento nos Compromissos direcionados a Regiões Hidrográficas – e todo o Estado (31%).

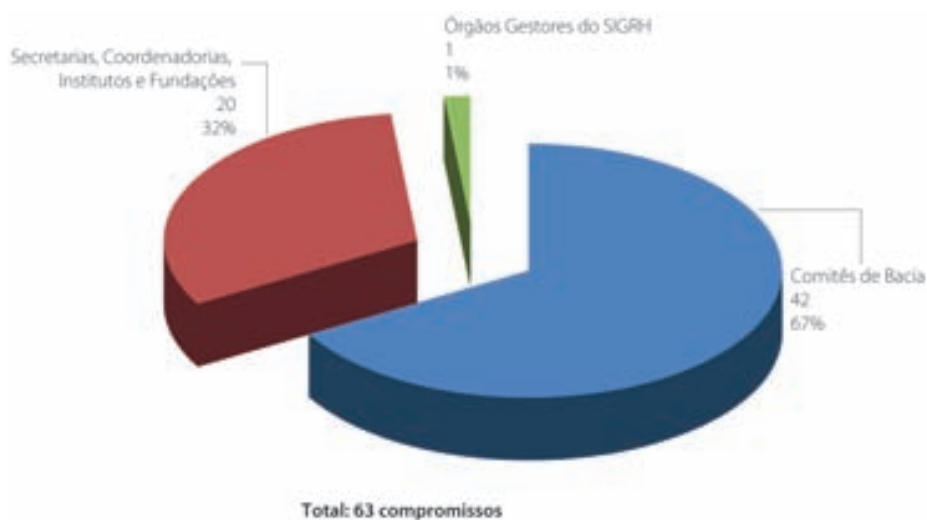


Figura 16: Instituições proponentes dos Compromissos da Área Temática 1.

No que tange aos aspectos financeiros, o montante de recursos originalmente previsto para efetivação dos Compromissos da Área Temática 1 foi de R\$ 27,7 milhões. Este valor apresentou uma significativa redução, constatada durante o processo de acompanhamento do PERH 2012-2015, atingindo, neste momento, R\$ 17,1 milhões, o que faz desta Área Temática aquela com menor aporte de recursos de todo o Plano⁶.

Cabe destacar que as estimativas de recursos inicialmente apresentadas para alguns Compromissos foram reavaliadas à luz da implementação dos mesmos, assim como determinadas metas, fato que impactou em grande medida a totali-

⁶ Os Compromissos não respondidos na Área Temática 1 perfazem um total de R\$ 3,7 milhões, não sendo considerados nas análises apresentadas a seguir.

zação dos recursos. Ao lado dos novos Compromissos assumidos, o ajuste de metas e de investimentos previstos nos Componentes Específicos relacionados à compatibilização do ordenamento territorial com a gestão de recursos hídricos e à articulação de políticas públicas estaduais e municipais, bem como iniciativas para o aprimoramento do funcionamento do SIGRH, contribuíram para a variação verificada.

A principal fonte de recursos para execução dos Compromissos da Área Temática 1 é a Cobrança pelo uso dos recursos hídricos em âmbito federal, perfazendo R\$ 8,9 milhões (67%), como mostra a Figura 17. Entretanto, embora predominantes em

montante financeiro, é importante notar que os recursos advindos da Cobrança federal estão direcionados para a execução de apenas duas ações, nos seguintes Componentes Específicos:

- Identificar as razões do déficit de participação e representatividade dos segmentos em todas as instâncias do SIGRH, visando o fortalecimento institucional; e
- Promover a articulação das esferas estaduais e municipais com o objetivo de integrar as políticas públicas de diversos níveis voltadas aos recursos hídricos, em sintonia com as metas do PBH, do PERH e do PNRH.

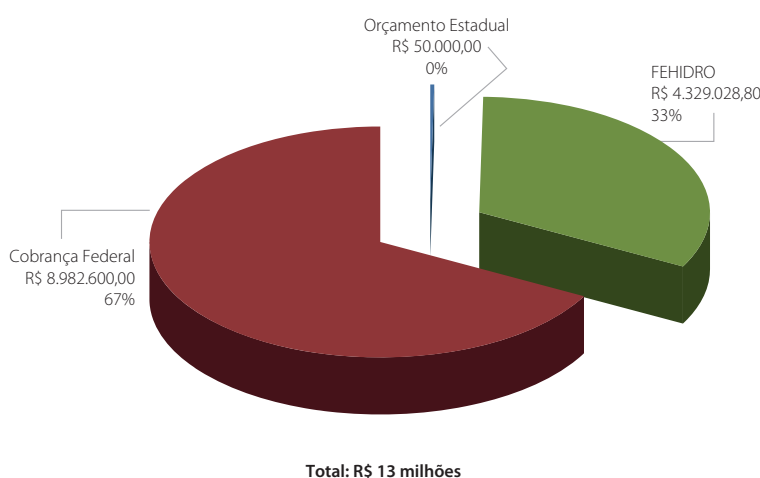


Figura 17: Fonte dos recursos financeiros dos Compromissos relativos à Área Temática 1.

De acordo com a Figura 17, a segunda fonte de recursos para execução dos Compromissos da Área Temática 1 é o FEHIDRO, com um montante de R\$ 4,3 milhões (33%). Neste contexto, verifica-se que o Orçamento Estadual contribui com uma parcela bastante reduzida para o financiamento desta Área Temática, tanto pela menor presença de órgãos da administração pública entre os Executores, quanto pela natureza dos Compromissos aí formulados, cujo objetivo é o desenvolvimento e articulação institucional.

No que se refere ao FEHIDRO a maioria dos Compromissos financiados são de responsabili-

dade dos Comitês de Bacias, concentrando-se em ações de apoio à gestão compartilhada entre bacias (estaduais e interestaduais), à participação e representação dos segmentos do SIGRH, ao aprimoramento da operação do FEHIDRO e de divulgação dos planos de recursos hídricos aos órgãos da administração pública municipal e estadual. Considerando-se o número de Compromissos por fonte de recursos, verifica-se que o FEHIDRO financia 24 Compromissos (50%) na Área Temática 1, como mostra a Figura 18.

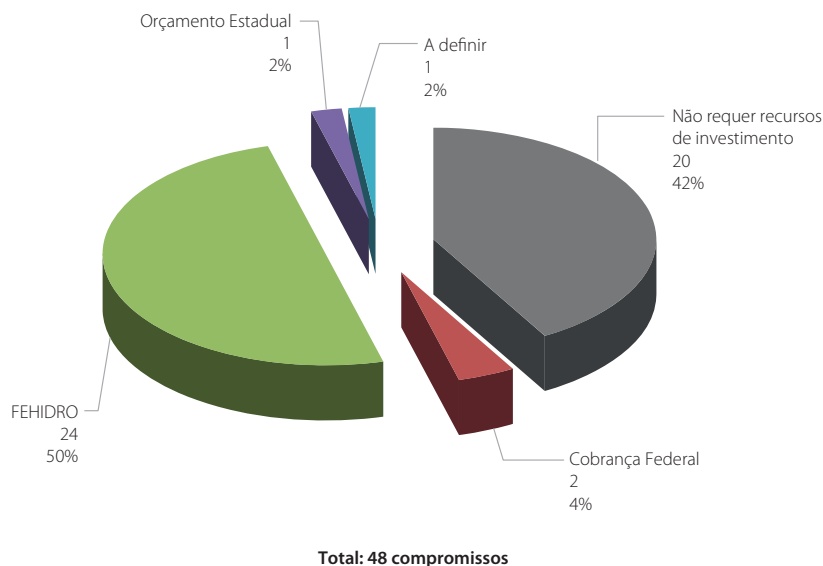


Figura 18: Financiamento dos Compromissos relativos à Área Temática 1.

Outro aspecto de extrema relevância nesta Área Temática diz respeito à grande parcela de Compromissos que não requerem recursos de investimento. De acordo com a Figura 18, dos 48 Compromissos, 20 se enquadram nesta situação (42%), o que coloca este grupo em patamar análogo àquele representado pelos Compromissos financiados pelo FEHIDRO.

Como já mencionado, essa situação se explica, em grande parte, pela natureza das ações previstas nestes Compromissos. As iniciativas de articulação interinstitucional (internamente às UGRHs, entre as bacias e no âmbito dos Comitês federais), bem como ações para internalizar os aspectos relacionados à gestão de recursos hídricos nos procedimentos de órgãos estaduais demandam, prioritariamente, o emprego de recursos humanos, sendo complementar a contratação de estudos e serviços de consultoria.

Execução dos Compromissos

Os Compromissos pactuados na Área Temática 1 tiveram uma média de 27% de execução

no primeiro ano de implementação do PERH, compatível com a média geral do Plano (26%). Em termos financeiros foram investidos cerca de R\$ 600 mil, correspondendo a apenas 5% do montante previsto. A grande diferença entre o andamento das metas e os investimentos realizados sugere uma diferença de desempenho entre as atividades desenvolvidas independente de recursos financeiros e aquelas dependentes destes.

De fato, quando se observa o desempenho dos Compromissos tendo como referência a necessidade de recursos, verifica-se que aqueles que não requerem recursos financeiros tiveram uma execução média de 32%, enquanto os Compromissos que demandam estes recursos situaram-se em 23%. Esta diferença pode, portanto, remeter a dificuldades concernentes aos procedimentos que envolvem licitações e contratações, as quais não se verificam nos Compromissos que não requerem recursos de investimento. A Figura 19 apresenta um resumo do nível de execução dos Compromissos nesta Área Temática, à exceção dos novos Compromissos.

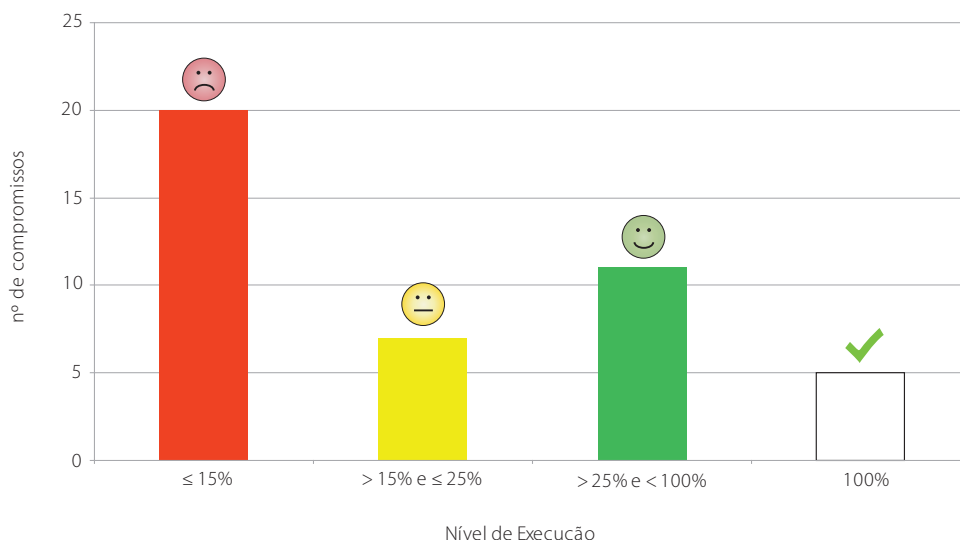


Figura 19: Distribuição dos Compromissos da Área Temática 1 segundo o nível de execução.

Legenda

Nível de execução do Compromisso, considerando o andamento de 1/4 do PERH:			
	100%: concluído ou com a meta já atingida		> 15% e ≤ 25%: dentro do esperado
	> 25% e < 100%: acima do esperado		≤ 15%: abaixo do esperado

É possível constatar que a maioria dos Compromissos que compõe a Área Temática 1 se encontra na faixa de referência mais baixa ($\leq 15\%$), o que pode sinalizar a necessidade de ajustes na sua execução. No âmbito dos Componentes Específicos, estes Compromissos se concentram em temas como a gestão compartilhada entre as bacias hidrográficas, a promoção da participação no SIGRH, o aprimoramento da operação do FEHIDRO e a integração entre planos setoriais e entre ações de diferentes esferas de governo na gestão de recursos hídricos. Por outro lado, cinco Compromissos já atingiram a meta estabelecida, dos quais se destacam as ações de apoio à implementação

dos Comitês Federais nas bacias do Rio Grande e do Rio Paranapanema.

Como forma de se obter informações de cunho qualitativo sobre o andamento dos Compromissos do PERH, as instituições responsáveis foram questionadas quanto à satisfação com o andamento das ações de cada Compromisso. Avaliando somente os Compromissos com nível de execução menor ou igual a 15%, é possível constatar (Figura 20) que, na maior parte dos casos, as instituições responsáveis consideram parcialmente satisfatório o andamento das ações, entendendo que algumas atividades necessárias para o cumprimento da meta estão atrasadas, fato que poderá afetar o prazo final estabelecido.

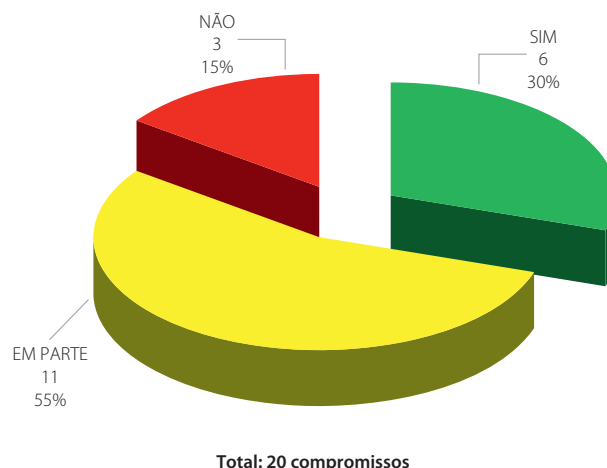


Figura 20: Nível de satisfação com o andamento dos Compromissos da Área Temática 1 que apresentam nível de execução $\leq 15\%$.

Dos 20 Compromissos que apresentam nível de execução abaixo ou igual a 15%, 14 ainda não foram iniciados, sendo que nove deles passaram por ajustes de cronograma, buscando a viabilização das metas. Entre os Compromissos não iniciados, apenas dois Executores indicaram que o atraso pode comprometer ou já compromete o

cumprimento do prazo final. As principais justificativas apresentadas (Figura 21) para o atraso nas atividades dizem respeito à necessidade de cumprimento de requisito anterior (40%), como as etapas de processos licitatórios, ao atendimento de outras prioridades pela instituição (30%) e à dificuldade de articulação com outros atores (20%).

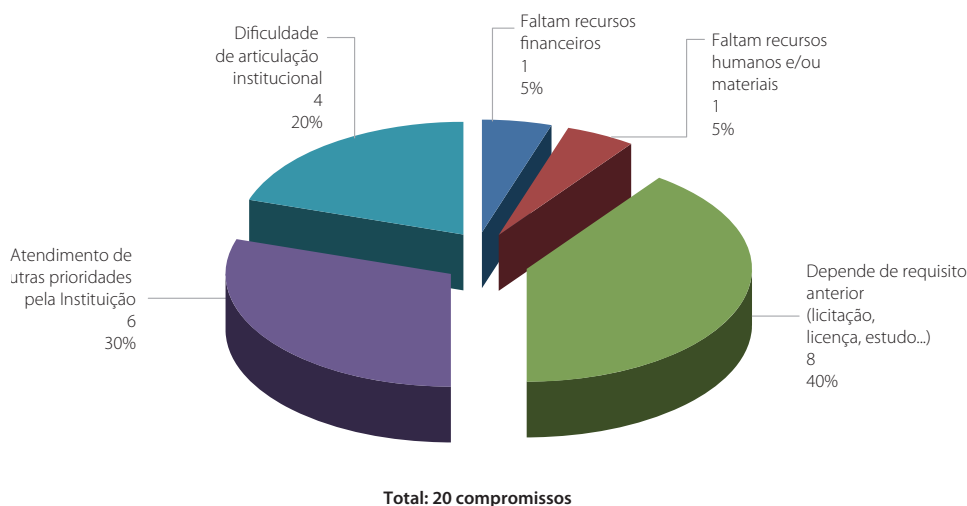


Figura 21: Justificativas dos atrasos na execução de Compromissos da Área Temática 1.

Dado o percentual de Compromissos com baixo nível de execução, o acompanhamento do PERH deve considerar as medidas necessárias para superar as dificuldades identificadas, no que couber, de modo a possibilitar o alcance das metas pactuadas. Cabe mencionar que três dos 14

Compromissos não iniciados na Área Temática 1 constituem as únicas metas pactuadas em seus respectivos Componentes Específicos (Quadro 5). Desta forma, caso não sejam executados, seus Componentes deixarão de constar do PERH 2012-2015.

Quadro 5: Componentes Específicos da Área Temática 1 com apenas um Compromisso não iniciado.

Componente Específico	Justificativa para o atraso
Apoiar os CBHs no estabelecimento de estratégias para a gestão compartilhada entre UGRHs	Atendimento de outras prioridades pela Instituição
Criar programa e mecanismos visando ampliar a participação nas instâncias do SIGRH	Depende de requisito anterior (licitação, licença, estudo ou outro)
Integrar o Plano Estadual de Habitação (PEH) com o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH)	Depende de requisito anterior (licitação, licença, estudo ou outro)

Também para efeito de acompanhamento, devem ser considerados os 15 Compromissos, mencionados no início deste item, que não tiveram suas informações fornecidas pelas respectivas instituições responsáveis. Neste caso, dada a ausência de informações, cinco Componentes Estratégicos concentraram exclusivamente Compromissos não respondidos:

- Promover a articulação dos CBHs integrantes de uma mesma Região Hidrográfica;
- Identificar conflitos intersetoriais nas regiões metropolitanas;
- Apoiar a implementação do Plano de Abastecimento da Macrometrópole Paulista, por meio da gestão de conflitos;
- Articular políticas setoriais de interesse para recursos hídricos nas Regiões Metropolitanas;
- Integrar as diretrizes e programas dos Planos de Bacias com o Gerenciamento Costeiro e os Planos de Manejo das APAs marinhas.

Como pontuado anteriormente, os Compromissos não respondidos perfazem investimentos de R\$ 3,7 milhões, o que corresponde a 22% do total de recursos previstos na Área Temática 1. A falta de informações sobre parte dos Compromissos impossibilita uma análise integral do andamento do PERH 2012-2015, sendo de extrema importância que as instituições responsáveis forneçam as informações solicitadas.

3.2.2 Área Temática 2 – Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos

Perfil da Área Temática

Os Compromissos assumidos na Área Temática 2 compreendem um investimento de R\$ 61,3 milhões, distribuídos em 28 Componentes Específicos que englobam o acompanhamento e aprimoramento dos Planos de Recursos Hídricos, a atualização do Enquadramento dos corpos d'água, o aprimoramento do sistema de Fiscalização, Licenciamento e Outorga, a implementação e difusão da Cobrança pelo uso da água, o aprimoramento do sistema de monitoramento de recursos hídricos e o desenvolvimento do Sistema de Informações para gestão de recursos hídricos. Esta Área Temática abrange quase 19% das ações previstas no PERH 2012-2015 e menos de 1% dos recursos financeiros necessários para a execução do Plano.

Além dos Compromissos propostos pelas instituições que integram o SIGRH, foram formuladas 64 Demandas durante a elaboração do Plano, das quais 54% encontram-se atendidas, gerando novos Compromissos ou integrando Compromissos já propostos pelas instituições demandadas. Desta forma, após a primeira rodada de acompanhamento, registra-se 66 Compromissos nesta Área Temática, sendo oito deles novos.

A maioria dos Compromissos (67%) tem como formuladores os Comitês de Bacias, seguidos pelos Órgãos Gestores, responsáveis por 18% dos Compromissos. Concordando com o perfil das instituições proponentes, os Compromissos abrangem predominantemente as UGRHs (60%) e todo o Estado (28%). A Figura 22 mostra a distribuição dos Compromissos entre as diferentes instituições nesta Área Temática.

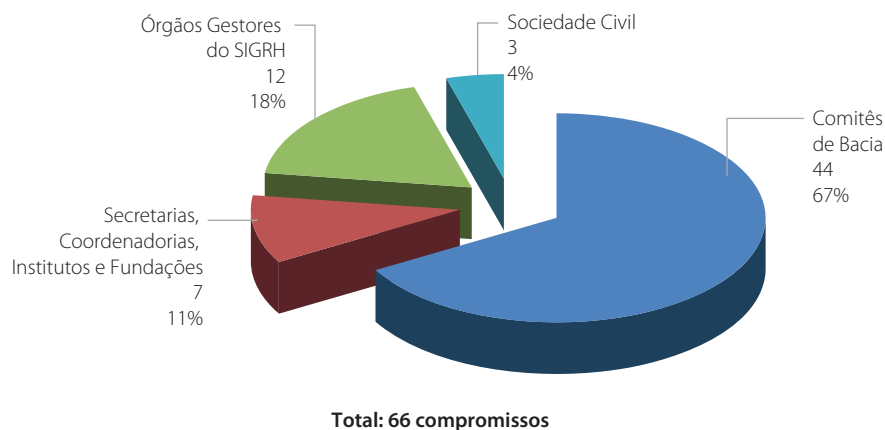


Figura 22: Instituições proponentes dos Compromissos da Área Temática 2.

Os Componentes Específicos com maior número de Compromissos (40%) estão relacionados ao acompanhamento e elaboração dos Planos de Recursos Hídricos que englobam, além dos Planos de Recursos Hídricos (Estadual e de Bacias), a elaboração dos Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos.

Os Componentes Específicos que tratam da fiscalização, licenciamento e Outorga e aqueles relacionados ao desenvolvimento do Sistema de Informações para gestão de recursos hídricos são os que apresentam o menor número de Compromissos, com 14% das ações da Área Temática.

Apesar de serem responsáveis pelo maior número de Compromissos, os CBHs respondem por apenas 26% da alocação de recursos financeiros desta Área Temática, sendo os Órgãos Gestores responsáveis por 61% dos recursos a serem investidos. Tal situação é coerente com os Compromissos assumidos pelos CBHs, uma vez que parte das ações propostas requer pouca ou nenhuma alocação de recursos financeiros, podendo ser de-

envolvidas, em grande medida, com os recursos materiais e/ou humanos das próprias instituições.

Neste contexto, há nove Compromissos (16%) que não necessitam de recursos de investimento. Tais Compromissos estão relacionados à elaboração de Relatórios de Situação, à implantação da Cobrança pelo uso da água, à aprovação de normas pelo CRH, ao desenvolvimento de indicadores de qualidade da água e à estruturação de bancos de dados.

Para os Compromissos que demandam recursos de investimento, o FEHIDRO é a maior fonte de financiamento, sendo responsável por 59% dos recursos financeiros, seguido pelo Orçamento Estadual, com 24%, como pode ser visualizado na Figura 23. Em termos absolutos, o FEHIDRO financia 41 dos 57 Compromissos da Área Temática 2, o que inclui ações para promover o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento dos recursos hídricos, aprimorar o sistema de Fiscalização, Licenciamento e Outorga e modernizar o sistema de monitoramento dos recursos hídricos. A moderni-

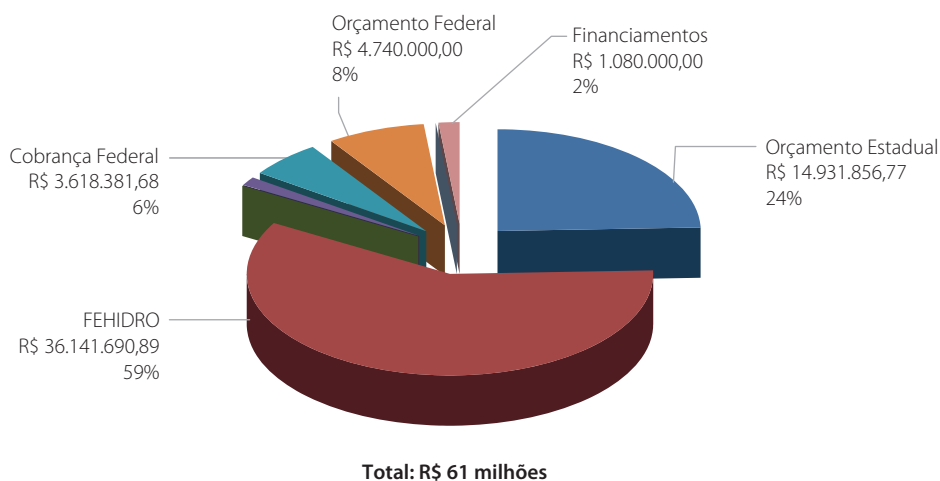


Figura 23: Fonte dos recursos financeiros dos Compromissos relativos à Área Temática 2.

zação do monitoramento, em particular, demanda 50% dos recursos financeiros previstos para a Área Temática 2, distribuídos em 11 Compromissos, sendo que 10 deles utilizam recursos FEHIDRO, fonte responsável por 54% dos recursos necessários para as ações de monitoramento.

Execução dos Compromissos

No primeiro ano de implementação do PERH 2012-2015, os 49 Compromissos previamente pactuados na Área Temática 2 tiveram uma execução média de 21%, estando um pouco abaixo da média geral do Plano (26%). Entretanto, até o momento foram investidos R\$ 4,9 milhões, correspondendo a

apenas 8% do montante previsto, sendo que a média de execução financeira de todo o Plano é de 20%.

Esta diferença entre a execução média das ações e a execução financeira sugere que muitas atividades realizadas neste ano não dependem de recursos de investimento ou que os recursos necessários são baixos. Tal análise é reforçada quando se verifica que a média de execução dos Compromissos que não utilizam recursos de investimento foi de 34%, enquanto a média de execução dos Compromissos que preveem recursos de investimento foi de 19%. A Figura 24 apresenta um resumo do nível de execução dos Compromissos desta Área Temática.

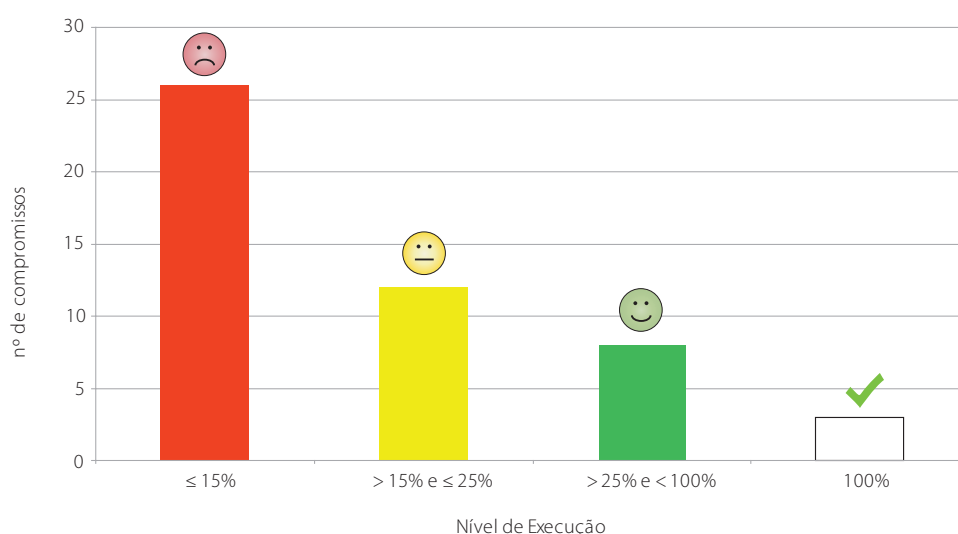


Figura 24: Distribuição dos Compromissos da Área Temática 2 segundo o nível de execução.

Legenda

Nível de execução do Compromisso, considerando o andamento de 1/4 do PERH:			
✓	100%: concluído ou com a meta já atingida	😊	> 15% e ≤ 25%: dentro do esperado
😊	> 25% e < 100%: acima do esperado	😞	≤ 15%: abaixo do esperado

De acordo com a Figura 24, 11 Compromissos da Área Temática 2 (22%) apresentam execução superior a 25%, sendo que três deles (6%) foram concluídos neste primeiro ano de implementação do Plano. Entre os Compromissos concluídos, dois não dependiam de recursos de investimento, envolvendo a aprovação de nova regulamentação para a elaboração dos Planos de Bacias e a definição de novos parâmetros de qualidade das águas para subsidiar a atualização do enquadramento.

Em uma faixa intermediária, 12 Compromissos apresentam execução de 15% a 25% da meta estabelecida pelos respectivos Executores. Por fim, registra-se um grupo de 26 Compromissos cuja execução é inferior a 15%, representando 53% do total.

Os Compromissos deste último grupo estão distribuídos por toda a Área Temática, com maior concentração nos Componentes relacionados ao aprimoramento dos Planos de Recursos Hídricos e à atualização do enquadramento dos corpos

d'água. Cabe registrar que o primeiro caso abrange, majoritariamente, a atualização dos Planos de Bacias, cujo cronograma foi estendido para 2014, em função da aprovação pelo CRH da nova regulamentação em 2012.

Dos 26 Compromissos que apresentam nível de execução abaixo ou igual a 15%, 24 ainda não foram iniciados, sendo que 17 deles tinham previsão de início em 2012 (Figura 24). Para estes Compromissos alguns Executores adequaram o cronograma e consideram que será possível cumprir o acordado. Entretanto, 65% deles indicaram que o atraso pode comprometer ou já compromete o cumprimento do prazo final. As oito ações consideradas efetivamente atrasadas pelos Executores (com com-

prometimento do prazo final) encontram-se neste grupo dos Compromissos com execução inferior a 15%.

Apesar da baixa execução de muitos Compromissos até o momento, quando questionados sobre o nível de satisfação com o andamento das metas pactuadas, a maioria dos Executores está satisfeita (57%), e considera que os Compromissos serão cumpridos até o fim do plano. Tal fato deve-se, principalmente, às diferenças de cronograma dos Compromissos, sendo que alguns, inclusive, têm prazo de execução menor que quatro anos. Ou seja, mesmo que ainda existam muitos Compromissos com nível de execução baixo, nem todos estão com sua execução comprometida (Figura 25).

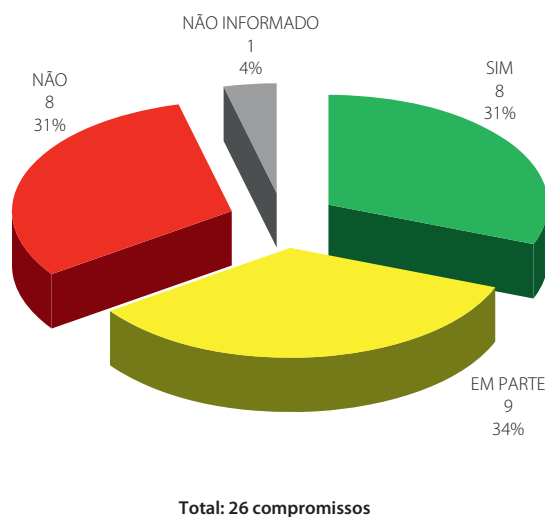


Figura 25: Nível de satisfação com o andamento dos Compromissos da Área Temática 2 que apresentam nível de execução ≤ 15%.

A principal justificativa dos responsáveis para o atraso na execução dos Compromissos da Área Temática 2 é a necessidade de requisito anterior, como estudo ou licitação. Além disso, os Executores citaram a dificuldade de articulação institucional, a falta de recursos humanos e/ou materiais e

excepcionalidades como justificativas para o atraso (Figura 26). Considerando estes 17 Compromissos que tinham previsão de início em 2012, 13 têm como responsáveis os CBHs, os quais identificam como principal condicionante para a execução das metas a necessidade de requisito anterior (70%).

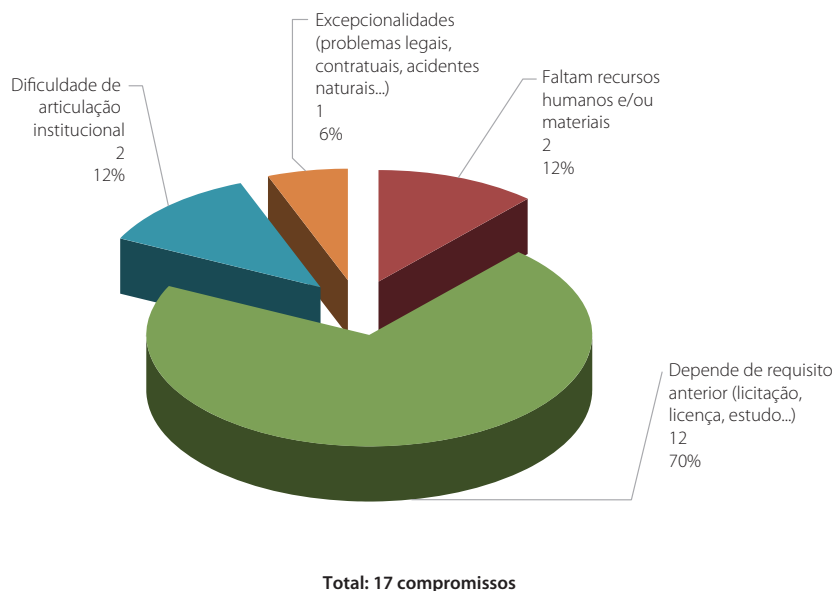


Figura 26: Justificativas dos atrasos na execução de Compromissos da Área Temática 2.

No que se refere ao avanço do PERH 2012-2015, cabe mencionar que dois dos oito Compromissos não iniciados e que são considerados atrasados pelos Executores constituem as únicas

metas pactuadas em seus respectivos Componentes Específicos (Quadro 6). Desta forma, caso não sejam executados, estes Componentes deixarão de ser abrangidos no PERH 2012-2015.

Quadro 6: Componentes Específicos da Área Temática 2 com apenas um Compromisso não iniciado.

Componentes Específicos	Justificativa para atraso da ação
Integrar as informações dos bancos de dados associados aos procedimentos de Outorga e licenciamento ambiental.	Dificuldade de articulação institucional
Fomentar projetos para inovar e readequar o monitoramento quali-quantitativo.	Faltam recursos humanos e/ou materiais

Além destes oito Compromissos, merecem atenção as ações dos dois Componentes Específicos relacionados aos Sistemas de Informações para gestão em recursos hídricos. O componente específico “2511 - Implementar Sistemas de Informação nos CBHs” possui só quatro Compromissos, sendo que três ainda não foram iniciados e um está com 5% de execução. Já o componente específico “2521 - Realizar cursos de capacitação para operação do Sistema Estadual de Informações para Gestão em Recursos Hídricos” possui apenas um Compromisso cujo andamento não foi respondido pelo Executor. Portanto, observa-se que, além dos poucos Compromissos relacionados a Sistemas de Informação, os Executores estão com dificuldades de implantar as ações propostas.

Por fim, é importante salientar também que, nesta Área Temática, não houve resposta sobre o andamento de nove Compromissos (14% do total) nesta primeira rodada de acompanhamento, todos de responsabilidade dos Comitês de Bacias. Desta forma, não há informações sobre a situação de três Componentes Específicos, os quais possuem somente Compromissos não respondidos, sendo fundamental que os Executores informem o andamento dos mesmos para uma análise completa do PERH 2012-2015.

São eles:

- Atualizar periodicamente os critérios, procedimentos e valores da Cobrança pelo uso da água;

- Divulgar os resultados das redes de monitoramento de quantidade e qualidade na internet;
- Realizar cursos de capacitação para operação do Sistema Estadual de Informações para Gestão em Recursos Hídricos.

3.2.3 Área Temática 3 – Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos

Perfil da Área Temática

A Área Temática que trata dos “Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos” incorpora, essencialmente, ações relacionadas à ampliação, manutenção e aperfeiçoamento do Sistema de Saneamento Básico; à otimização do uso da água; à prevenção e redução dos efeitos dos eventos críticos sobre os recursos hídricos e a população; e ao equilíbrio entre os múltiplos usos da água no Estado de São Paulo. Para efetivar as metas do PERH 2012–2015, as instituições que integram o SIGRH assumiram um conjunto de Compromissos que totalizam R\$14,6 bilhões na Área Temática 3.

Além dos Compromissos pactuados, constam desta Área Temática 103 Demandas formuladas durante a elaboração do Plano, 32% das quais foram atendidas até o momento, na forma de novos Compromissos ou na sua incorporação a Compromissos já existentes. Após a primeira rodada de acompanhamento do PERH, a Área Temática 3 abrange um total de 96 Compromissos, sendo 20 deles novos, o que representa um avanço de 16% no número de Compromissos pactuados. Em termos financeiros este avanço foi ainda maior, da ordem de 18% dos investimentos previstos. Trata-se, assim, da Área Temática com maiores avanços, tanto em número de Compromissos pactuados, quanto em valores de investimento.

Entretanto, esta não é a única particularidade desta Área Temática. Em termos proporcionais, a Área Temática 3 concentra 27% dos Compromissos do PERH 2012-2015 e mais de 90% dos recursos financeiros, notadamente na ampliação dos sistemas de saneamento básico – esgotamento sanitário, abastecimento de água e drenagem de

águas pluviais. Entre as razões para tamanha concentração de investimentos nesta Área Temática, é possível considerar a correlação extremamente positiva entre investimentos em saneamento e melhorias na qualidade da água, na oferta hídrica e na saúde pública em geral. Em segundo lugar, o viés de obras associado às ações de saneamento, majoritariamente na construção e ampliação de ETE e ETA, que demandam altos investimentos. E, de um ponto de vista conjuntural, o atual destaque do setor de saneamento no âmbito estadual e federal, com a obrigatoriedade dos municípios em elaborarem seus planos municipais de saneamento e correlatos (planos de resíduos sólidos, planos de drenagem, etc.).

Assim, mesmo dentro da Área Temática 3, verifica-se uma forte concentração de investimentos em algumas ações. Apenas 19 Compromissos (aproximadamente 22% do total pactuado) demandam quase 92% dos recursos financeiros, sendo duas ações responsáveis por quase metade dos investimentos de toda a Área Temática. Tais ações dizem respeito à ampliação da coleta e tratamento de esgotos e à ampliação do abastecimento de água na Região Metropolitana de São Paulo, a serem executadas pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP).

Também merecem destaque as ações relativas à implantação da Hidrovia Tietê-Paraná, pois os Compromissos deste grupo somam R\$ 1,9 bilhões, pouco superior a 12% do total de investimentos previsto para a Área Temática 3.

Em termos financeiros, portanto, o destaque é a SABESP, a qual responde isoladamente por 61% dos investimentos nesta Área Temática, seguida pelas Secretarias de Estado (20%) e pelos Órgãos Gestores (16%). Tal concentração de investimentos interfere diretamente no perfil de financiamento desta Área Temática, relativizando o peso do Orçamento Estadual, uma vez que os Compromissos são custeados, majoritariamente, por financiamentos de terceiros e pela receita própria das instituições. A Figura 27 apresenta a distribuição dos recursos financeiros alocados na Área Temática 3, diferenciando suas fontes.

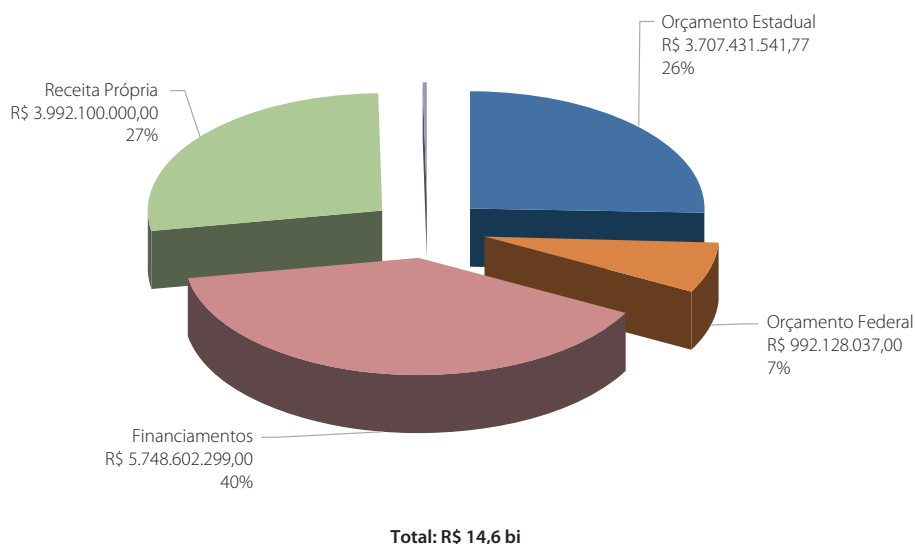


Figura 27: Fonte dos recursos financeiros dos Compromissos relativos à Área Temática 3.

Apesar de pouco significativo como fonte de financiamento (menos de 1% dos recursos), o FEHIDRO financia, individualmente ou em conjunto com outras fontes, 33 Compromissos (34%). A importância do FEHIDRO situa-se na viabilização de ações regionalizadas, tendo como abrangência preferencial as UGRHs e como protagonistas os Comitês de Bacias. Os Compromissos financiados pelo FEHIDRO na Área Temática 3 abrangem, basicamente, a ampliação, manutenção e o aperfeiçoamento do saneamento no Estado, a ampliação da oferta e otimização do uso da água e o estabelecimento de instrumentos

para viabilizar o uso múltiplo dos recursos hídricos, totalizando R\$ 44 milhões.

Essa importância é confirmada quando se considera o perfil das instituições responsáveis por Compromissos na Área Temática 3 (Figura 28). Verifica-se, assim, que a maioria dos Compromissos está associada aos Comitês de Bacias (45%) e aos órgãos da administração direta estadual (38%). Dezesesseis CBHs assumiram Compromissos frente ao PERH nesta Área Temática, de forma isolada ou consolidando propostas de uma mesma Região Hidrográfica.

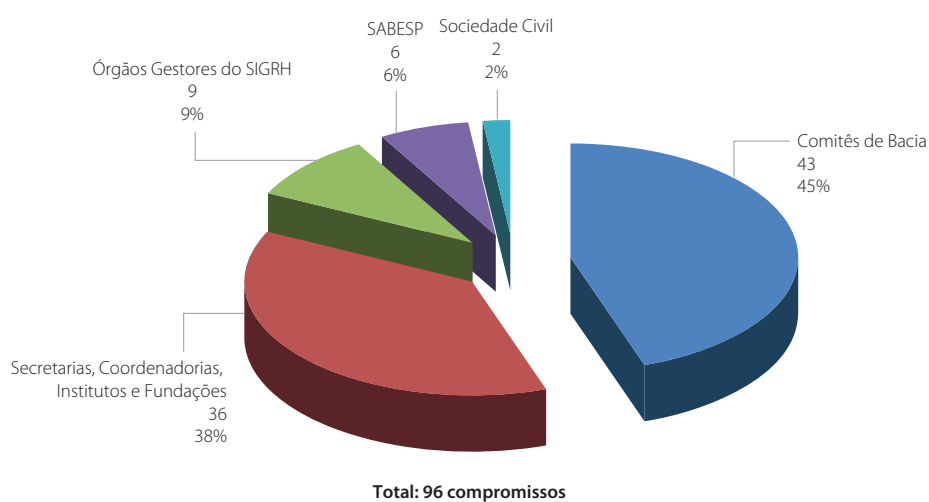


Figura 28: Instituições proponentes dos Compromissos da Área Temática 3.

Os Compromissos dos CBHs geralmente se referem ao financiamento, no âmbito municipal, da elaboração de planos, estudos, programas, etc. relacionados à Lei federal 11.445/2007, contemplando planos de drenagem, controle de perdas, os próprios planos municipais de saneamento, além da execução das atividades “fim” destes planos, ou seja, obras relacionadas à construção de piscinões e galerias pluviais urbanas para controle de inundações (drenagem), fomento à coleta seletiva de resíduos sólidos, etc.

Execução dos Compromissos

Os Compromissos pactuados na Área Temática 3 tiveram, em média, 27% de execução no primeiro ano de implementação do PERH, em consonância com a média geral do Plano (26%). Em termos da execução financeira, já foram investidos R\$ 2,1 bilhões, correspondendo a 17% do montante previsto. A Figura 29 apresenta um resumo do nível de execução dos Compromissos nesta Área Temática.

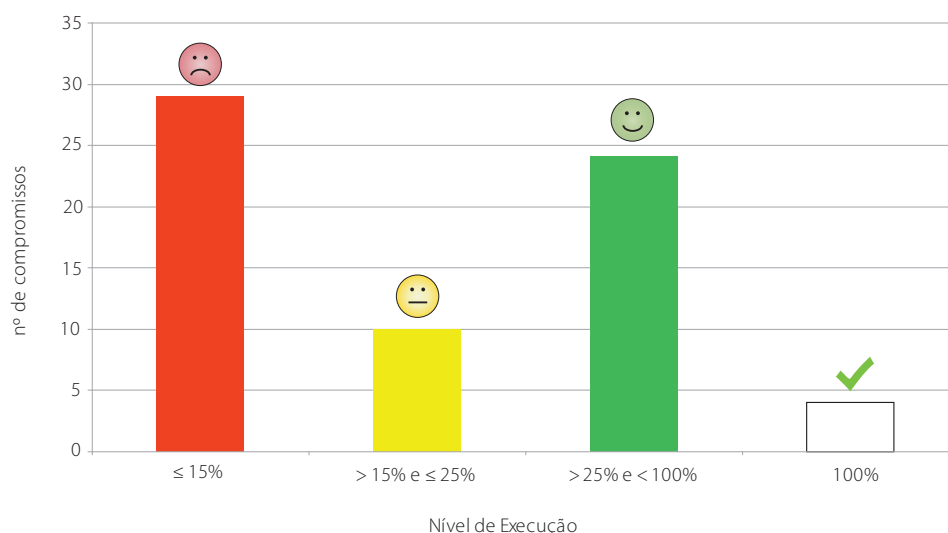


Figura 29: Distribuição dos Compromissos da Área Temática 3 segundo o nível de execução.

Legenda

Nível de execução do Compromisso, considerando o andamento de 1/4 do PERH:			
✓	100%: concluído ou com a meta já atingida	😊	> 15% e ≤ 25%: dentro do esperado
😊	> 25% e < 100%: acima do esperado	😞	≤ 15%: abaixo do esperado

De acordo com a Figura 29, 24 Compromissos da Área Temática 3 (38%) apresentam execução superior a 25%, sendo que quatro deles (6%) foram considerados concluídos por seus Executores. Outros 10 Compromissos apresentam execução de 15% a 25% da meta estabelecida. Por fim, registra-se um grupo de 29 Compromissos cuja execução é inferior a 15%, representando 46% do total. Com relação a este último grupo, verifica-se maior concentração de Compromissos nos Componentes relacionados

ao saneamento rural, à melhoria das condições de drenagem e à promoção de práticas para otimizar do uso da água.

No que se refere ao nível de execução dos Compromissos, é importante lembrar que as ações do PERH 2012-2015 seguem prazos e programações diferentes. Neste sentido, verificou-se que as instituições executoras de Compromissos nesta área temática consideram que o ritmo de andamento de suas ações está, de modo geral, compatível com os prazos estabelecidos. Entre-

tanto, quando se considera apenas as respostas referentes aos 29 Compromissos com execução de até 15% (Figura 30), verifica-se que o índice de insatisfação com o andamento das ações

atinge 45% das avaliações. Cabe mencionar que, destes 29 Compromissos com nível de execução inferior a 15%, 21 tinham previsão de início em 2012 e ainda não foram iniciados.

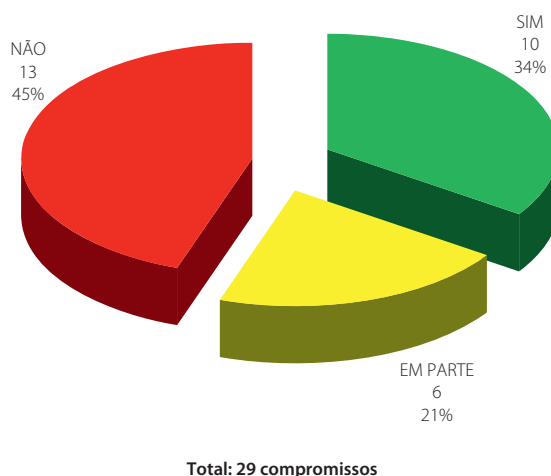


Figura 30: Nível de satisfação com o andamento dos Compromissos da Área Temática 3 que apresentam nível de execução ≤ 15%.

A principal justificativa dos Executores (Figura 31) para o atraso na execução dos Compromissos da Área Temática 3 é a necessidade de requisito anterior, como estudo ou licitação, com 43% das respostas. Dada a natureza das ações da Área Temática 3, majoritariamente vinculada a obras de infraestrutura, infere-se que o atraso está sendo

ocasionado principalmente por problemas técnicos ligados aos processos licitatórios e aos procedimentos legais necessários a estas obras. Outras dificuldades identificadas referem-se à falta de recursos humanos e/ou materiais (15%), ao atendimento de outras prioridades (14%) e à dificuldade de articulação institucional (14%).

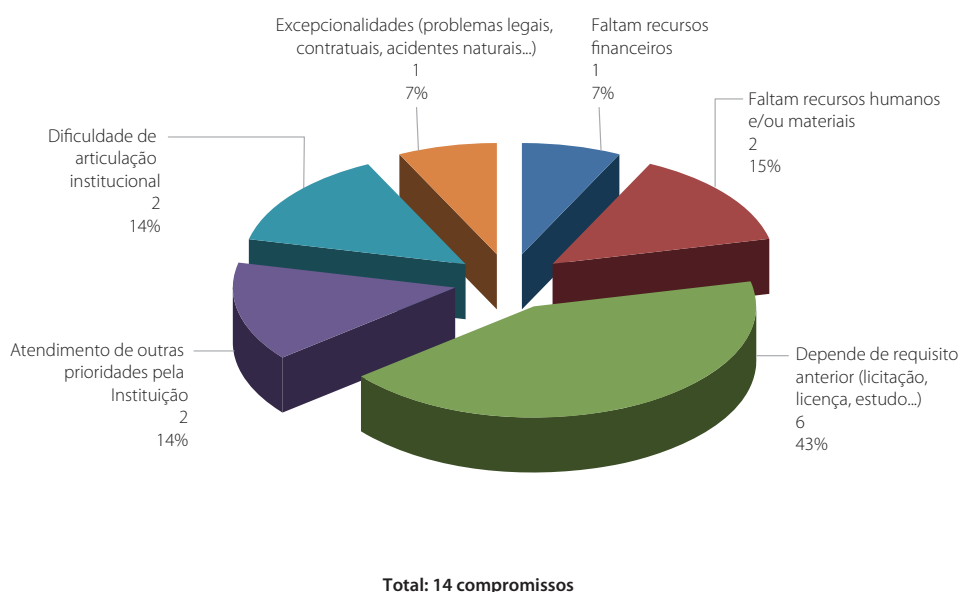


Figura 31: Justificativas dos atrasos na execução de Compromissos da Área Temática 3.

Concluindo a avaliação da Área Temática 3, registra-se a presença de 13 Compromissos, em sua maioria de CBHs, para os quais não se obteve resposta sobre o estágio de execução por parte dos Executores. Assim como em outras Áreas Temáticas, a concentração de alguns destes Compromissos leva ao comprometimento da avaliação de cinco Componentes Específicos, que ficaram sem qualquer informação:

- Apoio técnico dos CBHs, através de suas CT, aos municípios na elaboração dos planos de saneamento;
- Fomentar o Aporte de recursos do FEHIDRO aos Projetos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto em comunidades isoladas e/ou carentes na Vertente Litorânea;
- Desenvolver estudos e planos de macrodrenagem nas áreas passíveis de inundação nas 22 unidades gerenciais de recursos hídricos do Estado;
- Apoiar a elaboração e implementar Planos Preventivos de Defesa Civil (PPDC); Elaborar diretrizes para a adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas na Vertente Litorânea: desastres naturais;
- Elaborar diretrizes para a adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas na Vertente Litorânea: desastres naturais.

3.2.4 Área Temática 4 – Conservação e Recuperação dos Recursos Hídricos

Perfil da Área Temática

A Área Temática 4, que trata da “Conservação e Recuperação de Recursos Hídricos”, é constituída por um conjunto de Componentes voltados para: (a) a proteção, recuperação e promoção da qualidade e quantidade dos recursos hídricos subterrâneos, com especial atenção para os mananciais de abastecimento público; (b) a revitalização de

bacias hidrográficas; (c) a promoção e realização de serviços ambientais para proteção das águas; e (d) a articulação entre os Sistemas de Unidades de Conservação e de Recursos Hídricos. O conjunto de Compromissos assumidos pelas instituições que integram o SIGRH, nesta Área Temática, perfaz um total de R\$ 2,2 bilhões, constituindo a segunda área do PERH em volume de investimentos, com 13% dos recursos previstos.

Concluída a primeira rodada de acompanhamento do Plano, os Componentes Específicos da Área Temática 4 somam 78 Compromissos, sendo 15 deles novos, em sua maioria voltados para proteger, recuperar e promover a qualidade e quantidade dos recursos hídricos subterrâneos. Das 109 Demandas desta Área Temática, 26 geraram novos Compromissos ou foram incorporadas a Compromissos já existentes, correspondendo a um nível de atendimento de 24% até o momento. Outras 33 demandas ainda permanecem com a possibilidade de serem atendidas.

Assim como na Área Temática 3, verifica-se aqui elevada concentração de recursos financeiros em poucas ações. A Recuperação e Conservação dos Mananciais da Bacia do Alto Tietê compreende investimentos da ordem de R\$ 1,4 bilhões, tendo como meta o atendimento da população abastecida pelo sistema integrado metropolitano (1,2 milhões de habitantes) com habitação, saneamento e áreas verdes. A implantação, conservação e ampliação de parques destinados à preservação de várzeas para o controle de enchentes responde por outros R\$ 641 milhões de investimento na Área Temática 4, com destaque para o Parque Várzeas do Tietê.

Esses dois Compromissos, que respondem por 96% dos recursos financeiros previstos para a Área Temática 4, são responsáveis por um perfil de investimentos altamente concentrado nos órgãos setoriais – Secretarias de Estado e órgãos vinculados. A Figura 32 apresenta os investimentos previstos nesta Área Temática, de acordo com as instituições proponentes de Compromissos.

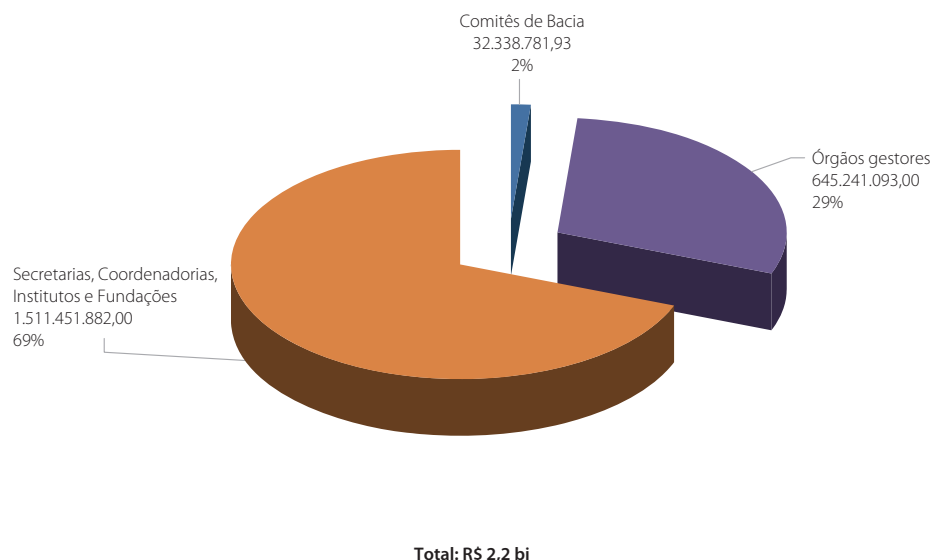


Figura 32: Investimentos previstos na Área Temática 4, segundo as instituições proponentes de Compromissos.

Ao contrário de outras Áreas Temáticas, esta concentração de investimentos guarda correspondência com o perfil das instituições responsáveis por Compromissos na Área Temática 4. Assim, verifica-se que as Secretarias de Estado e Órgãos Gestores são responsáveis por 57% dos Compromissos pactuados, como mostra a Figura 33. Por

esta razão prevalecem, também nesta Área Temática, as ações de abrangência estadual (52% dos Compromissos), com ênfase na ampliação e recuperação de áreas prioritárias para recursos hídricos (preservação de várzeas, criação de Unidades de Conservação, elaboração de Planos de Manejo, recuperação de áreas degradadas).

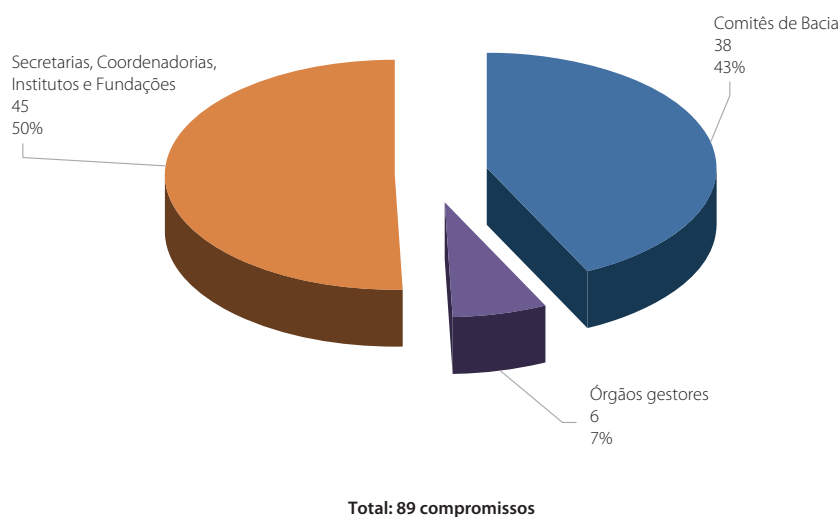


Figura 33: Instituições proponentes de Compromissos na Área Temática 4.

Dado esse perfil de investimento, ganha relevância o Orçamento Estadual como fonte de financiamento da Área Temática 4, com 31% dos recursos previstos. A presença igualmente importante de recursos do Orçamento Municipal (25%), Financiamentos (22%) e Orçamento Federal (20%) nesta Área Temática é resultado direto dos investimentos previstos para Recuperação e Con-

servação dos Mananciais da Bacia do Alto Tietê. Nesse contexto o FEHIDRO responde por apenas R\$ 17,7 milhões, ou 1% dos investimentos. Entretanto, financia sozinho 27% dos Compromissos pactuados na Área Temática 4, majoritariamente dos Comitês de Bacias. Em conjunto com outras fontes, a participação do Fundo sobe para 36% dos Compromissos, como mostra a Figura 34.

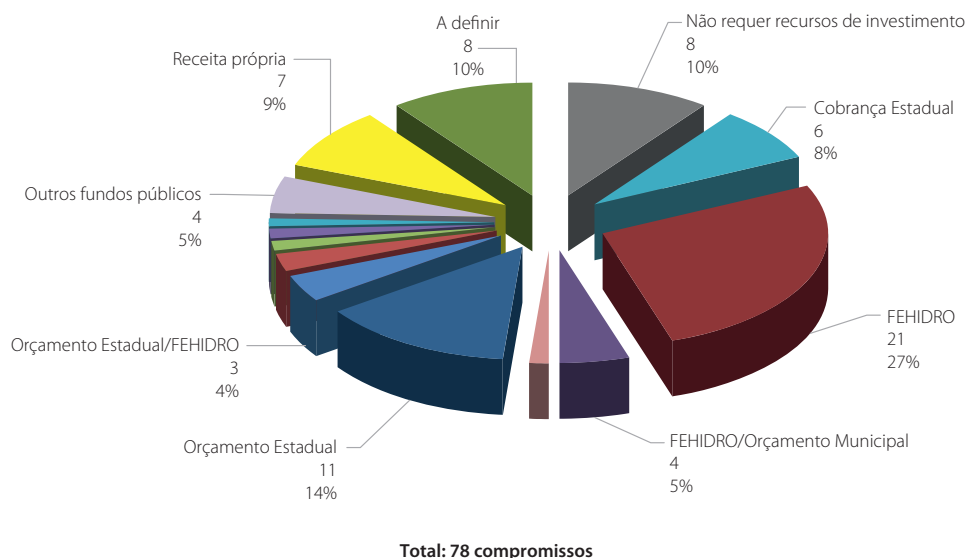


Figura 34: Fonte dos recursos financeiros dos Compromissos relativos à Área Temática 4.

O FEHIDRO é a principal fonte de financiamento de Compromissos relacionados à proteção, recuperação e promoção da qualidade e quantidade dos recursos hídricos subterrâneos, representando 65% do total previsto nesse Componente Estratégico. Outros Componentes financiados estão associados a controlar e evitar a ocorrência de processos erosivos, promover o planejamento e o monitoramento de ações de proteção, conservação e recuperação de áreas prioritárias para recursos hídricos e ampliar e recuperar áreas prioritárias para recursos hídricos.

Execução dos Compromissos

O nível médio de execução das metas na Área Temática 4 é de 29% e da execução financeira, de 36%, o que constitui um avanço bastante favorável, já que estes percentuais estão acima das médias gerais do PERH, de 26% e 20%, respectivamente. Este desempenho é devido, em grande parte, ao andamento dos dois principais Compromissos da Área Temática – recuperação de mananciais e implantação/conservação de parques destinados

à preservação de várzeas – cujas metas atingiram patamar em torno de 50%. Além destes Compromissos, constituem pontos de destaque, entre os Componentes Específicos:

- Desenvolver Estudos e Pesquisas sobre a Contaminação de Aquíferos por Nitrato, com cinco Compromissos, sendo 2 novos, e totalizando investimentos de R\$ 2,1 milhões. O nível de execução da meta é considerado positivo, com 33%, em decorrência da execução de 100% da meta para dois dos três Compromissos já existentes.
- Elaborar Diagnóstico da Situação da Conservação de Solo no Estado de São Paulo, com um único Compromisso, apresentando 80% da meta atingida.
- Efetuar pagamentos a proprietários rurais, mediante a execução de ações para a proteção e recuperação de nascentes, representado pelo Projeto Mina D'Água. Trata-se de projeto realizado em parceria com oito prefeituras municipais, tendo 40% de sua meta atingida.

Nesse contexto, o andamento dos Compromissos foi considerado satisfatório pela maioria das instituições responsáveis (62%). A Figura 35 apresenta, de forma mais detalhada, o andamento dos Compromissos pactuados na Área Temática 4, no primeiro ano de implementação do PERH

2012-2015. Até o presente momento, 28 Compromissos (44%) estão com andamento médio de até 15%, seis Compromissos (10%) estão com execução entre 15% e 25%, 27 Compromissos (43%) estão entre 25% e 99% e apenas dois Compromissos estão com 100% de execução.

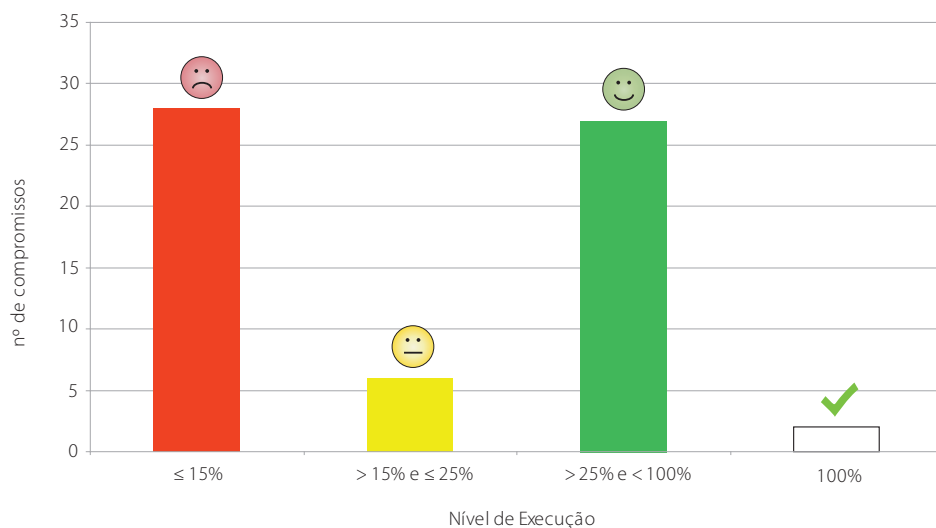


Figura 35: Distribuição dos Compromissos da Área Temática 4 segundo o nível de execução.

Legenda

Nível de execução do Compromisso, considerando o andamento de 1/4 do PERH:			
✓	100%: concluído ou com a meta já atingida	😊	> 15% e ≤ 25%: dentro do esperado
😊	> 25% e < 100%: acima do esperado	😞	≤ 15%: abaixo do esperado

Embora o percentual de Compromissos com execução de até 15% seja elevado (44%), vale notar que este é o menor índice de todo o PERH 2012-2015. Dos 28 Compromissos que estão em situação abaixo de 15% de execução física, 19 ainda não tiveram sua execução iniciada, sendo objeto de reformulação dos respectivos prazos pelos Executores. Ainda que numericamente expressivo, este conjunto de Compromissos representa menos de 1% dos investimentos previstos nesta Área Temática, não interferindo em seu desempenho geral.

As justificativas para o atraso na execução de Compromissos na Área Temática 4 são apresentadas na Figura 36. Entre elas, destacam-se o atendimento de outras prioridades pela Instituição (32%) e a necessidade de cumprimento de requisito anterior (26%), tais como a elaboração de estudos ou termo de referência, a emissão de licenças ou a execução de licitação. Metade dos Compromissos declarados como atrasados são de responsabilidade dos Comitês de Bacias, reiterando as dificuldades desse segmento para implementar suas ações.

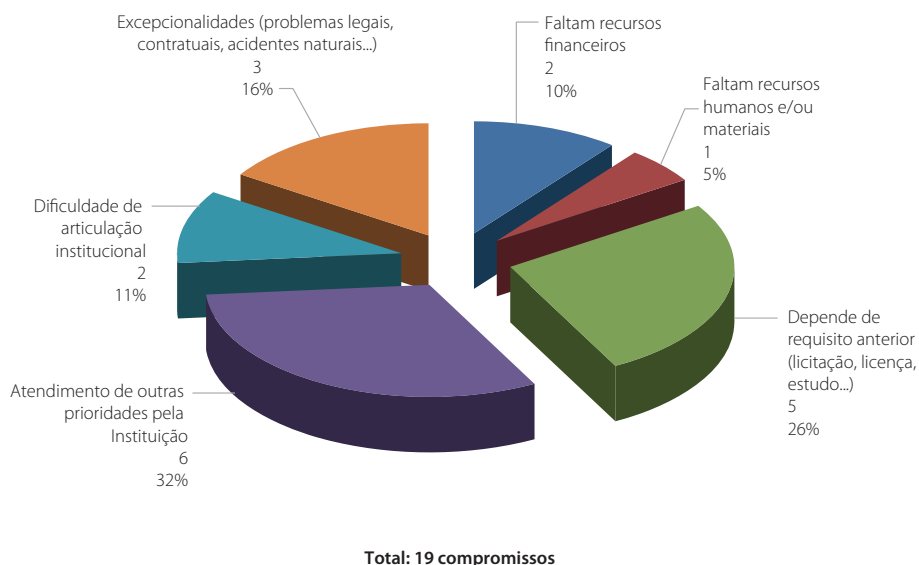


Figura 36: Justificativas dos atrasos na execução de Compromissos da Área Temática 4.

Embora passando por uma reformulação dos respectivos prazos, oito destes Compromissos permanecem com execução comprometida, segundo as instituições responsáveis. Neste contexto, dois deles perfazem as únicas metas pactuadas em seus respectivos Componentes Específicos, o que significa a perda destes Componentes no PERH 2012-2015, caso estes Compromissos não venham a ser executados:

- Avaliar e monitorar o uso do solo agrícola do Estado de São Paulo;
- Fomentar o pagamento por serviços ambientais.

Por fim cabe registrar que, também nesta Área Temática, 11 Compromissos (12% do total) ficaram sem resposta quanto ao seu andamento nesta primeira rodada de acompanhamento, prejudicando uma avaliação completa da Área Temática. Todos os Compromissos não respondidos são de responsabilidade dos Comitês de Bacias, isoladamente ou em conjunto. Para efeito do acompanhamento do PERH 2012-2015, merece atenção, em particular, a situação de dois Componentes Específicos, os quais possuem somente Compromissos não respondidos:

- Criar grupos técnicos para subsidiar a elaboração de planos de recuperação florestal;

- Estabelecer diretrizes específicas para proteção hídrica nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação.

3.2.5 Área Temática 5 – Educação Ambiental, Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informação em Gestão Integrada de Recursos Hídricos

Perfil da Área Temática

A Área Temática 5 é composta por dois Componentes Estratégicos, envolvendo a promoção da Educação Ambiental e de Estudos e Pesquisas, ambos orientados para a gestão de recursos hídricos. Sob estes dois Componentes, organizam-se Compromissos relacionados à capacitação e à formação continuada em recursos hídricos; à promoção da comunicação social, difusão de informações e mobilização em recursos hídricos; à articulação e integração de ações de educação ambiental nas bacias hidrográficas; e ao estabelecimento de linhas temáticas de pesquisa em recursos hídricos. Os Compromissos firmados na Área Temática 5 importam em investimentos da ordem de R\$ 18 milhões.

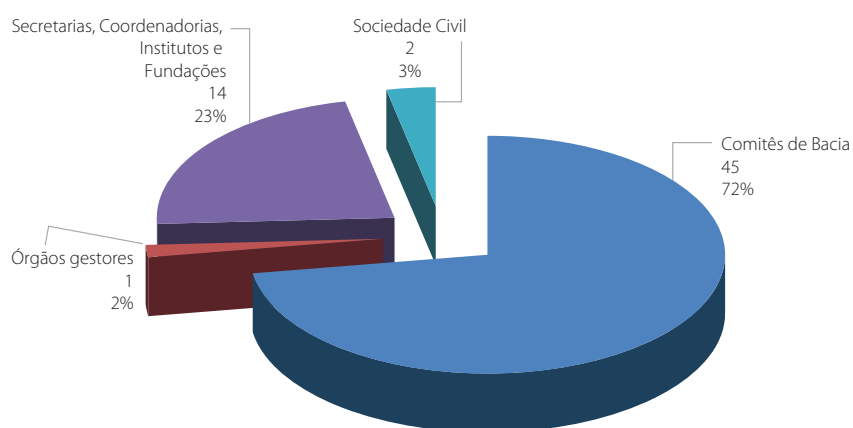
Dado o perfil das instituições proponentes de Compromissos, esta é uma Área Temática com elevada dependência de recursos do FEHIDRO e da atuação dos Comitês de Bacias para cumprimento das metas pactuadas. Comparativamente

ao conjunto de Componentes pactuados durante a elaboração do PERH 2012-2015, verificou-se um recuo importante tanto em número de Compromissos (9%) quanto em termos de investimentos previstos (32%).

Ao final da 1ª rodada de acompanhamento do PERH junto às instituições executoras, foram registrados 62 Compromissos na Área Temática 5, sendo três novos, e nove cancelamentos. O nível de atendimento das Demandas nesta Área Temática foi de 33%, significando que 11 das 33 Demandas originalmente formuladas se transforma-

ram em novos Compromissos ou foram atendidas por Compromissos já existentes.

Com relação ao perfil das instituições responsáveis por Compromissos (Figura 37), verifica-se a presença predominante dos Comitês de Bacia (72%), seguidos pelos órgãos da administração direta do Estado (23%) e, em menor número, pela Sociedade Civil e Órgãos Gestores. Assim como em outras Áreas Temáticas, esse perfil guarda correspondência com a abrangência dos Compromissos pactuados que, em sua maioria (69%), abrange uma ou mais UGRHs.



Total: 62 Compromissos

Figura 37: Instituições proponentes dos Compromissos da Área Temática 5.

Observa-se que a maioria dos Compromissos firmados na Área Temática 5 está relacionado a promover a comunicação social, a difusão de informações e a mobilização em recursos hídricos (40%) e a promover a capacitação e a formação continuada em recursos hídricos (36%). Os Componentes relacionados ao estabelecimento de linhas temáticas de pesquisa em recursos hídricos são os que apresentam menor número de Compromissos, com menos de 5% das ações da Área Temática.

Além do maior número de Compromissos, os CBHs respondem por 59% da alocação de recursos financeiros na Área Temática 5, sendo os Órgãos Gestores responsáveis por outros 23%. Esta situação é compatível com uma maior dependência de recursos do FEHIDRO, que responde por 81% dos investimentos nesta Área Temática. A pequena participação do Orçamento Estadual (15%) no financiamento de Compromissos é, também, um indicador da importância do FEHIDRO, inclusive para o financiamento de ações do Estado. A Figura 38 apresenta as fontes de recursos financeiros para a Área Temática 5.

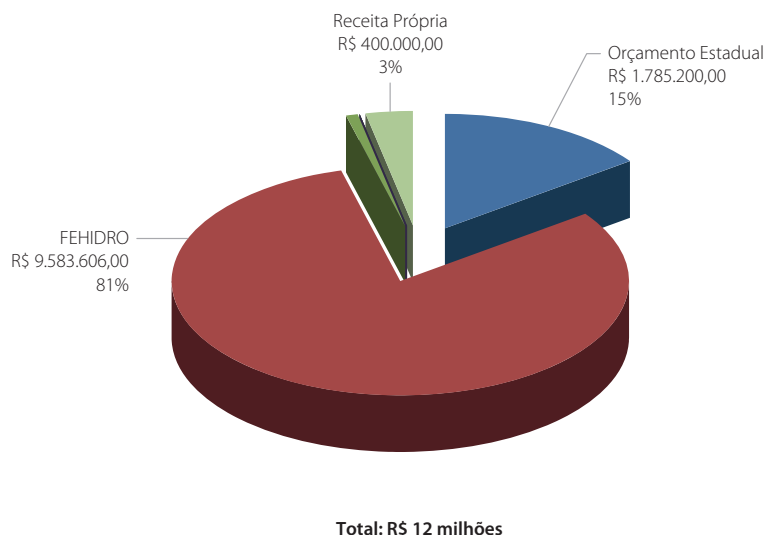


Figura 38: Fonte dos recursos financeiros dos Compromissos relativos à Área Temática 5.

Em termos gerais, o FEHIDRO responde por 30 dos 38 Compromissos da Área Temática 5, num total de R\$ 10 milhões. Os Compromissos financiados visam promover a capacitação e a formação continuada em recursos hídricos e promover a comunicação social, a difusão de informações e a mobilização em recursos hídricos.

Parte significativa dos Compromissos desta Área Temática envolve atividades de articulação, mobilização, sensibilização, planejamento, ou mesmo de rotina, que em princípio, podem ser desenvolvidas com os recursos materiais e/ou humanos das próprias instituições. Entretanto, apenas dois Compromissos (5%) não necessitam de recursos de investimento para sua exe-

cução. Tais Compromissos estão relacionados à distribuição de publicação sobre diretrizes para avaliação de ações de educação ambiental em recursos hídricos e ao apoio à realização de seminários sobre educação ambiental em recursos hídricos.

Execução dos Compromissos

Os Compromissos pactuados na Área Temática 5 tiveram, em média, 22% de execução no primeiro ano de implementação do PERH, abaixo da média geral do Plano (26%). Em termos financeiros, foram investidos 14% dos recursos previstos, o que equivale a R\$ 1,6 milhão. A Figura 39 apresenta o resumo do nível de execução dos Compromissos nesta Área Temática.

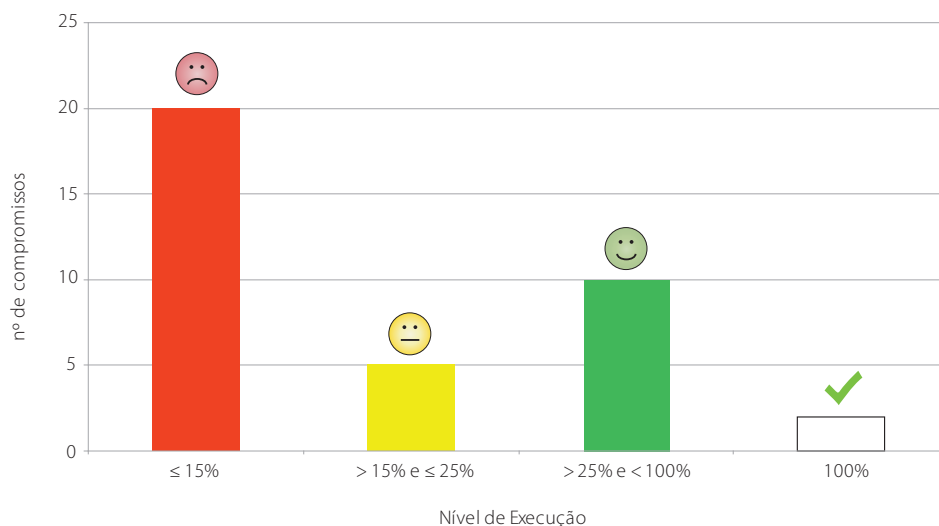


Figura 39: Distribuição dos Compromissos da Área Temática 5 segundo o nível de execução.

Legenda

Nível de execução do Compromisso, considerando o andamento de 1/4 do PERH:			
✓	100%: concluído ou com a meta já atingida	😊	> 15% e ≤ 25%: dentro do esperado
😊	> 25% e < 100%: acima do esperado	😞	≤ 15%: abaixo do esperado

Conforme se vê nesta Figura, 10 Compromissos da Área Temática 5 (29%) apresentam execução superior a 25%, sendo que dois deles (6%) encontram-se concluídos, segundo seus Executores. Cinco Compromissos situam-se em uma faixa intermediária de execução da meta – de 15% a 25%. Por fim, observa-se um grupo de 20 Compromissos cuja execução é igual ou inferior a 15%, representando 57% do total. Vale notar que o percentual de Compromissos neste último grupo é o maior entre todas as Áreas Temáticas do PERH 2012-2015, o que sugere uma maior dificuldade para a implementação das metas aqui pactuadas.

Entre os Compromissos com execução igual ou inferior a 15%, verifica-se maior concentração (45%) nos Componentes relacionados à comunicação social, difusão de informações e mobiliza-

ção, envolvendo desde atividades rotineiras como a publicação de informativos, até a elaboração e/ou implementação de programas de comunicação. Este grupo de Compromissos totaliza R\$ 5,8 milhões, ou 32% dos investimentos previstos na Área Temática 5, estando 85% das ações sob a responsabilidade dos Comitês de Bacias.

Dos 20 Compromissos com execução igual ou inferior a 15%, 10 ainda não foram iniciados. A Figura 40 mostra as justificativas para o atraso na execução de Compromissos na Área Temática 5. Entre elas, destacam-se a ocorrência de excepcionalidades (40%), envolvendo problemas legais, contratuais, entre outros; o atendimento de outras prioridades pela Instituição (20%); e a necessidade de cumprimento de requisito anterior (20%), tais como a elaboração de estudos/termo de referência ou a execução de licitação.

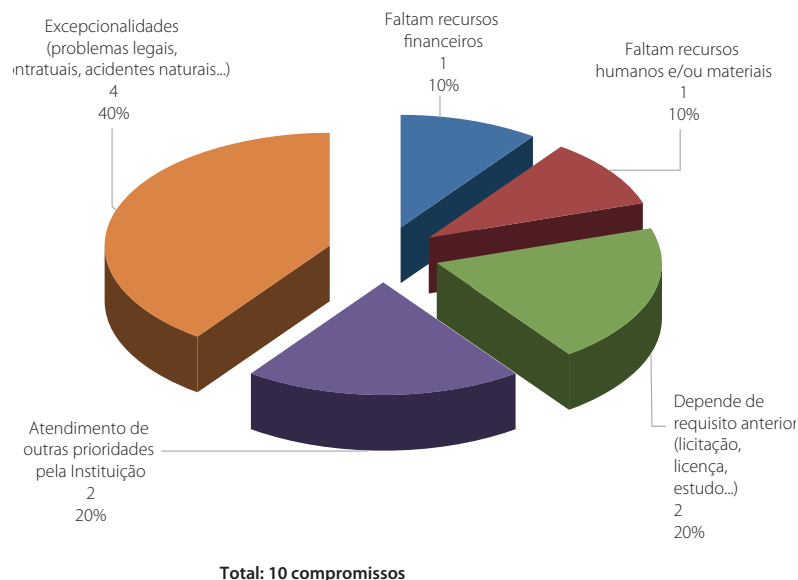


Figura 40: Justificativas pelos atrasos na execução de Compromissos da Área Temática 5.

Apesar destas dificuldades, a apreciação geral do andamento dos Compromissos desta Área Temática foi positiva, com mais da metade dos Executores (54%) avaliando que as atividades necessárias para o cumprimento das metas estão dentro dos prazos previstos. Quando a avaliação se restringe apenas aos Compromissos com execução igual ou inferior a 15%, este percentual cai para 47%, ainda elevado frente à quantidade de ações sequer iniciadas.

Nesse caso, ainda que se considere uma reformulação de prazos, merecem atenção dois Compromissos em particular, uma vez que perfazem as únicas metas pactuadas em seus respectivos Componentes Específicos: a identificação e priorização de temas para o desenvolvimento de pesquisas em recursos hídricos e o desenvolvimento de estudo objetivando identificar áreas estratégicas para preservação dos recursos hídricos voltados ao abastecimento urbano. Trata-se de dois dos três únicos Compromissos firmados no Componente relacionado a estudos e pesquisas, o que levará à ausência de metas associadas a este Componente no PERH 2012-2015, caso estes Compromissos não venham a ser executados.

Concluindo a avaliação da Área Temática 5 é importante registrar a quantidade elevada de Compromissos sem resposta (23 ações ou 38% do total) quanto ao seu andamento nesta primeira rodada de acompanhamento. Os Compromissos não respondidos distribuem-se pela maioria (69%) dos Componentes Específicos que compõem esta Área Temática.

ca, não apenas comprometendo sua avaliação como, também, gerando incertezas quanto ao potencial de avanço efetivo das questões aí contempladas, no âmbito do PERH 2012-2015. Para efeito do acompanhamento, especial atenção deve ser dada ao Componente Específico “Fomentar recursos para financiamento de pesquisas por linhas temáticas”, o qual possui um único Compromisso não respondido.

3.3 Resultados por Instrumento de Gestão dos Recursos Hídricos

O presente item apresenta uma avaliação do andamento do PERH através de uma leitura transversal do plano, tendo como referência a implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos. Tal enfoque considera que, embora o PERH tenha uma Área Temática específica de instrumentos de gestão, todos os Compromissos podem ser direta ou indiretamente relacionados a estes.

Para fazer essa avaliação, partiu-se da classificação dos Compromissos do PERH 2012-2015 de acordo com os Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos previstos na Lei federal nº 9.433/1997 e na Lei estadual nº 7.663/1991. Para os Compromissos que não se enquadraram diretamente nos instrumentos previstos na legislação foi estabelecida uma classificação própria. Assim, para efeito da avaliação ora apresentada, foi considerada a seguinte classificação:

- Cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- Enquadramento dos corpos d'água em classes;
- Outorga de direitos de uso de recursos hídricos;
- Planos de Recursos Hídricos e Relatório de Situação;
- Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos;
- Capacitação/Educação/Comunicação;
- Conservação, preservação e recuperação de vegetação;
- Desenvolvimento Institucional;
- Monitoramento quali-quantitativo das águas;
- Saneamento básico;
- Uso, ocupação, conservação e recuperação do solo;
- Usos Múltiplos.

O Anexo III apresenta a descrição detalhada destas classes, ou seja, que tipos de Compromissos estão contidos em cada instrumento de gestão. A Figura 41 mostra a distribuição dos Compromissos do PERH 2012-2015 em relação à classificação descrita acima.

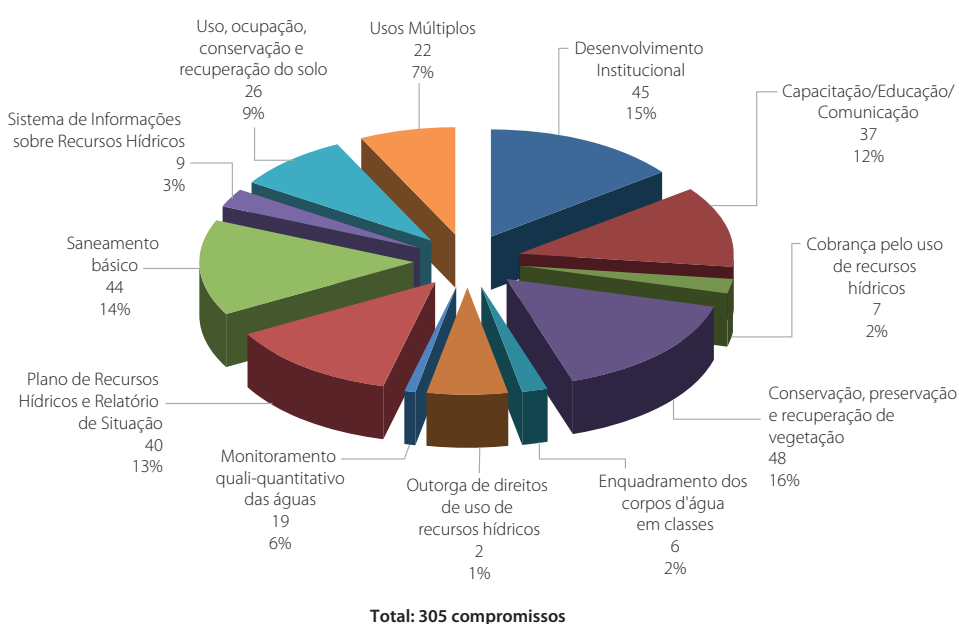


Figura 41: Distribuição dos Compromissos do PERH 2012-2015 por instrumento de gestão.

Os sete Compromissos relativos à **Cobrança pelo uso dos recursos hídricos** concentram-se na Área Temática 2 e referem-se à implementação e ao acompanhamento das Cobranças urbana e rural, incluindo sistema informatizado e capacitação específica. Estes Compromissos somam cerca de R\$ 2,0 milhões (0,01% do investimento total do PERH).

Os Compromissos relativos ao **Enquadramento dos corpos d'água** somam seis e concentram-se na Área Temática 2, abrangendo diagnóstico específico e estudo de fundamentação ou capacitação específica. Estes Compromissos so-

nam aproximadamente R\$ 2,85 milhões (0,02% do investimento total do PERH).

Dos dois Compromissos relativos à **Outorga de direitos de uso da água**, também contidos na Área Temática 2, o principal é um Compromisso institucional do DAEE referente à implantação de sistema de consulta e emissão de outorga por meio eletrônico, que requer R\$ 9,9 milhões (0,06% do investimento total do PERH). O outro Compromisso (conjunto de DAEE e CETESB) não requer recursos financeiros.

Com relação aos **Planos de Recursos Hídricos e Relatório de Situação** foram identificados

40 Compromissos distribuídos nas cinco Áreas Temáticas (sendo que a Área Temática 2 concentra cerca de 60% destes Compromissos) e que somam R\$ 35,3 milhões (0,21% do investimento total do PERH). Estes Compromissos relacionam-se: à compartimentação territorial das bacias hidrográficas; à implementação e ao acompanhamento sistemático dos Planos de Recursos Hídricos através dos Relatórios de Situação; ao aproveitamento dos recursos hídricos em regiões metropolitanas e áreas rurais, considerando os múltiplos usos; ao mapeamento de áreas com restrição de usos da água em função de disponibilidade ou de qualidade e à divulgação de temas prioritários para pesquisa vinculados ao PBH e à mobilização social, incluindo ações de capacitação e comunicação específicas.

Os Compromissos relativos ao **Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos** aparecem distribuídos nas Áreas Temáticas 1, 2 e 5, totalizando nove Compromissos no valor de R\$ 4,56 milhões (0,03% do investimento total do PERH). Estes Compromissos se referem a: banco de dados informatizado e/ou georreferenciado; sistema de monitoramento da gestão integrada de recursos hídricos; modernização do SINFEHIDRO; implementação e capacitação em sistemas de informações para os CBHs; e a aperfeiçoamento e manutenção dos sites dos CBHs e do Portal do SIGRH.

Quanto à **Capacitação/Educação/Comunicação** foram identificados 37 Compromissos, distribuídos nas Áreas Temáticas 3 e 5 (90%), totalizando R\$ 13,41 milhões (0,08% do investimento total do PERH). Estes Compromissos se referem a: diretrizes de educação ambiental para a gestão de Recursos Hídricos, segurança hídrica e a projetos de formação e capacitação continuadas para técnicos e sociedade civil.

Os Compromissos relativos à **Conservação, preservação e recuperação de vegetação** concentram-se nas Áreas Temáticas 2 e 4, abrangendo 48 Compromissos relacionados ao levantamento, monitoramento e recomposição da vegetação natural e à integração entre os planos de manejo das UC e os planos de recursos hídricos. Estes Compromissos somam R\$ 691,6 milhões (4,1% do investimento total do PERH).

Em relação ao **Desenvolvimento Institucional**, 45 Compromissos distribuem-se nas Áreas Temáticas 1 (95%), 3 e 4, totalizando R\$ 11,63 milhões (0,07% do investimento total do PERH). Estes Compromissos abrangem: o apoio técnico e financeiro às Instituições integrantes do SIGRH

– incluindo infraestrutura física e/ou ferramenta administrativo-gerencial; a articulação entre os CBHs e demais entes do Sistema; a gestão de conflitos; e a elaboração de protocolo de conduta para gerenciamento de risco.

Dezenove Compromissos relativos ao **Monitoramento quali-quantitativo das águas** aparecem nas Áreas Temáticas 2 (75%) e 4, totalizando R\$ 34,2 milhões (0,2% do investimento total do PERH). Estes Compromissos abrangem a ampliação e modernização da rede de monitoramento quali-quantitativo - incluindo capacitação técnica - e o desenvolvimento de pesquisas e o aperfeiçoamento dos bancos de dados sobre qualidade águas.

Os Compromissos relativos a **Saneamento básico** aparecem nas Áreas Temáticas 3 (98%) e 4, totalizando 44 Compromissos referentes a: planos municipais de saneamento, universalização dos sistemas de esgotamento sanitário e de abastecimento de água potável, gestão de resíduos sólidos e obras de drenagem em áreas urbana e rural, e a Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional. Estes Compromissos somam R\$ 13,63 bilhões ou 81% do investimento total do PERH.

Os 26 Compromissos relativos ao **Uso, ocupação, conservação e recuperação do solo** aparecem nas Áreas Temáticas 1, 3 (27%) e 4 (69%), totalizando R\$ 98 milhões (0,6% do investimento total do PERH). Estes Compromissos abrangem: o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE); o gerenciamento e a recuperação de áreas de risco, incluindo ações estruturais de prevenção e de resposta; a proteção de mananciais destinados ao abastecimento público de água e a recuperação das áreas degradadas.

Os Compromissos relativos a **Usos Múltiplos** concentram-se na Área Temática 3, totalizando 22 Compromissos no valor de R\$ 2,26 bilhões (13,5% do investimento total do PERH), dado que entram os novos Compromissos da Secretaria de Logística e Transporte. Sob esta classificação, encontram-se Compromissos diversificados abrangendo desde intervenções de grande porte – como a extensão da Hidrovia Tietê-Paraná, a implantação da Hidrovia Metropolitana de São Paulo e a ampliação/modernização de PCH – até ações de capacitação técnica e difusão de informações e práticas sustentáveis de uso da água.

O Quadro 7 mostra a situação dos Compromissos, por classificação, em relação ao nível médio execução das metas no período 2012-2013.

Quadro 7: Nível médio de execução dos Compromissos do PERH no ano de 2012, por instrumento de gestão.

Classificação do Compromisso	Nível Médio de Execução	Situação
Cobrança pelo uso dos recursos hídricos	29%	
Enquadramento dos corpos d'água em classes	0,4%	
Outorga de direitos de uso de recursos hídricos	32%	
Planos de Recursos Hídricos e Relatório de Situação	23%	
Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos	24%	
Capacitação/Educação/Comunicação	21%	
Conservação, preservação e recuperação de vegetação	28%	
Desenvolvimento Institucional	27%	
Monitoramento quali-quantitativo das águas	25%	
Saneamento básico	29%	
Uso, ocupação, conservação e recuperação do solo	34%	
Usos Múltiplos	27%	

Legenda

Nível de execução do Compromisso, considerando o andamento de 1/4 do PERH:			
	100%: concluído ou com a meta já atingida		> 15% e ≤ 25%: dentro do esperado
	> 25% e < 100%: acima do esperado		≤ 15%: abaixo do esperado

Observa-se que, para sete destas classes, as metas apresentam nível médio de execução acima da média geral do PERH, que foi de 26%:

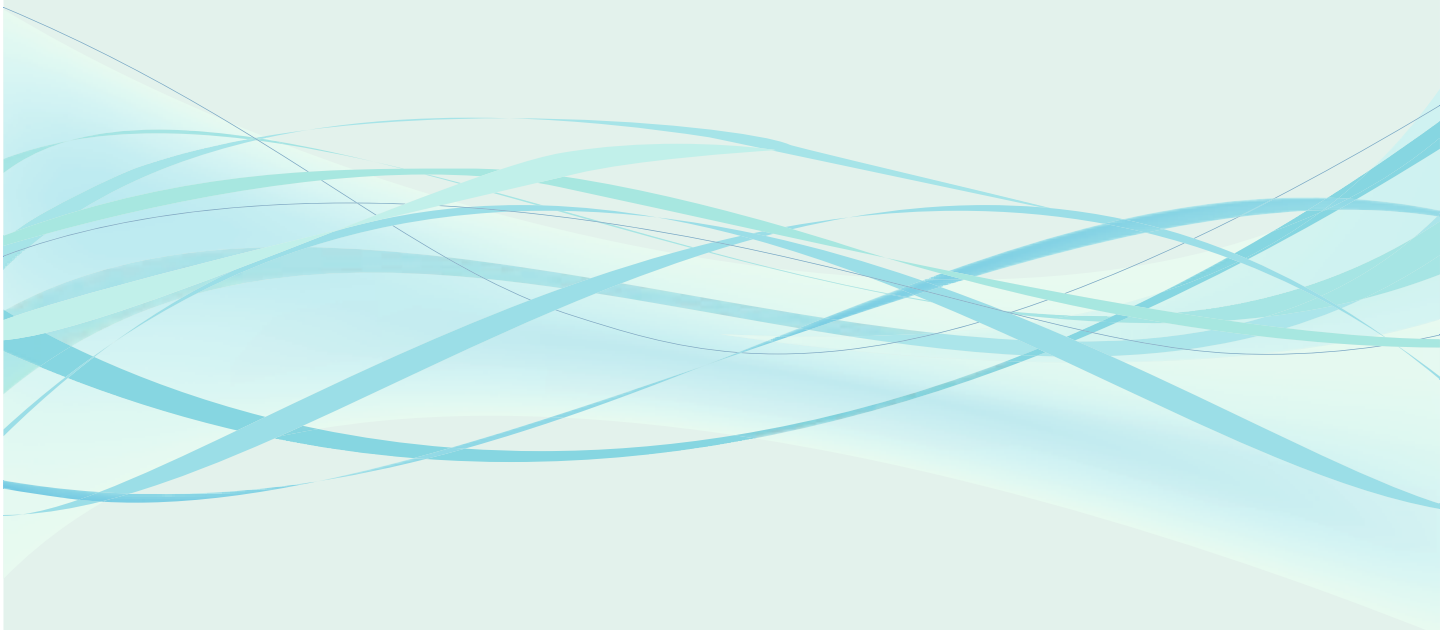
- **Uso, ocupação, conservação e recuperação do solo** com nível médio de execução de 34%. O principal avanço esperado com o cumprimento dos Compromissos pactuados é a maior integração da gestão de recursos hídricos com outras políticas de viés territorial.
- **Outorga de direitos de uso da água** cuja meta teve nível de execução de 32%. Os avanços esperados com o cumprimento dos

Compromissos pactuados são a elaboração de procedimentos simplificados e integrados de licenciamento ambiental e outorga de recursos hídricos e a informatização do sistema de outorgas do Estado.

- **Cobrança pelo uso dos recursos hídricos** com nível médio de execução de 29%. O principal avanço esperado com o cumprimento dos Compromissos pactuados é a conclusão do processo de implantação da Cobrança urbana ao final da vigência do PERH 2012-2015.

- **Saneamento básico** com nível médio de execução de 29%. Os avanços esperados com o cumprimento dos Compromissos pactuados envolvem, em linhas gerais, a ampliação da cobertura dos serviços de saneamento, contribuindo para a melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos.
 - **Conservação, preservação e recuperação de vegetação** com nível médio de execução de 28%. O principal avanço esperado com o cumprimento dos Compromissos pactuados é a maior integração da gestão de recursos hídricos com a política florestal.
 - **Desenvolvimento Institucional** com nível médio de execução de 27%. Dado o perfil dos Compromissos pactuados neste segmento, seu cumprimento repercute no aprimoramento do sistema de gestão como um todo.
 - **Usos Múltiplos** com nível médio de execução de 27%. Espera-se com estes Compromissos a difusão de tecnologias e práticas que aumentarão a sustentabilidade dos diversos usos das águas e também uma ampliação das hidrovias do Estado.
- As demais classes apresentam nível médio de execução das metas abaixo da média do PERH:
- **Monitoramento quali-quantitativo das águas** com nível médio de execução de 25%. O principal avanço esperado com o cumprimento dos Compromissos pactuados é a ampliação da rede de monitoramento de forma planejada e articulada entre as instituições envolvidas.
 - **Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos** com nível médio de execução de 24%. O principal avanço esperado com o cumprimento dos Compromissos pactuados é a ampliação do acesso à informação, proporcionando maior qualidade e agilidade às atividades de gestão.
 - **Planos de Recursos Hídricos e Relatório de Situação** com nível médio de execução de 23%. O cumprimento dos Compromissos pactuados possibilitará o avanço dos instrumentos de planejamento, além de maior integração da gestão de recursos hídricos com as políticas setoriais.
 - **Capacitação/Educação/Comunicação** com nível médio de execução de 21%. O principal avanço esperado com o cumprimento dos Compromissos pactuados é o aumento da capacitação dos integrantes do SIGRH, contribuindo para um melhor desempenho das atividades de gestão.
 - As metas relativas ao **Enquadramento dos corpos d'água** apresentam o nível médio de execução mais baixo de PERH: 0,4%, demandando maior esforço para alcançar os resultados esperados até o final da vigência do PERH 2012-2015. O cumprimento dos Compromissos pactuados fornecerá as diretrizes que subsidiarão o debate sobre a atualização do enquadramento no Estado, sendo que a CTPLAN definiu em sua agenda de atividades para 2013 a constituição de um Grupo de Trabalho, com a participação de CTPA, CTAS, CTUM e DGRH, para dar início à discussão sobre este tema no âmbito do SIGRH.

4. Considerações Finais





Fazenda na Zona Rural de Bananal / Foto: Eduardo Pazos

4. Considerações Finais

O acompanhamento do primeiro ano de implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH 2012-2015 teve, como uma de suas premissas de trabalho, a mobilização dos órgãos setoriais responsáveis pela execução de Compromissos, de modo a contribuir para sua internalização nas diferentes instituições. Como verificado já na fase de elaboração, a internalização do PERH nos órgãos da administração pública é considerada condição fundamental para o sucesso da sua implementação. Neste sentido, é possível admitir que o resultado mais relevante desta primeira rodada de acompanhamento do PERH 2012-2015 tenha sido a resposta das instituições executoras quanto ao andamento dos Compromissos pactuados.

Com relação a este aspecto, é importante assinalar que se obteve um nível de retorno de 90%⁷ na consulta feita às Secretarias de Estado, incluindo seus órgãos vinculados, a despeito de dificuldades pontuais de resposta por parte de algumas instituições. Esta mobilização foi responsável tanto pela disponibilização de dados atualizados sobre as ações em andamento, objetivo principal do acompanhamento, quanto pelo encaminhamento de Demandas existentes e ainda não apresentadas às instituições para avaliar sua viabilidade de atendimento, dando continuidade ao processo de pactuação. Igualmente importante, e decorrente desta mobilização, foi a oportunidade de realização de reuniões entre as Secretarias de Estado para confirmação do atendimento de Demandas conjuntas, uma prioridade desta fase do trabalho.

O resultado direto desse esforço foi um avanço importante no encaminhamento das Demandas formuladas ao SIGRH, uma vez que mais de 90% delas passaram por avaliação⁸, o que elevou seu nível de atendimento para 123 Demandas

(37%) e colocou em perspectiva o atendimento de outras 74 (22%). Entre Demandas atendidas e novas ações pactuadas, foram incorporados R\$2,2 bilhões ao PERH 2012-2015 no primeiro ano de implementação. Como assinalado ao longo do relatório, o nível de resposta obtido sugere que as Demandas ajudam a aperfeiçoar o Plano, ampliando as perspectivas de atuação dos órgãos do Estado, principais executores das ações demandadas. Por outro lado, o processo de avaliação também evidenciou a necessidade de maior consistência na formulação de Demandas, uma vez que parte delas ainda permanece pendente de uma resposta definitiva, a depender de informações complementares para uma adequada avaliação.

Em termos da execução dos Compromissos pactuados, também se verificou um avanço positivo. A avaliação dos resultados mostra que a média geral de execução das metas situa-se em 26%, compatível com o tempo decorrido em relação ao horizonte do PERH, de quatro anos. Este primeiro avanço foi sustentado por investimentos da ordem de R\$2,9 bilhões, ou 20% do total previsto. É necessário reconhecer, entretanto, que tal desempenho se deve, em grande medida, à implementação de algumas poucas ações, notadamente de saneamento básico, que respondem, isoladamente, por mais de 90% dos investimentos do Plano. Se, por um lado, esta grande concentração de investimentos pode gerar distorções quanto à apreciação dos avanços do PERH, de maneira geral também é indicativa do grau de resposta do Estado para investimentos que seguem sendo fundamentais para o cumprimento dos objetivos da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Contudo, para além dos investimentos em saneamento, é possível identificar outros avanços importantes nesse primeiro ano de implementação do Plano. Este é o caso dos Compromissos relacionados ao uso, ocupação, conservação e recuperação do solo, à Outorga pelo direito de uso de recursos hídricos, à implementação da Cobrança pelo uso dos recursos hídricos, e à conservação, preservação e recuperação de vegetação, os quais registraram avanços superiores à média geral de

7 Apenas a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano, cujas atribuições foram transferidas para a Casa Civil em 2013, deixou de fornecer informações sobre seus Compromissos no PERH, a despeito de alguns contatos iniciais.

8 Apenas 24 das 333 Demandas encaminhadas ao SIGRH durante a elaboração do PERH ficaram sem resposta.

implementação das metas. Ainda acima da média, merecem destaque os Compromissos relacionados ao desenvolvimento institucional, uma vez que as ações aí contempladas dependem mais do esforço institucional do que de recursos financeiros significativos para a obtenção de resultados.

Em contrapartida, os Compromissos relacionados ao Enquadramento dos corpos d'água, à Capacitação/Educação/Comunicação e aos Planos de Recursos Hídricos e Relatórios de Situação foram os que apresentaram os menores avanços neste primeiro ano. Ao lado destes Compromissos, foram identificadas dificuldades específicas na implementação do PERH 2012-2015, as quais devem ser objeto de atenção, na próxima etapa de acompanhamento.

No caso dos CBHs, embora tenha se verificado um avanço importante durante a elaboração do PERH, com a proposição de ações conjuntas por parte destes colegiados – organizados por Regiões Hidrográficas – o nível de resposta sobre o andamento destes Compromissos foi extremamente baixo, o que sugere que estas ações não foram iniciadas até o momento e, portanto, há dificuldade de articulação entre os Comitês. As dificuldades enfrentadas pelos CBHs para dar resposta aos Compromissos pactuados no PERH não se restringiram, entretanto, às ações conjuntas, constituindo, na verdade, o principal componente do elevado índice de Compromissos não respondidos (20%) nesta etapa de acompanhamento.

O baixo índice de resposta dos CBHs, ainda que não tenha impacto sobre a alocação de investimentos no PERH, afeta diretamente o alcance de metas importantes para a gestão de recursos hídricos, visível no desempenho diferenciado de suas Áreas Temáticas. Assim, aquelas com maior dependência de uma atuação regionalizada, como é o caso das Áreas Temáticas 2 (Instrumentos de Gestão) e 5 (Educação/Capacitação/Comunicação), tiveram implementação das metas inferior à média geral do Plano. Dados estes resultados, entende-se que será necessária uma maior aproximação entre os colegiados do Sistema, sob a coordenação do CORHI, com vistas a promover a implementação dos Compromissos do PERH.

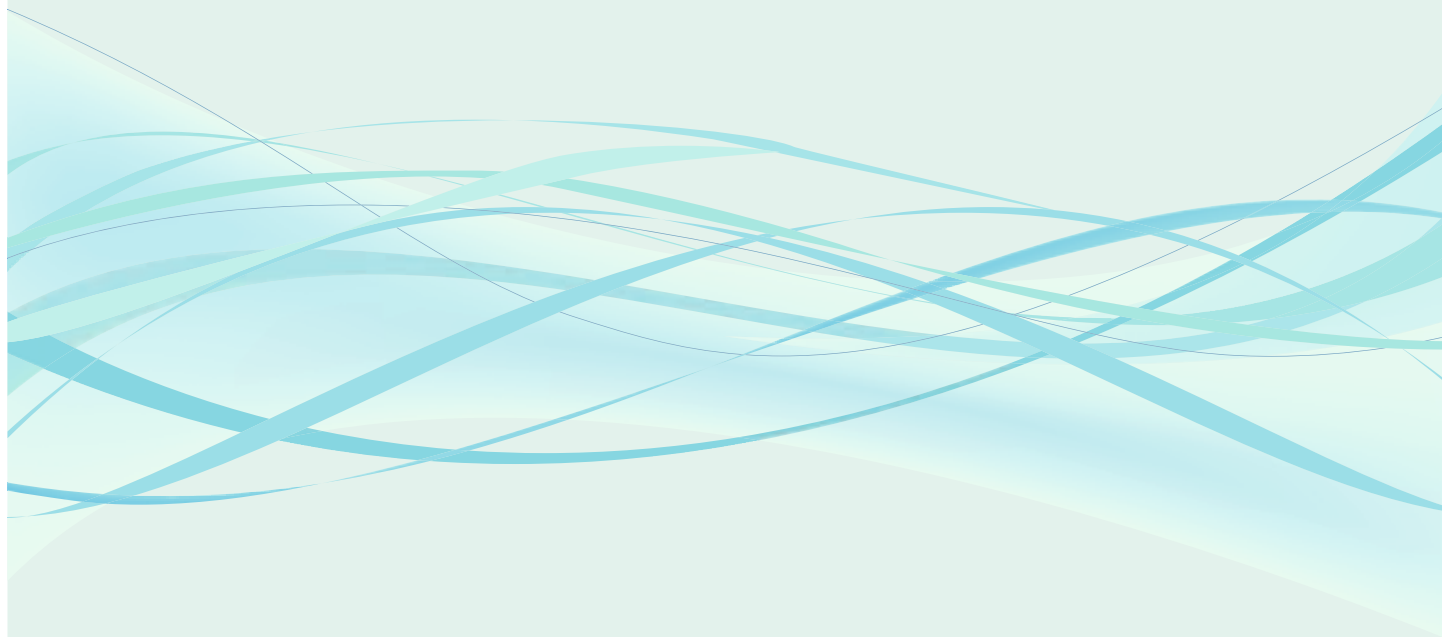
Um segundo aspecto a considerar, para efeito de acompanhamento, refere-se a questões que in-

terferem na execução das metas pactuadas. Como se verificou nas análises apresentadas, embora a média geral de implementação do Plano esteja satisfatória, aproximadamente metade dos Compromissos assumidos apresenta baixo nível de execução, sendo que uma parcela deles (27% das metas pactuadas) encontra-se efetivamente atrasada. A principal razão para o atraso na execução de Compromissos no PERH é a necessidade de atendimento de algum requisito anterior (licitação, licença, estudo). É de se notar que esta condicionante adquire extrema relevância na Área Temática 2, financiada majoritariamente por recursos do FEHIDRO, o que sugere uma possível correlação entre essa fonte de recursos e os requisitos necessários para a implementação das ações.

A recomendação que se faz, portanto, é o acompanhamento da evolução dos Compromissos financiados pelo FEHIDRO, de modo que se possa verificar essa correlação e sugerir ajustes específicos, caso necessário. Vale registrar que o FEHIDRO já vem sendo objeto de uma série de medidas, visando melhorar a qualidade dos investimentos e dar agilidade ao trâmite dos projetos por ele financiados. Entre elas, destaca-se a modernização de seu Sistema de Acompanhamento e Controle – SINFEHIDRO, a definição de novos procedimentos operacionais e o aumento da capacidade de análise técnica do sistema, medidas estas contempladas por dois Compromissos do PERH 2012-2015.

Por fim, porém não menos importante, vale mencionar uma lacuna representada pela parcela dos investimentos vinculados ao Orçamento do Estado – cerca de 1/3 dos Compromissos ou R\$1,1 bilhões – sem identificação das rubricas contábeis correspondentes. Dada a dificuldade para levantar tais informações junto aos Executores, de maneira geral, acredita-se que sua ausência se deva principalmente à falta de acesso dos técnicos, responsáveis pela execução das ações, ao Orçamento de suas unidades administrativas, uma vez que as metas encontram-se em andamento. Neste caso, sugere-se que, na próxima rodada de acompanhamento do PERH, seja reforçada a necessidade de suporte das áreas responsáveis pelo Orçamento das Secretarias às respectivas áreas técnicas.

Anexos



Área Temática 1 - Desenvolvimento Institucional e Articulação para a Gestão dos Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
1.1. Aperfeiçoar a estrutura e o funcionamento do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.1.1. Estruturar e acompanhar o sistema de monitoramento da gestão integrada de recursos hídricos no Estado de São Paulo	1.1.1.1. Implementar sistema de monitoramento da gestão integrada de recursos hídricos	CRHi	Estabelecer sistemática de acompanhamento da gestão de recursos hídricos, com o uso de indicadores de gestão	25%	0,00	-
		1.1.2.1. Implantar e acompanhar os instrumentos de gestão estabelecidos na Política Estadual de Recursos Hídricos, com destaque para a consecução das metas estabelecidas pelos colegiados	cancelado				
	1.1.2. Promover o aprimoramento do sistema de gestão dos recursos hídricos	1.1.2.2. Promover o aprimoramento do sistema de gestão dos recursos hídricos, através do planejamento anual de atividades	CRHi, CBH-SMG	1) Implementar agenda de trabalho do SIGRH, com metas anuais; 2) Planejamento anual definindo a agenda do CBH-SMG.	43%	5.000,00	50%
		1.1.2.3. Promover o aprimoramento do sistema de gestão dos recursos hídricos, através da articulação entre órgãos setoriais, instituições locais e CBHs	FF	Participar dos colegiados em 10 UGRHs privilegiando a inter-relação do Sistema de Recursos Hídricos com o Sistema de Unidades de Conservação	100%	0,00	-
		1.1.2.4. Promover a articulação dos CBHs integrantes de uma mesma Bacia/Vertente.	CBHs da Bacia do Tietê (AT/PC)/ SMT/ TJ/TB/BT); CBHs da Vertente Litorânea (RB/BS/LN)	1) Implementar plano de trabalho conjunto para as UGRHs da Bacia do Rio Tietê; 2) Criar e estruturar grupo de trabalho no âmbito dos CBHs da vertente litorânea; 3) Estruturar e implantar plano de gestão integrada na zona costeira do Estado de São Paulo.	não informado	350.000,00	não informado

(Parte 1 de 3)

Área Temática 1 - Desenvolvimento Institucional e Articulação para a Gestão dos Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
1.1. Aperfeiçoar a estrutura e o funcionamento do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos	1.1.3. Promover a gestão compartilhada entre UGRHs do Estado de São Paulo	1.1.3.1. Apoiar os CBHs no estabelecimento de estratégias para a gestão compartilhada entre UGRHs	CORHI	Apoiar o grupo de CBHs da Bacia do Tietê e da Vertente Litorânea no estabelecimento de uma estratégia de integração de programas e metas, visando à gestão compartilhada das Bacias.	0%	0,00	-
		1.1.3.2. Identificar conflitos intersetoriais nas regiões metropolitanas	EMPLASA	Elaborar estudo para identificar os conflitos inter e intra-bacias nas regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Baixada Santista.	não informado	600.000,00	não informado
		1.1.3.3. Apoiar a implementação do Plano de Abastecimento da Macrometrópole Paulista, por meio da gestão de conflitos	SDM	Análise e solução de conflitos para consolidação do plano de abastecimento da Macrometrópole	não informado	500.000,00	não informado
		1.1.3.4. Definir mecanismos de negociação dos conflitos em recursos hídricos	CBHs BPG, BS, BT, MOGI, MP, SMG, AP	Identificar conflitos inter e intra-bacias hidrográficas e estabelecer estratégias para o seu gerenciamento	15%	1.112.000,00	23%
		1.1.3.5. Implementar ações para minimizar conflitos decorrentes do uso múltiplo de recursos hídricos	CBH-PS	Criar mesas de negociação com as partes envolvidas e mediação de profissional especializado	não informado	100.000,00	-
	1.1.4. Fortalecer a participação e representação dos segmentos do SIGRH	1.1.4.1. Identificar as razões do déficit de participação e representatividade dos segmentos em todas as instâncias do SIGRH visando o fortalecimento institucional	Agência PCJ, CBHs PP, SMG, LN	Elaborar diagnóstico para identificação das razões do déficit de participação e representatividade nos colegiados do SIGRH	33%	4.910.600,00	8%
		1.1.4.2. Criar programa e mecanismos visando ampliar a participação nas instâncias do SIGRH	CRHI	Implementar plano de ação para fortalecimento da participação dos segmentos nos colegiados do SIGRH	0%	200.000,00	0%
	1.1.5. Promover e participar da gestão integrada de bacias interestaduais	1.1.5.1. Apoiar técnica, financeira e politicamente a gestão das bacias interestaduais	CRHi, CBHs BPG, BT, SM, MOGI, RB e CBHs da Vertente Paulista do Paranaapanema (ALPA/MP/PP)	1) Realizar articulação institucional para a gestão integrada de bacias interestaduais; e 2) Implementar planos de trabalho para a implantação dos Comitês Federais do Rio Grande e do Rio Paranaapanema	50%	635.928,80	31%
		1.1.6.1. Rever, anualmente, os procedimentos de análise e tramitação de empreendimentos financiados pelo FEHIDRO	CRHi, FF, CBH-AP, CBHs da Vertente Paulista do Paranaapanema (ALPA/MP/PP)	1) Aprimorar os critérios e procedimentos de financiamento do FEHIDRO; 2) Elaborar orientações específicas para elaboração de Termos de Referência; 3) Realizar cursos de capacitação junto aos tomadores de recursos FEHIDRO.	33%	200.000,00	0%
		1.1.6.2. Modernizar o Sistema de Acompanhamento e Controle do FEHIDRO - SINFEHIDRO	CRHI	Realizar a modernização do Sistema de Acompanhamento e Controle do FEHIDRO	10%	1.848.000,00	0%

(cont. – Parte 2 de 3)

Área Temática 1 - Desenvolvimento Institucional e Articulação para a Gestão dos Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
1.2. Articular e promover a intersectorialização de programas e ações do Plano Estadual de Recursos Hídricos	1.2.1. Externalizar o Plano Estadual de Recursos Hídricos para as diversas instâncias de Governo (Federal, Estadual e Local) e segmentos que compõem o SIGRH	1.2.1.1. Acompanhar a internalização do PERH nas ações das Secretarias de Estado	SAA e CDHU	Elaborar relatório anual das atividades do PERH implementadas pelas Secretarias de Estado	50%	0,00	-
		1.2.1.2. Incluir as ações setoriais de interesse para recursos hídricos no Plano Plurianual		cancelado			
		1.2.1.3. Internalizar diretrizes dos Planos de Recursos Hídricos nos Planos de Manejo de UCs	FF	Internalização das diretrizes dos Planos de Recursos hídricos em 8 Planos de Manejo	40%	0,00	-
		1.2.1.4. Integrar o Plano Estadual de Habitação (PEH) com o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH)	CDHU	Integrar as ações do Plano Estadual de Habitação com o ZEE e o PERH durante sua implementação	0%	0,00	-
		1.2.1.5. Integrar os estudos de compartimentação territorial e a delimitação de sub-bacias hidrográficas do Estado	EMPLASA, CPLA	1) Elaborar estudos de compartimentação territorial considerando as UGRHs; 2) Constituir base de informações para estudo de vulnerabilidade e fragilidade ambientais.	não informado	1.150.000,00	não informado
		1.2.1.6. Articular políticas setoriais de interesse para recursos hídricos nas Regiões Metropolitanas	SDM	Promover reuniões para articulação do PERH com outros planos setoriais (Planos Regionais de Saneamento, etc.)	não informado	800.000,00	não informado
		1.2.1.7. Compatibilizar o ordenamento territorial com a gestão de recursos hídricos	CPLA	Estabelecimento da Lei Estadual para o Zoneamento Ecológico-Econômico no Estado e encaminhamento à ALESP	100%	0,00	-
		1.2.1.8. Integrar os Planos de Manejo de UCs com o Zoneamento Ecológico-Econômico	FF	Internalizar diretrizes dos Planos de Manejo de UCs no ZEE de 7 UGRHs	30%	0,00	-
		1.3.1.1. Promover a articulação das esferas estaduais e municipais com o objetivo de integrar as políticas públicas de diversos níveis voltadas aos recursos hídricos, em sintonia com as metas do PBH, do PERH e do PNRH	CPLA, Agência PCJ, CBHs BPG, SMG, TG	Promover Articulação Institucional em diversos níveis voltados para recursos hídricos	3%	4.174.000,00	0%
		1.3.1.2. Divulgar os Planos de Recursos Hídricos junto à administração pública estadual e municipal	CBHs AP, AT, BPG, BT, LN, MP, PARDO, PP, SMG, TG	Promover 88 eventos (Seminários, Oficinas, Reuniões) de divulgação em 11 UGRHs	9%	524.100,00	1%
1.3. Promover a integração entre os poderes públicos nas esferas federal, estadual e municipal para atuação conjunta nas políticas públicas.	1.3.1. Integrar as políticas públicas federais, estaduais e municipais com interface em recursos hídricos	1.3.1.3. Integrar as diretrizes e programas dos Planos de Bacia com o Gerenciamento Costeiro e Planos de manejo das APAs marinhas	CBH-LN	Participação de 1 CBH em Conselhos de UCs e GERCO para promover a integração entre instrumentos de gestão das águas costeiras e interiores	não informado	4.000,00	não informado
		1.3.1.4. Promover a articulação entre os agentes públicos para a tomada de decisão em questões de interesse comum das UGRHs	CBH-AP, CBHs da Vertente Paulista do Parapanema (ALPA/MP/PP)	Realizar 12 ações de mobilização em 5 UGRHs para subsidiar a tomada de decisão sobre a implantação de PCHs	33%	0,00	-

(cont. – Parte 3 de 3)

Área Temática 2 - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
2.1. Promover o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento dos recursos hídricos	2.1.1. Acompanhar e aprimorar a execução dos Planos de Recursos Hídricos	2.1.1.1. Aprimorar a metodologia de elaboração dos Planos de Recursos Hídricos	CORHI	Revisar, em conjunto com os CBHs, a Deliberação CRH Nº 62	100%	0,00	-
		2.1.1.2. Atualizar constantemente os planos de recursos hídricos	CRHI	Atualizar o Plano Estadual de Recursos Hídricos e apoiar a atualização dos 21 Planos de Bacias Hidrográficas	10%	1.500.000,00	0%
		2.1.1.3. Instituir sistemática de acompanhamento dos Planos de Recursos Hídricos, visando avaliar sua eficácia, eficiência e efetividade	Agência PCJ, CBHs da Vertente Paulista do Parapanema (ALPA/MP/PP), CBHs AP, TB, TG, TJ	Atualizar os Planos de Bacias de 8 UGRHs e estabelecer sua compatibilidade com políticas públicas locais e regionais	18%	6.023.788,33	14%
			CRHI	Definir e estruturar processo de divulgação, acompanhamento e articulação institucional para a implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos 2012-15.	20%	100.000,00	0%
		2.1.1.4. Avaliar a situação dos recursos hídricos e a implementação dos planos de recursos hídricos	Agência PCJ, CBHs BT, LN, MP, SMG, PARDO	Definir e implementar indicadores de acompanhamento, inclusive financeiros, dos Planos de Recursos Hídricos em 6 UGRHs	35%	1.924.500,00	0%
			CRHI	Publicar anualmente o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo e apoiar a elaboração dos Relatórios de Situação das UGRHs	13%	1.600.000,00	0%
		2.1.1.5. Disponibilizar Base de Dados para acompanhamento da gestão de recursos hídricos	Agência PCJ, CBHs AT, BS, PP, RB, SMG, TB, TG, MOGI	8 relatórios anuais de situação das UGRHs	28%	1.684.606,00	14%
			cancelado				

(Parte 1 de 4)

Área Temática 2 - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
2.1. Promover o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento dos recursos hídricos	2.1.2. Atualizar o enquadramento dos corpos d'água do Estado	2.1.2.1. Estabelecer procedimentos específicos para atualizar o enquadramento dos corpos d'água	CORHI	Aprovar no CRH a regulamentação de procedimentos específicos para atualização do enquadramento dos corpos d'água e capacitar técnicos do Sistema	0%	0,00	-
		2.1.2.2. Definir parâmetros de qualidade da água para subsidiar a atualização do enquadramento	CETESB	Desenvolvimento e implantação de índices de qualidade para águas salinas e salobras na rede de monitoramento da CETESB.	100%	0,00	-
		2.1.2.3. Disponibilizar banco de dados quali-quantitativos para a atualização do enquadramento	CETESB	Colocar em operação o BD de Cargas Industriais, integrado à rede de qualidade da CETESB, com interface gráfica via web	0%	889.718,71	0%
		2.1.2.4. Desenvolver estudos para classificação dos corpos d'água	Agência PCJ, CBHs AP, BS, BT	Elaborar estudos e projetos para subsidiar a atualização do enquadramento em 5 UGRHs do Estado	1%	2.569.620,00	1%
		2.1.2.5. Disseminar o conteúdo conceitual e técnico do enquadramento	Agência PCJ, CBH-AT	Realizar ações de comunicação e capacitação para divulgar o conteúdo conceitual e técnico do enquadramento em 4 UGRHs	0%	115.500,00	0%
2.2. Aprimorar o sistema de fiscalização, licenciamento e outorga	2.2.1. Integrar os procedimentos de outorga e licenciamento ambiental	2.2.1.1. Elaborar procedimentos simplificados e integrados de licenciamento ambiental e outorga de recursos hídricos	CETESB/DAEE	Propor procedimentos simplificados e integrados de licenciamento ambiental e outorga de recursos hídricos para pequenos usuários rurais, procedendo ao seu cadastramento	50%	0,00	-
		2.2.2. Modernizar a infraestrutura, equipamentos e metodologias de fiscalização e outorga	DAEE	6.000 outorgas/ano	32%	9.926.583,00	12%
	2.2.3. Integrar os sistemas de informação de apoio à outorga e licenciamento ambiental	2.2.3.1. Integrar as informações dos bancos de dados associados aos procedimentos de outorga e licenciamento ambiental	FF	Disponibilização de 40 Bancos de Dados oriundos dos Planos de Manejo de UCs	0%	0,00	-
		2.2.3.2. Disponibilizar Sistema de Suporte à Decisão aos órgãos responsáveis pela outorga e licenciamento	Agência PCJ	Disponibilizar 1 SSD para utilização pelos órgãos gestores	25%	1.808.761,68	10%

(cont. – Parte 2 de 4)

Área Temática 2 - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
2.3. Implementar, subsidiar e difundir os princípios da cobrança pelo uso da água em todos os CBH do Estado.	2.3.1. Finalizar o processo de implementação da cobrança em todas as UGRHs do Estado	2.3.1.1. Acompanhar o processo de implementação da cobrança em todas as UGRHs do Estado de São Paulo	CRHI	Apoiar a implementação da cobrança urbana e rural nas 22 UGRHs	25%	0,00	-
		2.3.1.2. Implementar a cobrança urbana e industrial	CBHs da Vertente Paulista do Paranaapanema (ALPA/MP/PP) CBHs AP, SJD, SMG, TB, PARDO	Implementar a cobrança urbana e industrial em 8 UGRHs	38%	1.869.900,00	50%
		2.3.1.3. Atualizar periodicamente os critérios, procedimentos e valores da cobrança.	CBH-AT	Revisar, a cada dois anos, o decreto que regulamenta a cobrança na UGRHI Alto Tietê	não informado	0,00	-
		2.3.1.4. Implementar plano de divulgação da cobrança	CBH-TJ	Plano de divulgação elaborado	0%	222.344,85	0%
2.4. Aprimorar o sistema de monitoramento dos recursos hídricos	2.4.1. Modernizar e inovar a rede de monitoramento quali-quantitativa	2.4.1.1. Estabelecer Programa de Monitoramento para as UGRHs	CBHs da Vertente Paulista do Paranaapanema (ALPA/MP/PP) CBHs AP, AT	Estabelecer programa de monitoramento quali-quantitativo das águas superficiais e subterrâneas em 6 UGRHs	0%	400.000,00	0%
		2.4.1.2. Fomentar projetos para inovar e readequar o monitoramento quali-quantitativo.	CBH-SMG	Promover, no mínimo, 2 encontros anuais com CETESB e DAEE	0%	50.000,00	0%
		2.4.1.3. Modernizar, adequar, ampliar, operar e manter as redes de monitoramento de quantidade dos recursos hídricos	DAEE	Um radar meteorológico e 6 Salas de Situação implantados	57%	11.734.856,77	12%
		2.4.1.4. Ampliar a rede quali-quantitativa de águas superficiais e subterrâneas.	CETESB/DAEE	1) Reativar 30 pontos de medição de vazão nas UGRHs prioritárias. 2) Continuar a reativação para todo Estado, priorizando os pontos com séries históricas e os pontos de exutório. 3) Ampliar os pontos da rede superficial de qualidade em 43 pontos, visando atender a rede federal. 4) Ampliar a rede de monitoramento integrado em 80 poços e a rede de monitoramento de qualidade das águas subterrâneas em 50 pontos.	28%	10.160.000,00	1%

(cont. – Parte 3 de 4)

Área Temática 2 - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
2.4. Aprimorar o sistema de monitoramento dos recursos hídricos	2.4.1. Modernizar e inovar a rede de monitoramento quali-quantitativa	2.4.1.5. Ampliar e modernizar a rede automática de águas superficiais e incluir variáveis biológicas em toda a rede manual	CETESB	1) Rede manual: análises de clorofila e toxicidade em laboratório externo: 100 pontos, em 2012 e 10% de incremento anual até 2015. Instalar espectrofotômetro nos lab. descentralizados até 2013. 2) Rede automática: implantar 2 Estações no R. Tietê a jusante de B.Bonita (2012 - 2014) e 3 Estações na UGRHI 10 (2014 - 2015). Implementar sondas multiparâmetro com sensor de clorofila em 13 Estações existentes até 2014. Implementar a medição de clorofila em 8 Estações até 2013.	0%	3.820.000,00	0%
		2.4.1.6. Padronizar e incluir novas variáveis de qualidade na rede de monitoramento da CETESB	CETESB	1) Realizar levantamento de contaminantes em mananciais urbanos (2012 e 2013); 2) estabelecer critérios de qualidade (2014 e 2015); e 3) inserir análise de poluentes emergentes na rede (2015).	25%	300.000,00	0%
		2.4.1.7. Desenvolver Sistema de Monitoramento Agrometeorológico	CATI/AC, FUNDAG	1) Desenvolver um Sistema Integrado de Monitoramento Agrometeorológico; 2) Instalar 41 estações meteorológicas ou hidrológicas em 3 UGRHIs.	10%	4.600.000,00	5%
2.5. Desenvolver um Sistema Estadual de Informações para gestão de recursos hídricos	2.4.2. Modernizar e otimizar a sistematização e a disponibilização dos resultados do monitoramento	2.4.2.1. Divulgar os resultados das redes de monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas na internet	CETESB	1) Implantar sistemas web para as águas superficiais (2012); e 2) Desenvolver, implantar e operar um sistema do BD Siaguarani, com foco na disponibilidade das informações na web (2013-15).	0%	400.000,00	0%
		2.4.2.2. Divulgar os resultados das redes de monitoramento de quantidade e qualidade na internet	CBH-LN	Divulgar 100% dos dados de monitoramento de recursos hídricos na UGRHI 3	não informado	4.000,00	não informado
		2.5.1.1. Implementar Sistemas de Informação nos CBHs	CPLA, Agência PCI, CBHs ALPA, PP	1) Criar um banco de dados de Gerenciamento Costeiro na Vertente Litorânea; 2) Implementar sistemas de informação em 2 CBHs, fazendo a compatibilização com os demais instrumentos de gestão.	0%	830.750,00	0%
	2.5.2. Promover a capacitação de recursos humanos para operacionalização do sistema de informação	2.5.2.1. Realizar cursos de capacitação para operação do Sistema Estadual de Informações para Gestão em Recursos Hídricos	CBH-BT	Realizar um curso de capacitação por ano na UGRHI 19	não informado	100.000,00	não informado

(cont. - Parte 4 de 4)

Área Temática 3 - Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
3.1. Ampliar, manter e aperfeiçoar o saneamento no Estado de São Paulo	3.1.1. Promover o desenvolvimento dos instrumentos em planejamento para saneamento	3.1.1.1 Apoio técnico e financeiro da SSRH à Elaboração dos Planos Municipais e Regionais Integrados de Saneamento Básico	SSRH	Elaborar 507 Planos Municipais e 16 Planos Regionais de Saneamento	21%	63.375.000,00	21%
		3.1.1.2 Apoio financeiro dos CBHs aos municípios para elaboração dos planos de saneamento	CBH-TJ	Disponibilizar recursos para elaboração de Planos Municipais de Saneamento em todos os municípios da UGRHI 13	21%	3.525.000,00	29%
		3.1.1.3 Apoio técnico dos CBHs, através de suas CTs, aos municípios na elaboração dos planos de saneamento	CBHs da Bacia do Rio Tietê (AT/PCJ/SMT/TJ/TB/BT), CBHs da Vertente Paulista do Rio Grande (TG/BPG/MOGI/SMG/SW/PARDO), CBH-LN	Planos municipais aprovados para todos os municípios das Bacias	não informado	54.000,00	não informado
		3.1.1.4 Desenvolvimento do Sistema de Informações sobre Saneamento – SIS/SP e realização de pesquisas, levantamentos e compatibilização de dados para alimentação do Sistema	SSRH	Sistema implantado na SSRH e nos municípios do Estado	40%	1.420.000,00	45%
	3.1.2. Ampliar os sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgotos no Estado de São Paulo	3.1.2.1 Ampliar a coleta, o afastamento e o tratamento de esgotos nos municípios operados pela SABESP na RMSP	SABESP	Ampliar a coleta para 87% e o tratamento do esgoto coletado para 84%	50%	3.664.000.000,00	21%
		3.1.2.2 Ampliar a coleta, o afastamento e o tratamento de esgotos nos municípios operados pela SABESP no Litoral Norte e Baixada Santista	SABESP	Ampliar a coleta para 80% e o tratamento do esgoto coletado para 100%	55%	985.000.000,00	22%
		3.1.2.3 Ampliar a coleta e o tratamento de esgotos nos municípios operados pela SABESP do Interior - Sistemas Regionais	SABESP	Ampliar a coleta para 85% e o tratamento do esgoto coletado para 97%	64%	755.000.000,00	27%

(Parte 1 de 7)

Área Temática 3 - Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
3.1. Ampliar, manter e aperfeiçoar o saneamento no Estado de São Paulo	3.1.2. Ampliar os sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgotos no Estado de São Paulo	3.1.2.4 Apoio aos Municípios não operados pela SABESP para ampliação e melhoria de sistemas de esgotos	SSRH, CBHs MP e SMG	1) Atender 80 municípios pelo SANEABASE; 2) Ampliar em 14% a redução da carga remanescente na UGRHI 17, atingindo 80% até 2015. Implantação de tratamento em 3 comunidades rurais; 3) Concluir projetos e obras com recursos FEHIDRO relacionados a coleta e tratamento de esgotos na UGRHI 08.	18%	24.200.000,00	14%
		3.1.2.5 Implantação de projetos e obras para o sistema de afastamento e tratamento de esgotos domésticos, em municípios de até 50 mil hab. e não atendidos pela SABESP	DAEE	90 municípios atendidos	26%	551.883.376,00	8%
	3.1.3. Implantar sistema de tratamento de esgoto em meio rural	3.1.3.1 Promover a universalização dos serviços de saneamento básico mediante ampliação dos índices de atendimento em abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos nas áreas rurais por meio de sistemas alternativos sustentáveis de saneamento básico	SSRH	Atender 399.165 domicílios com sistemas alternativos de água e esgotos	0%	465.245.233,00	2%
		3.1.3.2 Dotar áreas críticas do meio rural de sistemas de esgotamento sanitário	CBHs TB, PS	Disponibilizar R\$ 6,5 milhões para implantação de sistemas de coleta, tratamento e disposição de esgoto em área rural em 2 UGRHIs.	0%	6.500.000,00	0%
		3.1.3.3 Fomentar o Aporte de recursos do FEHIDRO aos Projetos de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto em comunidades isoladas e/ou carentes na Vertente Litorânea	CBHs da Vertente Litorânea (RB/BS/LN)	12 comunidades atendidas	não informado	1.800.000,00	não informado
		3.1.3.4 Mapeamento de comunidades isoladas para fins de saneamento	EMPLASA, SSRH	Identificação e caracterização de comunidades isoladas para subsidiar programas de saneamento rural	não informado	1.490.000,00	não informado
		3.1.3.5 Elaborar programa de saneamento rural	CBHs BT, PARDO e RB	1) Disponibilizar R\$ 1,1 milhão para a elaboração de programas municipais de saneamento rural nas UGRHIs 4 e 19; 2) Elaborar plano de saneamento rural (regional) para a UGRHI 11	0%	1.400.000,00	0%

(cont. – Parte 2 de 7)

Área Temática 3 - Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
3.1. Ampliar, manter e aperfeiçoar o saneamento no Estado de São Paulo	3.1.4. Ampliar e manter os sistemas públicos de abastecimento de água	3.1.4.1. Ampliar e manter os sistemas públicos de abastecimento de água na RMSP	SABESP	Índice de Abastecimento de Água >95% (Universalização)	100%	2.676.000.000,00	5%
		3.1.4.2. Ampliar e manter os sistemas públicos de abastecimento de água no Litoral	SABESP	Índice de Abastecimento de Água >95% (Universalização)	14%	396.000.000,00	41%
		3.1.4.3. Ampliar e manter os sistemas públicos de abastecimento de água no Interior	SABESP	Índice de Abastecimento de Água >95% (Universalização)	100%	444.000.000,00	22%
		3.1.4.4. Apoio aos Municípios para ampliação e melhoria de sistemas de água	SSRH	Atender 80 municípios em municípios de até 50 mil hab. e não atendidos pela SABESP	15%	20.000.000,00	10%
	3.1.5. Melhorar a drenagem de águas pluviais no Estado de São Paulo	3.1.5.1. Dar suporte à elaboração de planos diretores de drenagem	EMPLASA, CBHs da Vertente Litorânea (RB/BS/LN), CBHs AP, ALPA	1) Acompanhar a elaboração do Plano Diretor de Macrodrenagem – PDMAT-3; 2) Disponibilizar R\$ 13,5 milhões para a elaboração de planos municipais de drenagem em 5 UGRHIs	35%	13.500.000,00	35%
3.1.5.2. Desenvolver estudos e planos de macro-drenagem nas áreas passíveis de inundação nas 22 unidades gerenciais de recursos hídricos do Estado		cancelado					
3.1.5.3. Fomentar e executar ações/ obras de drenagem nas UGRHIs do Estado		DAEE, EMAE, CBHs RB, BS	39 intervenções e 300 atendimentos a municípios	39%	1.899.818.513,33	20%	
3.1.6. Ampliar e manter os sistemas de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos no Estado de São Paulo	3.1.5.4. Manter e modernizar infraestrutura para execução de obras em saneamento/drenagem	cancelado					
	3.1.6.1. Ampliar, manter e aperfeiçoar os sistemas de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos	CPLA, CBHs RB, TJ, BPG	1) Capacitar gestores municipais na elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; 2) Disponibilizar R\$ 2,1 milhões para a adequação dos sistemas de gestão de resíduos sólidos domésticos em 3 UGRHIs.	24%	5.022.583,14	0%	

(cont. – Parte 3 de 7)

Área Temática 3 - Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
3.2 Ampliar a oferta e otimizar o uso da água no Estado de São Paulo	3.2.1. Elaborar estudos e implementar ações para melhor aproveitamento dos recursos hídricos no Estado de São Paulo	3.2.1.1. Elaborar estudo para identificar alternativas de aproveitamento de recursos hídricos para a Macrometrópole Paulista	DAEE	Concluir estudo	0%	0,00	-
		3.2.1.2. Implantar a alternativa de abastecimento da Macrometrópole Paulista	DAEE	Iniciar duas obras (Reservatórios de Pedreiras e Duas Pontes)	0%	não informado	0%
		3.2.1.3. Diminuir a demanda de água, por meio de controle e redução de perdas reais, uso racional da água, reuso de efluentes tratados e coleta, transporte e tratamento de esgotos sanitários	SSRH	Ampliar disponibilidade hídrica e reduzir demanda de água para abastecimento público nas 5 UGRHs mais críticas (AT, PCJ, MOGI, SMT, SMG)	0%	195.300.000,00	3%
		3.2.1.4. Elaborar Planos Municipais de Perdas nos sistemas públicos de abastecimento de água	CBHs TB, TJ, TG, SJD, PP, SMG	80 Planos de Perdas para o sistema de abastecimento de água municipal	13%	12.500.000,00	20%
		3.2.2.1. Elaborar e implantar Programa de difusão e capacitação no uso de tecnologias de aproveitamento de águas residuárias da suinocultura, piscicultura e do setor sucroalcooleiro, em bacias hidrográficas críticas	IAC	4 estudos relacionados ao uso de águas residuárias na Agricultura	50%	500.000,00	30%
	3.2.2. Fomentar práticas e o desenvolvimento tecnológico para otimizar o uso da água	3.2.2.2. Elaborar e implantar Programa de capacitação de técnicos do setor rural e produtores irrigantes em sistemas de irrigação visando a redução do consumo de água por cultura	IAC	1 Programa elaborado e implantado	0%	1.000.000,00	0%
		3.2.2.3. Levantar, compilar e difundir informações sobre o uso racional da água em atividades agrícolas - setor sucroalcooleiro -, visando otimizar o consumo de água por tonelada de cana	CBRN	Consumo de 1m³ de água por tonelada de cana processada no setor sucroalcooleiro	100%	0,00	-
		3.2.2.4. Capacitar e difundir práticas e tecnologias de aproveitamento de águas residuárias e uso racional	CBHs BS, SJD, TG, BPG, ALPA	Execução de 12 eventos (seminários, encontros, cursos, palestras) em 5 UGRHs	14%	1.338.000,00	0%
		3.2.2.5. Estudo da caracterização de medidas mitigatórias do impacto da irrigação nos recursos hídricos com base nos estudos e levantamentos de cadastro de irrigantes	IAC	1 estudo	0%	500.000,00	0%

(cont. – Parte 4 de 7)

Área Temática 3 - Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
3.2 Ampliar a oferta e otimizar o uso da água no Estado de São Paulo	3.2.2. Fomentar práticas e o desenvolvimento tecnológico para otimizar o uso da água	3.2.2.6. Programa de Avaliação de desempenho de equipamentos de irrigação.	CBHs MP, TG	Investir R\$ 1,7 milhão em estudos para substituição de equipamentos de irrigação	não informado	1.700.000,00	não informado
		3.2.2.7. Programa de Pesquisa regional para quantificação da demanda hídrica de culturas agrícolas	IAC	1 programa regional	40%	940.000,00	37%
		3.2.2.8. Proposição de bases técnicas para concepção de linhas de crédito para irrigantes	cancelado				
	3.2.3. Otimizar o uso da água nos projetos de ocupação urbana	3.2.2.9. Incentivar o uso racional da água por meio de medidas de divulgação e conscientização	FIESP	4 edições do Prêmio FIESP de Conservação e Reuso de Água	50%	600.000,00	50%
		3.2.3.1. Programa Estadual de Construção sustentável.	CDHU	1) 100% das UHs dotadas de equipamentos economizadores de água; 2) 100% das soluções urbanísticas adotadas terão em pelo menos 20% do terreno total dos empreendimentos.	40%	0,00	-

(cont. – Parte 5 de 7)

Área Temática 3 - Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
3.3. Prevenir e reduzir os efeitos dos eventos críticos sobre os recursos hídricos e as populações	3.3.1. Promover a prevenção de desastres naturais e redução de riscos	3.3.1.1 Mapear áreas de risco de escorregamentos e inundações, em regiões prioritárias do Estado	IG, CEDEC	162 municípios do Estado mapeados	33%	15.282.462,00	8%
		3.3.1.2 Apoiar a elaboração e implementar Planos Preventivos de Defesa Civil (PPDC)	CBHs da Vertente Litorânea (BS/LN/RB)	Desenvolver e aprimorar PPDCs para os 37 municípios litorâneos	não informado	2.240.000,00	não informado
		3.3.1.3. Desenvolver um sistema gerenciador de informações de riscos geológicos para o Estado de SP	IG	Estruturar, operar e atualizar o SGI-RISCO	80%	309.915,00	35%
		3.3.1.4. Desenvolver e implementar o programa estadual de gestão de desastres naturais e redução de riscos	IG	Assinar decreto e executar ações constantes no plano	10%	48.000.000,00	0%
		3.3.1.5 Desenvolver plano de gerenciamento de risco de contaminação dos recursos hídricos.	CBH-BS	Elaboração do Plano de Gerenciamento de Risco de Contaminação para uma UGRHI	0%	100.000,00	0%
3.3. Prevenir e reduzir os efeitos dos eventos críticos sobre os recursos hídricos e as populações	3.3.2. Reduzir os efeitos dos eventos críticos sobre populações rurais e urbanas	3.3.1.6. Elaborar e implementar o Programa Estadual de Recuperação Integrada de Áreas de Risco	CDHU	Atender famílias com ações de urbanização e saneamento ambiental em áreas de risco	80%	0,00	-
		3.3.1.7. Elaborar diretrizes para a adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas na Vertente Litorânea: desastres naturais	CBHs da Vertente Litorânea (BS/LN/RB)	Elaborar e implementar plano de ação	não informado	950.000,00	não informado
		3.3.2.1. Prestar assistência humanitária em eventos críticos	CEDEC	Atender 24.000 solicitações emergenciais ou humanitárias em decorrência de desastres	14%	8.520.000,00	25%
		3.3.2.2. Executar ações estruturais de prevenção, resposta e reconstrução em áreas de risco	CEDEC	Realizar 160 benfeitorias	25%	11.985.548,22	14%
		3.3.2.3. Capacitar e preparar agentes de defesa civil nos municípios e comunidades	CEDEC	12.000 agentes de defesa civil capacitados em 60 eventos de capacitação de agentes.	19%	663.528,00	12%
3.3. Prevenir e reduzir os efeitos dos eventos críticos sobre os recursos hídricos e as populações	3.3.2.4. Implantar planos de ação em saúde para eventos críticos ou antropogênicos	3.3.2.4. Implantar planos de ação em saúde para eventos críticos ou antropogênicos	Vigilância Sanitária/CEDEC	1) Estabelecer referências ao SEVISA e capacitar técnicos para avaliação e gerenciamento de riscos; 2) Disseminar à população orientações de conduta em situações de risco (65 mil folders por ano e envolvimento de 30 mil alunos da rede pública estadual)	75%	917.791,03	-
		3.3.2.5. Difundir práticas de adaptação às mudanças climáticas na agricultura	FUNDAG	Um simpósio internacional e 3 eventos envolvendo a Bacia do Rio Grande, a do Ribeira e do Paranapanema	não informado	300.000,00	não informado

(cont. – Parte 6 de 7)

Área Temática 3 - Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
3.4. Viabilizar o uso múltiplo dos recursos hídricos	3.4.1. Estabelecer instrumentos para viabilizar o uso múltiplo dos recursos hídricos	3.4.1.1. Elaborar estudos de aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos	DAEE	26 relatórios	23%	12.750.945,00	17%
		3.4.1.2. Identificar e mapear áreas críticas para o gerenciamento de usos múltiplos	CBHs da Vertente Paulista do Rio Pirapanema (ALPA/MP/PP), CBHs AP, BT	Identificar áreas críticas em termos de disponibilidade hídrica	0%	1.021.111,11	100%
		3.4.1.3. Efetuar a avaliação integrada das disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas	DAEE, CBH-SMG	1) Consolidar, em âmbito estadual, estudos de balanço hídrico pré-existentes; 2) Elaboração de estudos de disponibilidade hídrica para Bacias declaradas críticas (Rib. do Jardim)	0%	1.050.000,00	0%
	3.4.2. Realizar ações para garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos	3.4.2.1. Melhoria da qualidade das águas do sistema Tietê-Pinheiros-Billings para usos múltiplos	cancelado				
3.5. Ampliar o aproveitamento dos recursos hídricos para fins energéticos	3.5.1. Ampliar a capacidade de geração de energia no Estado de São Paulo	3.4.2.2. Extensão e Modernização da Hidrovia Tietê-Paraná	DH, DH/DER, DH/EMAE	Elaborar projetos/modelos, obter licença ambiental/outorga e implantar obras.	não informado	1.963.932.000,00	não informado
		3.4.2.3. Implantação da Hidrovia Metropolitana de São Paulo	DH	Elaborar projetos, obter licença ambiental/outorga e implantar a obra.	não informado	103.510.000,00	não informado
		3.5.1.1. Ampliar e modernizar Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs)	EMAE	Instalar 2 unidades geradoras na PCH Pirapora e 1 unidade em Edgard de Souza	15%	194.213.355,55	12%

(cont. – Parte 7 de 7)

Área Temática 4 - Proteção, Conservação e Recuperação de Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
4.1. Proteger, recuperar e promover a qualidade e quantidade dos recursos hídricos subterrâneos	4.1.1. Promover o uso racional e a proteção das águas subterrâneas.	4.1.1.1. Estabelecer o perímetro de proteção dos poços destinados ao abastecimento público da água.	IG	1) Publicar o roteiro orientativo para a delimitação de PPP; 2) Orientar os municípios para a aplicação do roteiro através de cursos.	0%	650.000,00	0%
		4.1.1.2. Desenvolver estudos para delimitação de áreas de restrição e controle de uso e captação das águas subterrâneas	CETESB, DAEE, CBHs TG, BT, BPG, MP, RB	1) Elaboração de 5 estudos; 2) Mapeamento em 4 UGRHs; 3) Criação de legislação para a proteção de poços em 6 municípios da UGRHI 12.	0%	7.766.346,00	0%
		4.1.1.3. Desenvolver estudos e pesquisa sobre contaminação de aquíferos por nitrato.	CETESB	1) Avaliar as variações sazonais e espaciais das concentrações de nitrato no Sistema Aquífero Bauru (SAB); 2) Propor ações e diretrizes visando a prevenção da poluição e a proteção das águas do SAB; 3) Ampliar a Rede de Monitoramento de Qualidade da CETESB no SAB; 4) Capacitar laboratório de Marília para análise de agrotóxicos.	-	1.050.000,00	-
			IG	1) Avaliar os padrões de variações sazonais e espaciais nas concentrações de nitrato em função do padrão de ocupação urbana; 2) Estabelecer relação entre as concentrações de nitrato, crescimento populacional e zonas urbanizadas; 3) Propor medidas aos poderes público, municipal e estadual, propondo medidas atenuativas e de proteção aos recursos hídricos subterrâneos.	100%	200.000,00	100%
		4.1.1.4. Elaborar diagnóstico da taxa de aplicação de fertilizantes e agroquímicos por tipo de cultura no Estado de São Paulo	CBHs AP, SJD	Identificar as áreas contaminadas, por nitrato, em 3 UGRHs	0%	900.000,00	0%
				cancelado			

(Parte 1 de 6)

Área Temática 4 - Proteção, Conservação e Recuperação de Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
4.2. Proteger, conservar e recuperar mananciais de abastecimento público.	4.2.1. Promover a gestão integrada em áreas de mananciais para abastecimento público.	4.2.1.1. Delimitar áreas prioritárias para implantação de programas de recuperação de áreas de interesse social em áreas de mananciais.	CBHs da Vertente Litorânea (BS/LN/RB) e CBHs TJ, BT	Mapeamento e proposta de programas de recuperação de áreas de interesse social em áreas de mananciais em 5 UGRHs	0%	2.500.000,00	0%
		4.2.1.2. Promover a criação de áreas de proteção a mananciais regionais por meio de articulação institucional e apoio técnico	CPLA, CBHs AT, SJD, PS, SMG, BT, BPG	1) Disseminar conceitos sobre APRMs aos CBHs para elaboração de leis específicas de mananciais regionais; 2) Definir ações para a criação e a recuperação de áreas de proteção de mananciais de abastecimento público em 6 UGRHs.	0%	3.440.000,00	0%
		4.2.1.3. Recuperação e Conservação dos Mananciais da Bacia do Alto Tietê	SSRH	Atendimento da população abastecida pelo Sistema Integrado Metropolitano (perto de 20 milhões de pessoas); Atender a 50.000 famílias com urbanização de favelas e loteamentos precários; atender 6.300 famílias com oferta de novas unidades habitacionais; 64 ha de novos parques e áreas de lazer; 20.000 novas ligações de esgotos; atender 250.000 pessoas com melhoria na distribuição de água; atender 12 municípios com ações em resíduos sólidos, com total de 1,2 milhões de habitantes.	50%	1.458.800.000,00	51%
		4.2.1.4. Implantar ações de remoção e reassentamento de famílias em áreas de mananciais do Programa Mananciais do Alto Tietê		cancelado			
		4.2.1.5. Desenvolver ação de reflorestamento e recuperação Ambiental em áreas de mananciais	IBt	Reflorestamento de 1.500 ha em áreas de mananciais do Alto e Médio Tietê	33%	2.517.690,00	45%
		4.2.1.6. Desenvolver ferramentas para o gerenciamento da quantidade e qualidade da água em reservatórios de abastecimento público	IBt	1) Desenvolver estudos sobre a biodiversidade fitoplanctônica e seu uso como indicador da qualidade de água de reservatórios e desenvolver proposta de manejo e recuperação do reservatório; 2) Caracterizar a qualidade da água e dos sedimentos de 30 represas da RMSP.	70%	1.351.244,00	63%

(cont. – Parte 2 de 6)

Área Temática 4 - Proteção, Conservação e Recuperação de Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
4.3. Revitalização de bacias hidrográficas.	4.3.1. Monitorar a cobertura vegetal nativa no Estado de São Paulo.	4.3.1.1. Elaborar Inventário Florestal da Cobertura Vegetal Nativa do Estado de São Paulo e identificar áreas críticas e prioritárias para a recuperação da vegetação, enfatizando a produção e a proteção de recursos hídricos.	IF	Desenvolver duas atualizações do mapeamento da cobertura vegetal nativa do Estado de São Paulo, nos anos de 2012 e 2015	3%	5.000.000,00	0%
		4.3.1.2. Monitorar e fiscalizar a cobertura vegetal.	CFA, IBt	1) 100% da área do Estado de São Paulo fiscalizada e monitorada; 2) Monitorar 3.000 ha de áreas restauradas.	29%	130.000,00	100%
	4.3.2. Promover o planejamento e o monitoramento de ações de proteção, conservação e recuperação de áreas prioritárias para recursos hídricos.	4.3.2.1. Elaborar plano de recuperação de áreas prioritárias para proteção dos recursos hídricos.	IAC, CBHs TB, BS, LN, R8, SMG	Elaborar diagnóstico e plano de recuperação de áreas prioritárias de recomposição vegetal em 5 UGRHs	34%	2.327.891,93	25%
		4.3.2.2. Elaborar Planos de Manejo contemplando estudos e estabelecimento de ações de recuperação de áreas prioritárias para recursos hídricos.	FF, IF	Elaborar 48 planos de manejo e revisar outros 7	37%	1.217.344,00	86%
		4.3.2.3. Definir e difundir metodologias para a restauração e para a avaliação de projetos de restauração financiados com recursos do Fehidro e da cobrança pelo uso da água	CBRN	1) 200 tomadores potenciais capacitados; 2) 1 Roteiro e 1 protocolo de monitoramento.	50%	0,00	-
		4.3.2.4. Criar grupos técnicos para subsidiar a elaboração de planos de recuperação florestal	CBHs da Vertente Paulista do Rio Grande (TG/BPG/MOGI/SMG/SM/PARDO)	Criação de Câmaras Técnicas em 6 CBHs	não informado	0,00	-

(cont. – Parte 3 de 6)

Área Temática 4 - Proteção, Conservação e Recuperação de Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
4.3. Revitalização de bacias hidrográficas.	4.3.3. Ampliar e recuperar áreas prioritárias para recursos hídricos.	4.3.3.1. Priorizar recursos financeiros para a recuperação de mata ciliar e nascentes	CBHs AP, PS, BPG	Investir R\$ 9.900.000,00 na recuperação de áreas prioritizadas em 4 UGRHs	64%	9.900.000,00	62%
		4.3.3.2. Promover o melhoramento genético Florestal e Produção de Sementes e Mudanças Florestais	IF, FF, IB, CBH-MOGI	1) Chegar em 2015 com uma produção de 8 ton/ano de sementes e 2,5 milhões/ano de mudas florestais; 2) Manter Banco de Germoplasma (100 espécies) e Diasporeta (200 indivíduos) no Parque Estadual das Fontes do Ipiranga; 3) Manter um viveiro em cada compartimento da UGRHI 9.	9%	873.302,00	3%
		4.3.3.3. Reavaliar e definir diretrizes para a Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado de São Paulo	FF, IF	Revisar e atualizar os produtos gerados a partir do Programa BIOTA/FAPESP que subsidiaram as políticas públicas ambientais para o Estado (2012: reuniões científicas; 2013: reuniões científicas e resultados)	0%	2.500.000,00	0%
		4.3.3.4. Implantar Planos de Manejo, com compromissos de identificação e recuperação de áreas relevantes para a proteção dos recursos hídricos.	FF	Implantar 12 planos de Manejo	30%	1.488.062,64	6%
		4.3.3.5. Executar e/ou financiar trabalhos de recuperação em UCs de domínio privado e em zonas de amortecimento de UCs.	FF	Recuperação em 6 UCs/zonas de amortecimento	25%	0,00	-
		4.3.3.6. Apoiar a criação de Unidades de Conservação de domínio particular (RPPN) para proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade.	FF	1) Criar 44 novas UCs particulares; 2) Propor a criação de 10 RPPN.	8%	0,00	-
		4.3.3.7. Apoiar a criar UCs Estaduais para proteção da água e da biodiversidade.	IF, FF, CBHs AP, BT	1) Criar, ampliar ou estruturar 7 Unidades de Conservação (UCs); 2) Propor 10 novas UCs; 3) Promover palestras sobre a importância das UCs.	53%	3.378.470,18	79%

(cont. – Parte 4 de 6)

Área Temática 4 - Proteção, Conservação e Recuperação de Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
4.3. Revitalização de bacias hidrográficas.	4.3.3. Ampliar e recuperar áreas prioritárias para recursos hídricos.	4.3.3.8. Prover recursos necessários à administração de UCs e para a proteção dos recursos hídricos	IF	Administrar 120 UCs	25%	21.400.000,00	25%
		4.3.3.9. Implantar, conservar e ampliar parques destinados à preservação das várzeas para o controle de enchentes incluindo seu aproveitamento para uso público.	DAEE	15 intervenções em 3 parques	40%	640.931.093,00	3%
		4.3.3.10. Promover a recuperação de áreas degradadas para proteção da água e da biodiversidade	IF	1) Erradicação de espécies invasoras ou exóticas cultivadas em Áreas de Preservação Permanente no interior de UCs em 500 hectares; 2) Plantios de restauração de ecossistemas no interior de UCs em 400 hectares.	30%	5.750.000,00	30%
		4.3.4. Disseminar técnicas de revitalização	IF, IBt	23 eventos de atualização e treinamento em diversos níveis de especialização	49%	300.000,00	50%
	4.3.5. Controlar e evitar a ocorrência de processos erosivos	4.3.5.1. Elaborar um diagnóstico da situação da conservação de solo no Estado de São Paulo	CATI	1 Diagnóstico da situação da conservação de solo no Estado de São Paulo	80%	35.000,00	0%
		4.3.5.2. Avaliar e monitorar o uso do solo agrícola do Estado de São Paulo	CDA	Implementar Projeto Estadual de Índice de Qualidade do Uso do Solo (IQUS), indicando as reais condições do uso do solo agrícola do Estado de São Paulo.	0%	2.365.269,00	0%
		4.3.5.3. Fiscalizar o Uso, Conservação e Preservação do Solo Agrícola.	CDA	Fiscalização, análise dos projetos técnicos, acompanhamento de obras em 7.000 propriedades agrícolas e trabalhar 40 bacias hidrográficas	40%	1.320.000,00	64%
		4.3.5.4. Definir, prevenir e recuperar áreas degradadas por processos erosivos.	CBHs RB, AP, TB, TG, MP	Investir R\$ 8,1 milhões em execução de estudo, capacitação, projetos e obras de contenção da erosão e recuperação das áreas degradadas em 6 UGRHs	36%	8.160.544,00	43%

(cont. – Parte 5 de 6)

Área Temática 4 - Proteção, Conservação e Recuperação de Recursos Hídricos - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
4.4. Promover a realização de serviços ambientais para a proteção das águas	4.4.1. Desenvolver modelos e consolidar instrumentos financeiros visando estimular a recuperação da vegetação natural pela iniciativa privada e pública.	4.4.1.1. Fomentar o pagamento por serviços ambientais	IEA	1 Estudo de estratégias para estabelecer parâmetros de remuneração ao produtor de água.	0%	400.000,00	0%
		4.4.1.2. Formular programa e projetos de Pagamento de Serviço Ambiental (PSA)	CBRN	Avaliar as experiências em curso com Pagamentos por Serviços Ambientais	não informado	35.000,00	não informado
		4.4.1.3. Efetuar pagamentos a proprietários rurais mediante a execução de ações para a proteção e recuperação de nascentes.	CBRN, CBH-SMT	1) Firmar parcerias e repassar recursos para 8 prefeituras em todo o Estado; 2) Implantar programa na UGRHI 10.	20%	2.340.500,00	0%
		4.4.1.4. Implantar projetos de preservação dos recursos naturais através de desenvolvimento de planos de negócio para grupos de produtores rurais (Programa Microbacias II)		cancelado			
4.5. Promover a Articulação entre o sistema de Unidades de Conservação e o Sistema de Recursos Hídricos	4.5.1. Definir estratégias para articulação entre a gestão de recursos hídricos e a de áreas protegidas	4.5.1.1. Dar subsídios técnicos e gerenciais concretos aos conselhos gestores e às administrações das áreas protegidas, bem com aos CBHs – visando integração de ações		cancelado			
		4.5.1.2. Estabelecer diretrizes específicas para proteção hídrica nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação	CBH-LN	1) Participar dos conselhos das UCs. 2) Compatibilização das diretrizes dos Planos de Manejo de UCs com os Planos de Bacias.	não informado	4.000,00	não informado

(cont. – Parte 6 de 6)

Área Temática 5 - Educação Ambiental, Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informação - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
5.1. Promover a educação ambiental como estratégia para a gestão de recursos hídricos	5.1.1. Promover a capacitação e a formação continuada em recursos hídricos	5.1.1.1. Ampliar a formação continuada em recursos hídricos para professores	CGEB, CBHs LN, SMT, AT	1) Formação de PCNP Interlocutores de EA presencial via Diálogos e OJ; e à distância, via curso de EA, para todos os PCNP: Formação de professores, PC e diretores pelos PCNP das Diretorias e/ou parceiros; 2) Formação de agentes multiplicadores em 3 UGRHs.	37%	2.570.000,00	17%
		5.1.1.2. Capacitar em recursos hídricos os técnicos e gestores do SIGRH	SES, CRHi, DAEE, CBHs BS, LN, PARDO, PS, RB, SMT, ALPA	Realizar 52 cursos de capacitação	9%	4.397.661,00	14%
		5.1.1.3. Promover a capacitação e a formação continuada para usuários	FIESP	6 seminários por ano sobre reúso de água, voltados para os usuários industriais	25%	400.000,00	25%
		5.1.1.4. Implementar programa de capacitação dos representantes do sistema para a gestão de recursos hídricos	IAC, CRHi, CBHs SM, AP, CBHs da Bacia do Rio Tietê (CBHs AT/SMT / PC/TJ/TB/BT)	Elaborar e implementar 3 programas e 22 eventos	25%	950.000,00	33%
	5.1.2. Promover a comunicação social, a difusão de informações e a mobilização em recursos hídricos	5.1.2.1. Manter rede digital para interação e visualização das informações por atores do sistema	CRHi, CBHs BT, PP, SMT	Criar e aperfeiçoar Portais de suporte ao SIGRH	52%	276.000,00	34%
		5.1.2.2. Manter a edição de boletins informativos periódicos: CBH, Correnteza, H2O, outros	CRHi, CBHs BPG, SMT	156 edições de informativos periódicos	13%	354.000,00	1%
		5.1.2.3. Elaborar, publicar e divulgar conteúdo técnico sobre a gestão de recursos hídricos	EMPLASA, FIESP, Vigilância Sanitária, CBHs SM e SMT	1) 9 publicações de materiais com conteúdo técnico; 2) Criação de 1 site específico para divulgar informações e dados; 3) Realizar 3 Seminários.	50%	1.610.000,00	50%
		5.1.2.4. Implementar programas de sensibilização em temas de interesse para a gestão de recursos hídricos	IBT, CBH-LN	1) 160.000 visitas monitoradas ao Jardim Botânico de São Paulo; 2) 3 Programas de sensibilização na UGRH 3.	43%	475.200,00	43%
		5.1.2.5. Promover ações de sensibilização quanto à conservação de recursos hídricos para o público em geral	CBHs BPG, RB, LN, SM	34 eventos de sensibilização	25%	534.945,00	3%
		5.1.2.6. Elaborar a estratégia de comunicação com pesquisadores para disponibilizar resultados das pesquisas sobre recursos hídricos nos sítios do SIGRH		cancelado			
		5.1.2.7. Elaborar e implementar planos/programas de comunicação em recursos hídricos para as UGRHs	CBHs BS, LN, MP, PARDO, RB, TJ	Elaborar e implementar 7 programas de comunicação em recursos hídricos	6%	3.341.473,00	0%

(Parte 1 de 2)

Área Temática 5 - Educação Ambiental, Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informação - Compromissos Assumidos

COMPONENTE ESTRATÉGICO	COMPONENTE PRIORITÁRIO	COMPONENTE ESPECÍFICO	INSTITUIÇÕES	META 2012-2015		RECURSOS FINANCEIROS	
				DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO (%)	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (%)
5.1. Promover a educação ambiental como estratégia para a gestão de recursos hídricos	5.1.3. Fomentar a articulação e integração de ações de Educação Ambiental nas bacias hidrográficas	5.1.3.1. Implementar política de Educação Ambiental para a gestão de recursos hídricos	CEA, CEA/CTEA, CBHs BT, TJ, SMT, RB, BS, LN, PS, CBHs da Vertente Paulista do Rio Grande (CBHs SM/SMG/BPG/PARDO/MOGI/TG)	Implementar Políticas, Planos ou Programas de Educação Ambiental em 13 UGRHs	30%	2.228.400,00	19%
		5.1.3.2. Implementar ações de Educação Ambiental para a gestão de recursos hídricos	CEA/CTEA, CBH AT, CBHs da Vertente Litorânea (RB/BS/LN)	Realizar pelo menos 16 eventos	não informado	560.000,00	não informado
5.2. Promover pesquisas e estudos tecnológicos voltados à gestão de recursos hídricos	5.2.1. Estabelecer linhas temáticas de pesquisas em recursos hídricos com garantia de investimentos	5.2.1.1. Fomentar recursos para financiamento de pesquisas por linhas temáticas	CBH-LN	Estabelecer um projeto e/ou parceria com instituição de pesquisa	não informado	4.000,00	não informado
		5.2.1.2. Estimular a criação de programas de pesquisa em recursos hídricos por linhas temáticas	CBH-PARDO	1) Identificação de temas prioritários para pesquisa em recursos hídricos; 2) Elaboração de um programa de pesquisa	0%	50.000,00	0%
		5.2.1.3 - Desenvolver estudos e pesquisas em recursos hídricos por linhas temáticas	IEA	2012: Desenvolvimento da metodologia em 2 Bacias consideradas prioritárias para estabelecer projeto comum de desenvolvimento com preservação dos recursos hídricos 2012-2015: Identificação de parceiros para desenvolvimento de projetos em outras bacias	0%	200.000,00	0%

(cont. – Parte 2 de 2)

Anexo II - Resposta das instituições às Demandas encaminhadas às instâncias do SIGRH

Demandas dos Comitês de Bacia Atendidas Integralmente

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	ID do compromisso que atende a demanda	Andamento do compromisso que atende a demanda
CBH-ALPA	333	Gestão Compartilhada das águas	CORHI	333	(demanda convertida em compromisso pela própria instituição demandante)
	8	A articulação entre os diversos níveis de planejamento e o PERH		7	Em 2012, a Agenda da CORHI incluiu encontros com os Comitês para a revisão da del. CRH 62/08.
	108	Elaborar anualmente o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos		1	Indicadores de acompanhamento do PERH e do PBH estão em elaboração. Proposta será apresentada para discussão com os CBH.
	138	Oficinas de capacitação para a implantação do reequilíbrio de Recursos Hídricos	CORHI	120	A CTPLAN definiu sua agenda de trabalho para 2013, o que inclui a discussão desse assunto. O CORHI vai acompanhar e contribuir com a regulamentação desses procedimentos.
CBH-AP	215	Apoiar a Elaboração dos Planos de Saneamento para os municípios	SSRH	214	Concluídos 105 Planos Municipais de Saneamento - PMS e 6 Planos Regionais de Saneamento - PRS. Em 2013 estão sendo elaborados 77 PMS e 2 PRS e deverão ser iniciados 174 PMS e 7 PRS. A meta prevista pela SSRH é atender todos os municípios das UGRHs Aguapeí e Peixe.
	303	Ação Assistência Técnica aos Municípios (Programa Desenvolvimento Institucional)	CPLA	303	(novo compromisso)
	310	Apoiar e difundir as práticas de controle de perda nos sistemas de abastecimento de água	SSRH	310	(novo compromisso)
CBH-AT	2	Definir indicadores para avaliação do processo de implementação do Plano de Bacia do Alto Tietê	CORHI	1	Indicadores de acompanhamento do PERH e do PBH estão em elaboração. Proposta será apresentada para discussão com os CBH.
	127	Consolidação dos diagramas unifilares dos corpos d'água da UGRHI Alto Tietê	CETESB	127	Ação concluída. Projeto CORHI 86/2007 - Diagrama Unifilar - Fase III concluído, contemplando a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Parte do material do Unifilar foi incorporado no Banco de cargas (INFOAGUAS). Demanda transformada em compromisso.
	306	Avaliação da disponibilidade hídrica da grande metrópole	SSRH	387	O relatório final dos estudos da Macrometrópole está em revisão, faltando realizar os seminários. O contrato dos estudos da Macrometrópole, iniciado em 11/2008 e posteriormente interrompido, foi retomado em 2012 com aditivo de prazo.
	415	Delimitação de áreas de restrição e controle de uso e captação das águas subterrâneas	CETESB	415	(novo compromisso)
CBH-LIN	150	Potencializar as ações de fiscalização das águas subterrâneas	DAEE	149	7.642 outorgas concedidas em 2012.
	230	Universalizar a coleta e o tratamento de esgotos no Litoral Norte	SABESP	229	Evolução dos Indicadores entre Dez/2011 para Dez/2012: Índice de Coleta de 61% para 63%; Índice de Tratamento de 100% para 100% (a idéia é manter de forma contínua os 100%)

(Parte 1 de 8)

Demandas dos Comitês de Bacia Atendidas Integralmente

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	ID do compromisso que atende a demanda	Andamento do compromisso que atende a demanda
CBH-MOGI	54	Trâmite dos projetos financiados pelo FEHIDRO	SECOFEHIDRO	2 novos compromissos da CRHi (ID 54 e 610)	Ações recém iniciadas. Em relação ao ID 54, houve a formação do GT dos ATs do FEHIDRO (Resolução Conjunta SSRH/SMMA/SAA/SDECT 001/2012), a realização de 20 reuniões do GT, a identificação e priorização das ações propostas e a elaboração de relatório preliminar. Quanto ao compromisso de capacitação (610), o mesmo está sendo objeto de contratação de projeto CORHI a ser deliberado pelo CRH.
	158	Monitorar e manter atualizado cadastro de usuários de água	DAEE	149	7.642 outorgas concedidas em 2012.
	267	Promover o uso racional da água e implementar controle de perdas	SABESP	-	Meta já atingida. Em dez/12, nos 30 municípios atendidos pela Unidade de Negócios Pardo e Grande - RG, da Sabesp, nas Bacias dos rios Pardo, Mogi e Sapucaí, o índice de perdas totais está em 16,1% e as perdas reais (físicas) em 10,8%
CBH-MP	148	Criação de uma rede nacional de monitoramento	DAEE	175 (DAEE) e 180 (CETESB/DAEE)	- Instaladas Salas de Situação nas Bacias do Alto Tietê, Ribeira de Iguape, PCJ e Paraíba do Sul - Contratados estudos para rede telemétrica na Bacia do Paraíba do Sul. - Reativados 10 pontos de medição de vazão no PCJ. - Ampliados 15 pontos da rede básica superficial de qualidade. - Ampliada em 8 poços a rede de monitoramento integrado. - Ampliada em 25 poços a rede de monitoramento de qualidade das águas subterrâneas.
	217	Plano Municipal de Saneamento Básico	SSRH	214	Concluídos 105 Planos Municipais de Saneamento - PMS e 6 Planos Regionais de Saneamento - PRS. Em 2013 estão sendo elaborados 77 PMS e 2 PRS e deverão ser iniciados 174 PMS e 7 PRS.
	482	Recuperação de Nascentes	CBH-MP	482	(demanda convertida em compromisso)
CBH-PARDO	166	Consolidação da implantação da cobrança na UGRHI 04	CRHi	160	Apoio na elaboração do Estudo de Fundamentação, na aprovação da proposta de Cobrança junto ao CRH e na assinatura do Decreto pelo Governador. Foram atendidas demandas de 9 Comitês referentes ao processo de implementação da cobrança: a) apoio a 1 CBH (BS) para emissão dos boletins de cobrança; apoio a 6 CBH (RB, Mogi, SM, BPG, Pardo e SMG) para assinatura de Decreto; c) apoio a 2 CBH (AT e BT) para elaboração de cadastro e publicação de ato convocatório. Quanto à cobrança rural, a CRHi tem feito gestões junto à Casa Civil para viabilizar a assinatura do Decreto.
	218	Fomentar o conhecimento e priorizar a distribuição de recursos do FEHIDRO aos planos de saneamento para os municípios da bacia	SSRH	214	Os planos de saneamento dos municípios da UGRHI 17 foram programados para iniciarem em 2013 com conclusão prevista para 2014. Concluídos 105 Planos Municipais de Saneamento - PMS e 6 Planos Regionais de Saneamento - PRS. Em 2013 estão sendo elaborados 77 PMS e 2 PRS e deverão ser iniciados 174 PMS e 7 PRS.

(cont. – Parte 2 de 8)

Demandas dos Comitês de Bacia Atendidas Integralmente

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	ID do compromisso que atende a demanda	Andamento do compromisso que atende a demanda
CBH-PCJ	73	Integrar a dimensão municipal por meio do Pacto das Águas e do Projeto Orla	CPLA	73	(novo compromisso)
	143	Incentivar que o usuário da água subterrânea autodeclare o seu poço	DAEE	149	7.642 outorgas concedidas em 2012.
	144	Atualizar cadastro de usuários de águas subterrâneas		149	7.642 outorgas concedidas em 2012.
	145	Atualizar cadastro de usuários da água para fins industriais		149	7.642 outorgas concedidas em 2012.
	146	Elaborar sistema de informação sobre uso e conservação da água no meio rural		149	7.642 outorgas concedidas em 2012.
	152	Implantar programas de controle à exploração das águas subterrâneas		414	Atendida pelo compromisso ID 414
	186	Reativar, ampliar e modernizar a rede de monitoramento quali-quantitativo do DAEE e CETESB	CETESB/DAEE	180	Demanda atendida pelo compromisso 180 DAEE/CETESB. No Estado, as redes de monitoramento de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 254 poços existentes e 31 planejados; b) 385 pontos existentes e 29 planejados. Na região existem ainda 37 postos Flu DAEE, 2 piezométricos e 68 pluviométricos. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada.
	305	Identificar e caracterizar os possíveis conflitos inter e intra-bacias hidrográficas	DAEE	387	O relatório final dos estudos da Macrometrópole está em revisão, faltando realizar os seminários. O contrato dos estudos da Macrometrópole iniciado em 11/2008 e posteriormente interrompido, foi retomado em 2012 com aditivo de prazo.
	323	Difundir tecnologias dos sistemas de irrigação existentes junto ao produtor rural	CATI	322	Resposta dada pelo IAC. Ação interessante para a agricultura irrigada e para gestão de recursos hídricos, mas ainda não iniciada devido à falta de programa específico para tal fim associado à falta de recursos humanos e financeiros.
	365	Incentivar ações voltadas ao aumento da infiltração da água em projetos urbanísticos	CDHU	364	Atendida pelo compromisso 364: Implementar, no que for pertinente ao setor habitacional, o Programa Estadual de Construção Sustentável.
	386	Desenvolver programas de prevenção e combate a doenças de veiculação hídrica em casos de inundação	CEDEC/ Vigilância Sanitária	386	A Sala de Situação do DAEE é que opera o sistema de alerta de inundações em SP. Cerca de 45 municípios são monitorados e esses dados são remetidos a CEDEC-SP para monitorar os municípios. Atividade iniciada em janeiro de 2011. Necessário elaborar material educativo conjunto com orientações de conduta frente as situações de emergência.
	400	Ampliar ações para atualizar o cadastro de poços e elaborar cadastro de empresas perfuradoras	DAEE	149	7.642 outorgas concedidas em 2012.
	414	Desenvolver estudos para delimitação de áreas de restrição e controle de uso e captação das águas subterrâneas		414	Atendida pelo novo compromisso relativo ao detalhamento de áreas de restrição do uso da água subterrânea.

Demandas dos Comitês de Bacia Atendidas Integralmente

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	ID do compromisso que atende a demanda	Andamento do compromisso que atende a demanda
CBH-PCJ	425	Desenvolver estudos visando ampliar o conhecimento dos tipos de defensivos agrícolas utilizados na agricultura para o controle de pragas e doenças e avaliar o potencial de contaminação das águas superficiais e subterrâneas dessas substâncias	CETESB	425	A CETESB é tomadora do Proj. CORHI 123/2011, que trata do diagnóstico da contaminação da água por agrotóxico. Em 2012, a CETESB tentou a inserção de impostos de importação junto ao CNPq, porém não prosperou e esse trâmite atrasou o início do processo licitatório. Atualmente (2013), está em processo licitatório para aquisição do equipamento a fim de realizar as análises de laboratório.
	429	Avaliar o potencial de contaminação das águas subterrâneas dos locais de disposição de resíduos sólidos, mesmo que desativados		-	Atividade é atribuição legal da instituição. A avaliação da contaminação faz parte do licenciamento dos empreendimentos.
	444	Promover a criação de áreas de proteção a mananciais regionais	CPLA	413	(atendida pelo novo compromisso ID 413)
	598	Promover a capacitação e a formação continuada de produtores rurais	IAC	607	Foram ministrados cinco cursos. O compromisso foi reescrito e incorporados os compromissos 608 e 609.
	657	Elaborar diretrizes de Educação Ambiental para gestão de recursos hídricos	CEA	51 e 656	Atendido pelo Compromisso 51: A demanda faz parte do Plano de Ação da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CRH, a CEA seria executora neste âmbito, exercendo a coordenação ou propondo a continuidade da ação enquanto membro da CTEA. Com relação à elaboração de indicadores para avaliação de projetos de EA foi assumido pela CEA no Compromisso 656.
	661	Realizar seminários de troca de experiências de educação ambiental em recursos hídricos		661	A demanda faz parte do Plano de Ação da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CRH. A CEA seria executora neste âmbito, exercendo a coordenação ou propondo a continuidade da ação enquanto membro da CTEA.
	669	Estudo da dinâmica das águas subterrâneas, determinação de recargas e inter-relações com as águas superficiais e determinação dos balanços hídricos na área de afloramento do Sistema Aquifero Guarani no ESP	DAEE	669	Estudos realizados anteriormente pelo DAEE dão base para esta demanda. Novo compromisso 669 formulado.
	266	Regularizar todas as Outorgas relacionadas a saneamento e Elaborar o Plano de Controle de Perdas para os municípios operados pela SABESP.	SABESP	265	Todas as obras realizadas pela SABESP são outorgadas. O acompanhamento da meta pode ser realizado pelo comitê diretamente pela unidade do DAEE da região (Unidade de Negócio RB com sede em Presidente Prudente). A SABESP tem um programa corporativo para controle de perdas nos municípios por ela operados.

(cont. – Parte 4 de 8)

Demandas dos Comitês de Bacia Atendidas Integralmente

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	ID do compromisso que atende a demanda	Andamento do compromisso que atende a demanda
CBH-PS	153	Simplificação e agilização do processo de outorga; Incentivar o cadastramento dos usos outorgáveis; Fortalecer a fiscalização do uso	DAEE	149	7.642 outorgas concedidas em 2012.
	157	Unificar, consistir e consolidar o banco de dados do cadastro de usuários estadual e federal		149	7.642 outorgas concedidas em 2012.
	187	Monitoramento Quali-Quantitativo	CETESB/DAEE	180	Demanda atendida pelo compromisso 180 DAEE/CETESB. Na UGRHI 2, as redes de monitoramento de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 10 poços existentes, b) 23 pontos existentes e 01 planejado. Na região existem ainda 34 postos Flu DAEE, 0 piezométricos e 79 pluviométricos. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada. A divulgação dos dados encontra-se nos sistemas SIBH e INFOÁGUAS, ambos já implantados, e que podem ser consultados via web.
	382	Fomentar o atendimento expresso a eventos críticos	CEDEC	381	O DAEE é a instituição que opera o sistema de alerta de inundações em SP (Salas de Situação). Os dados gerados são remetidos a CEDEC-SP para monitorar e prestar ajuda humanitária. Não foi realizado atendimento com assistência humanitária no Vale do Paraíba
CBH-RB	263	Ampliar e manter o Sistema de Abastecimento de Água na UGRHI 11	SABESP	265	Meta já atingida. Na referida UGRHI, o IAA está hoje em 85% (a meta solicitada pelo comitê era de 80%)
	264	Universalizar a coleta e o tratamento de esgotos na UGRHI 11		231	Acompanhar pelo compromisso 231
CBH-SJD	89	Revisão da Deliberação CRH 62	CORHI	87	Ação concluída. Deliberação CRH nº 146/12 publicada.
	123	Estabelecer procedimentos específicos para enquadramento e re-enquadramento		120	Prazo reformulado. A CTPLAN definiu sua agenda de trabalho para 2013, o que inclui a discussão desse assunto. O CORHI vai acompanhar e contribuir com a regulamentação desses procedimentos.
	394	Avaliação das disponibilidades de águas superficiais e subterrâneas da UGRHI-18	DAEE	669	(novo compromisso DAEE de "Estudo da dinâmica das águas subterrâneas, determinação de recargas e inter-relações com as águas superficiais e determinação dos balanços hídricos no Estado de São Paulo")

(cont. – Parte 5 de 8)

Demandas dos Comitês de Bacia Atendidas Integralmente

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	ID do compromisso que atende a demanda	Andamento do compromisso que atende a demanda
CBH-SM	3	Divulgar, em caráter imediato, e aprimorar, no curto e médio prazos, os diversos instrumentos de gestão de recursos hídricos e implementar, no curto prazo, a cobrança pelo uso da água	CORHI	1	Indicadores de acompanhamento do PERH e do PBH estão em elaboração. Proposta será apresentada para discussão com os CBH.
	147	Efetuar e aprimorar, de forma continuada, o banco de dados, informações, monitoramento, estudos e pesquisas sobre recursos hídricos (aspectos qualitativos e quantitativos) e temas correlatos (ambiente, saneamento, socioeconomia etc.) da UGRHI-1, como subsídio à gestão dos recursos hídricos pelo CBH-SM	DAEE	149	7.642 outorgas concedidas em 2012.
	188	Efetuar e aprimorar, de forma continuada, o banco de dados, informações, monitoramento, estudos e pesquisas sobre recursos hídricos (aspectos qualitativos e quantitativos) e temas correlatos (ambiente, saneamento, socioeconomia etc.) da UGRHI-1, como subsídio à gestão dos recursos hídricos pelo CBH-SM	CETESB/DAEE	180	Demanda atendida pelo compromisso 180 DAEE/CETESB. Na UGRHI 1, as redes de monitoramento de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 01 poço existente, b) 02 pontos existentes e 01 planejado. Na região existem ainda 11 postos Flu DAEE, 0 piezométricos e 11 pluviométricos. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada. A divulgação dos dados encontra-se nos sistemas SIBH e INFOÁGUAS, ambos já implantados, e que podem ser consultados via web.
	232	Universalizar a coleta e tratamento de esgoto nos municípios da UGRHI-1	SABESP	231	AETE de São Bento do Sapucaí está em operação desde jul/2013 e a de Campos do Jordão estará concluída em dez/2013.
CBH-SMG	269	Atingir e manter universalização dos serviços de tratamento e distribuição de água para abastecimento público nos municípios da UGRHI-1		265	Acompanhar pelo compromisso 265
	45	Apoio técnico e político para implantação e gestão do Comitê Federal do Rio Grande.	CRHI	44	2 Comitês Federais em funcionamento.
	176	Implantar pontos de monitoramento hidrológico complementando o já existente	FUNDAG	176	(novo compromisso FUNDAG criado: 50% das estações meteorológicas foram automatizadas e 20% das hidrológicas adquiridas)
CBH-SMT	455	Identificar Mapear e Monitorar a Cobertura Vegetal Nativa	IF	452	O Processo está em fase final de análise pela Consultoria Jurídica. A FF tem representante (suplente) assim como planos de manejo no CBH-SMT e pode contribuir com o demandante e com o IF (resp. pelo inventário) a depender de detalhamento e recursos.
	656	Parâmetros e indicadores para avaliação de ações de Educação Ambiental	CEA	656	(novo compromisso)

(cont. – Parte 6 de 8)

Demandas dos Comitês de Bacia Atendidas Integralmente

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	ID do compromisso que atende a demanda	Andamento do compromisso que atende a demanda
CBH-TB	51	Parâmetros e Diretrizes em Educação Ambiental para a gestão de Recursos Hídricos	CEA	51	A demanda faz parte do Plano de Ação da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CRH, a CEA seria executora neste âmbito, exercendo a coordenação ou propondo a continuidade da ação enquanto membro da CTEA.
	189	Monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos na UGRHI 16	CETESB/DAEE	180	Demanda atendida pelo compromisso 180 DAEE/CETESB. Na UGRHI 16, as redes de monitoramento de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 10 poços existentes e 02 planejados, b) 05 pontos existentes e 03 planejados. Na região existem ainda 2 postos Flu DAEE, 3 piezométricos e 20 pluviométricos. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada.
	4	Indicadores de Avaliação dos Planos de Bacia	CORHI	1	Indicadores de acompanhamento do PERH e do PBH estão em elaboração. Proposta será apresentada para discussão com os CBHs.
CBH-TG	35	Elaborar diagnóstico da participação e representatividade dos segmentos no SIGRH	CRHi	36	O encaminhamento para esta ação é mediante contratação de consultoria especializada através de processo licitatório.
	90	Revisão da Deliberação CRH 62		87	Ação já concluída. Deliberação CRH nº 146 publicada.
	124	Estabelecer procedimentos específicos para enquadramento e re-enquadramento	CORHI	120	Prazo reformulado. A CTPLAN definiu sua agenda de trabalho para 2013, o que inclui a discussão desse assunto. O CORHI vai acompanhar e contribuir com a regulamentação desses procedimentos.
	395	Avaliação da disponibilidade de águas superficiais e subterrâneas da UGRHI 15	DAEE	669	(novo compromisso)
CBH-TJ	402	Campanha de conscientização para regularização de poços e cadastro das empresas de perfuração	DAEE	149	7.642 outorgas concedidas em 2012.
	610	Capacitação de membros de Câmaras Técnicas do CBH	CRHi	610	(novo compromisso)
VERTEDE DO PARANAPANEMA	154	Melhorias nos sistemas de outorga e licenciamento		149 (DAEE) e 140 (CETESB/DAEE)	A redução de prazo de outorga está previsto no compromisso 149 do DAEE (Outorga Eletrônica). Com relação à redução do prazo do licenciamento, ela está sendo atendida pelo novo compromisso CETESB/DAEE de "Incentivo à adequação ambiental de pequenas propriedades rurais".
	197	Constituir um Sistema Integrado de Monitoramento para o Estado de São Paulo	CETESB/DAEE	180	No Estado, as redes de monitoramento de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 254 poços existentes e 31 planejados, b) 385 pontos existentes e 29 planejados. Na região existem ainda 34 postos Flu DAEE, 35 piezométricos e 127 pluviométricos. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada. A divulgação dos dados encontra-se nos sistemas SIBH e INFOÁGUAS, ambos já implantados, e que podem ser consultados via web.

(cont. – Parte 7 de 8)

Demandas dos Comitês de Bacia Atendidas Integralmente

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	ID do compromisso que atende a demanda	Andamento do compromisso que atende a demanda
VERTENTE DO TIETÊ	14	Definição de condições de entrega de vazão e carga entre as UGRHs	CORHI	13	Ação ainda não iniciada. Houve a readequação do compromisso para incluir o atendimento de outras demandas apresentadas.
	15	Mobilização dos CBHS para discussão e manifestação sobre questões comuns		13	Ação ainda não iniciada. Houve a readequação do compromisso para incluir o atendimento de outras demandas apresentadas.
	88	Consolidação do processo de planejamento do SIGRH		87	Ação concluída. Deliberação CRH nº 146 publicada.
	137	Normalização para a atualização do enquadramento e sua vinculação às outorgas e ao licenciamento ambiental		120	A CTPLAN definiu sua agenda de trabalho para 2013, o que inclui a discussão desse assunto. O CORHI vai acompanhar e contribuir com a regulamentação desses procedimentos. Prazo reformulado.
	155	Descentralização do processo de emissão de outorgas para uso dos recursos hídricos pelo DAEE	DAEE	149	7.642 outorgas concedidas em 2012.
VERTENTE LITORÂNEA	195	Integração das redes básicas de monitoramento de qualidade e quantidade dos recursos hídricos na Bacia do Rio Tietê	CETESB/DAEE	180	Nas UGRHs 6,5,10,13,16,19 a rede de monitoramento de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 95 poços existentes e 14 planejados, b) 195 pontos existentes e 06 planejados. Na região existem 73 postos Flu DAEE, 15 piezométricos e 236 pluviométricos. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada. A divulgação dos dados encontra-se nos sistemas SIBH e INFOÁGUAS, ambos já implantados, e que podem ser consultados via web.
	91	Revisão da Deliberação 62 - CRH	CORHI	87	Ação concluída. Deliberação CRH nº 146 publicada.

(cont. – Parte 8 de 8)

Demandas dos Comitês de Bacia Atendidas Parcialmente

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	ID do compromisso que atende a demanda	Justificativas pelo atendimento parcial e andamento do compromisso que atende a demanda de forma parcial
CBH-AP	192	Instalação de monitoramento automático padronizado	CETESB/DAEE	180	Nas UGRHs 20 e 21, as redes de monitoramento manual de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 29 poços existentes, b) 10 pontos existentes e 04 planejados. Não há previsão de instalação de monitoramento automático para qualidade. Na região existem ainda 10 postos Flu DAEE, 24 piezométricos e 48 pluviométricos. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada.
	260	Elaborar Plano de Saneamento Rural	SSRH	246	O compromisso 246 da SSRH atende parcialmente a demanda no que tange ao repasse de recursos. O Programa Água é Vida repassa recursos financeiros aos municípios, via convênios, para implantação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, localidades de pequeno porte e predominantemente ocupadas por população de baixa renda. A execução das obras é de responsabilidade dos municípios e ainda não foi iniciada face às dificuldades de atendimento da demanda de USI pelo mercado e seu custo que extrapolou os cálculos iniciais. Nível de execução do compromisso: Repassados recursos financeiros para implantação de 7.884 Unidades Sanitárias Individuais - USIs.
	407	Proteção das Captações de Águas Subterrâneas	IG	404	Demanda parcialmente atendida pela Ação 404.
CBH-AT	121	Subsídios técnicos para o reequadramento de corpos d'água na UGRHI Alto Tietê	CETESB/DAEE	-	A meta proposta (reenquadramento) é atribuição dos CBHs, conforme Deliberação CRH 02/1993. A disponibilização de dados de monitoramento das redes oficiais já é atendida nos seguintes endereços: www.daee.sp.gov.br/hidrologia , www.cetesb.sp.gov.br/agua/infoaguas e www.ana.gov.br .
	441	Criar mecanismos legais específicos para proteção de mananciais de abastecimento público na UGRHI Alto Tietê	CPLA	413	-
CBH-BPG	57	Difusão do PERH e Plano de Bacia pela UGRHI	CRHi	100	Difusão do PERH deve ser tarefa contínua da CRHi. A Delib. CRH 146/12, Artigo 5º, estabelece que a difusão do PBH é atribuição de cada CBH.
CBH-MOGI	413	Criação de áreas de proteção a mananciais regionais	CPLA	413	Atendimento parcial, pelo novo compromisso criado 413
	615	Página do CBH-Mogi na web	CRHi	614	Compete ao CBH Mogi atualizar sua área específica no SIGRH. Ação parcialmente atendida pelo Compromisso ID 614 no que compete à CRHi. Contratada empresa em 2012. Previsão de início do site em 2013.
CBH-MP	193	Instalação de monitoramento automático padronizado	CETESB/DAEE	180	Demanda parcialmente atendida pelo compromisso CETESB/DAEE 180. Na UGRHI 17, as redes de monitoramento manual de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 15 poços existentes e 07 planejados, b) 04 pontos existentes e 07 planejados. Não há previsão de instalação de monitoramento automático para qualidade. Na região existem 12 postos Flu DAEE, 3 piezométricos e 37 pluviométricos. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada.

(Parte 1 de 3)

Demandas dos Comitês de Bacia Atendidas Parcialmente

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	ID do compromisso que atende a demanda	Justificativas pelo atendimento parcial e andamento do compromisso que atende a demanda de forma parcial
CBH-MP	259	Elaborar Plano de Saneamento Rural	SSRH	246	Parcialmente atendida. O Programa Água é Vida repassa recursos financeiros aos municípios, via convênios, para implantação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, em localidades de pequeno porte e predominantemente ocupadas por população de baixa renda. A execução das obras é de responsabilidade dos municípios e ainda não foi iniciada face às dificuldades de atendimento da demanda de USJ pelo mercado e seu custo que extrapolou os cálculos iniciais. Repassados recursos financeiros para implantação de 7.884 Unidades Sanitárias Individuais - USIs.
	510	Implantação de Áreas de Conservação	IF	510	Prevista ampliação de 2 EE: Assis e Santa Bárbara. A meta será parcialmente atingida, pois apenas as duas áreas estão previstas até 2015.
	109	Monitoramento das Ações/Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo	CRHi	1	Indicadores de acompanhamento do PERH e do PBH estão em elaboração. Proposta será apresentada para discussão com os CBHs. Atribuição da CRHi é coordenar o processo de estabelecimento dos indicadores de acompanhamento do PBH. O acompanhamento e avaliação das ações é atribuição de cada CBH.
CBH-PCJ	369	Mapeamento dos pontos críticos em áreas urbanas e rurais	SSRH	214	Concluídos 105 Planos Municipais de Saneamento - PMS e 6 Planos Regionais de Saneamento - PRS. Em 2013 estão sendo elaborados 77 PMS e 2 PRS e deverão ser iniciados 174 PMS e 7 PRS.
	412	Definir as áreas críticas relacionadas ao potencial de contaminação	CETESB	-	Parcialmente atendido pelo Projeto CORHI CETESB 118/2010 (UGRHI 6 e 10) e projetos FEHIDRO do DAEE nos municípios de Bauru, Jacareí, São José dos Campos e Caçapava.
	442	Criar mecanismo para acompanhar e encaminhar questões legislativas de interesse da gestão de Recursos Hídricos; Observatório legal e institucional	CPLA	413	Atendimento parcial - Compromisso: "Apoiar os Comitês de Bacias na elaboração de leis específicas de proteção e recuperação de mananciais".
	538	Desenvolver modelos e consolidar instrumentos financeiros visando estimular a recuperação da vegetação natural pela iniciativa privada e pública	CBRN	538	Demanda atendida parcialmente por novo compromisso. CBRN tem livro sobre avaliação de experiências de PSA no prelo. Foi parceira em Seminário Internacional de PSA em 2012.
	579	Ampliar a formação continuada em recursos hídricos para professores da rede Estadual e Municipal	SEE	576	Parcialmente atendida pelo Compromisso 576: "Formação de professores em Educação Ambiental sobre a temática Água e Recursos Hídricos". Atendida a rede estadual. São estimulados cursos descentralizados que abordam a temática "água" e recursos hídricos, principalmente em projetos de EA, além da inserção da temática em curso de Educação Ambiental da SEE. Ambas as ações ampliam a formação continuada de professores do Estado. Há a participação todos os anos no Diálogo Interbacias - formação em EA em Rec. Hídricos. Articulação e convocação de 02 PCNP para participação nos Comitês (Câmaras de EA). Incentivo para cursos de EA em Rec. Hídricos nas DE, com ou sem parceria dos comitês. Inserção da temática Água/01 módulo) no Curso de EA da SEE: Comunidade Educadora Sustentável.
CBJ-PCJ	670	Realizar estudos para implantação de diretrizes de proteção e uso das águas subterrâneas no Estado de São Paulo	IG	-	Demanda parcialmente atendida pela conclusão do empreendimento FEHIDRO PCI-256 em 450/2006, quando foram definidas áreas potenciais de restrição e controle na porção sul da UGRHI 5. O desenvolvimento dos instrumentos normativos é de competência do CBH, com aprovação final pelo CRH.

(cont. – Parte 2 de 3)

Demandas dos Comitês de Bacia Atendidas Parcialmente

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	ID do compromisso que atende a demanda	Justificativas pelo atendimento parcial e andamento do compromisso que atende a demanda de forma parcial
CBH-PP	191	Ampliação e modernização da rede de monitoramento hidrometeorológico no Pontal do Paranapanema e implantação da Sala Virtual de Situação dos RH	CETESB/DAEE/ FUNDAG	DAEE-CETESB (180) e FUNDAG (191)	Demanda parcialmente atendida pelo compromisso CETESB/DAEE 180. Na UGRHI 22, as redes de monitoramento manual de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 09 poços existentes e 01 planejado; b) 05 pontos existentes e 01 planejado. Não há previsão de instalação de monitoramento automático para qualidade. Na região existem ainda 2 postos Flu DAEE, 3 piezométricos e 20 pluviométricos. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada. Com o detalhamento da demanda, a justificativa técnica e a disponibilização de recursos do CBH, será avaliada a demanda pelos órgãos gestores. A divulgação dos dados encontra-se nos sistemas SIH e INFOAGUAS, ambos já implantados, e que podem ser consultados via web. FUNDAG: novo compromisso criado, com as seguintes metas: 6 estações meteorológicas, 4 hidrológicas
CBH-SJD	236	Coleta e Tratamento de esgoto nos municípios não operados pela SABESP	SSRH	246	Poderá ser parcialmente atendido pelo Programa Água Limpa, conforme Compromisso 246. O Programa Água é Vida repassa recursos financeiros aos municípios, via convênios, para implantação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, em localidades de pequeno porte e predominantemente ocupadas por população de baixa renda. A execução das obras é de responsabilidade dos municípios e ainda não foi iniciada face às dificuldades de atendimento da demanda de USJ pelo mercado e seu custo que extrapolou os cálculos iniciais.
CBH-TB	401	Cadastramento de poços tubulares profundos e empresas perfuradoras na UGRHI 16	DAEE	149	7.642 outorgas concedidas em 2012.
VERTENTE DO TIETÊ	53	Otimização da utilização dos recursos do FEHIDRO e aprimoramento da qualidade dos empreendimentos financiados.	SECOFEHIDRO	52, 54 e 610	A demanda é parcialmente atendida pelo compromisso CRHI ID 52 (no que tange à modernização do Sinfedidro) e pelos novos compromissos relativos a agilizar o trâmite dos recursos do FEHIDRO (Resolução Conjunta SSRH/SMA/SAA/SDECT 001/2012) ID 54 e capacitação para multiplicadores na formulação e gestão de projetos FEHIDRO, no que tange a agilizar a utilização dos recursos. Quanto às demais sugestões: 1) reaproximar os tomadores: não está claro (está muito mais na atribuição dos CBHs); 4) o sistema possui uma característica inerentemente descentralizada; 5) há uma agenda permanente de esclarecimento às Secretarias de Estado sobre o funcionamento do FEHIDRO; 6) a atribuição principal quanto a acompanhar os empreendimentos é dos CBHs; 7) não está claro qual a parte do MPO que se deseja a revisão, mas o outro compromisso da SECOFEHIDRO (da Resolução Conjunta) certamente tratará mudanças ao MPO; 8) já é prevista no MPO (cap. 3.1) a reindicação de empreendimentos, desde que seja apreciada pela SECOFEHIDRO; 9) a sugestão quanto à definição de indicadores para projetos estruturais não está clara; 10) a atribuição principal quanto a fortalecer a relação entre projetos financiados e os PBHs é dos CBHs.

(cont. – Parte 3 de 3)

Demandas dos Comitês de Bacia Ainda Passíveis de Serem Atendidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	Condicionantes para se poder atender a demanda
CBH-ALPA	181	Rede de Monitoramento Qualitativa e Quantitativa	CETESB/DAEE	Na UGRHI 14, as redes de monitoramento de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 14 poços existentes e 01 planejado, b) 09 pontos existentes e 05 planejados. Na região existem ainda 10 postos Flu DAEE, 0 piezométricos e 22 pluviométricos. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada. Com o detalhamento da demanda, a justificativa técnica e a disponibilização de recursos do CBH, será avaliada a possibilidade de atendimento pelos órgãos gestores.
	190	Monitoramento das Bacias do Carrapatos, Posses e Santa Helena		Na UGRHI 14, as redes de monitoramento de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 14 poços existentes e 01 planejado, b) 09 pontos existentes e 05 planejados. Na região existem ainda 10 postos Flu DAEE, 0 piezométricos e 22 pluviométricos. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada. Com o detalhamento da demanda, a justificativa técnica e a disponibilização de recursos do CBH, será avaliada a possibilidade de atendimento pelos órgãos gestores.
CBH-AP	182	Rede de monitoramento de águas subterrâneas do Estado de São Paulo	CETESB/DAEE	Nas UGRHI 20 e 21, a rede de monitoramento de água subterrânea da CETESB tem 29 poços existentes. Na UGRHI 20 são 3 poços Piezo DAEE e 1 poço Piezo CPRM. Na UGRHI 21 são 21 poços Piezo DAEE e 2 Poços Piezo CPRM. Com o detalhamento da demanda, a justificativa técnica e a disponibilização de recursos do CBH, será avaliada a demanda pelos órgãos gestores.
	243	Obras de Afastamento e Tratamento de Esgotos Urbanos	SSRH	Necessário implementar política estadual para redução do lançamento da carga orgânica.
	272	Adequação do Sistema de Abastecimento Público de Água		Demanda atendida pelo Programa SANEBASE (ID 270), dependendo de solicitação do município e de disponibilidade de recursos orçamentários. 6 municípios atendidos em 2012.
	292	Galeria de Águas Pluviais		Depende de solicitação do município e da disponibilidade de recursos.
	324	Articular com a CATI a criação de programa de difusão e capacitação em técnicas de irrigação		Depende de articulação com o órgão de pesquisa IAC ou universidades para definição de programa, melhores técnicas de irrigação para cada cultura e região. Depende também de recursos financeiros para realização dos cursos.
	529	Restauração de Bacias Hidrográficas	CATI	Depende de articulação institucional. Os recursos financeiros necessários para a execução da proposta não estão disponíveis. A CATI pode apoiar o projeto, mas não tem condições de fazer o trabalho em toda a Bacia. Isso também implicaria em fazer o trabalho em nível estadual o que é impossível pelo número de técnicos da instituição. Nessa linha de trabalho, o Governo de São Paulo lançou o programa Integra São Paulo que pretende recuperar mais de 300 mil hectares de áreas degradadas nos próximos sete anos, através da recuperação de pastagem, terraceamento, curva de nível, plantar mudas, corrigir solos.
CBH-AT	396	Estudo das regras operativas do Sistema Alto Tietê	EMAEE	Depende de melhor avaliação da demanda, já que o próprio CBH tem uma CT para discussão de regras operativas. - Pode depender das conclusões do PDMAT 3 - Terceiro Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia do Alto Tietê. - Depende dos outros parceiros e de articulação institucional.
	396		SABESP	Necessária articulação entre os entes envolvidos para viabilizar estudo na Bacia do Alto Tietê
CBH-AT	483	Fomentar ações de revitalização de corpos d'água	CBRN	Sugerimos que o Comitê faça demanda induzida e insira no Plano de Bacia áreas prioritárias p/ Reserva Legal (baseada no art. 14 da Lei 12651/12). A CBRN direcionará reservas para as áreas indicadas e disponibilizará sistema de apoio à restauração (monitoramento e espacialização de áreas em restauração).
	569	Integração dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação com o Comitê de Bacia do Alto Tietê	FF	Para a FF a demanda é passível de ser atendida, a depender da compatibilização de agendas e de recursos para realização das oficinas, considerando que são 11 UCs: APAs Cajamar, Haras S. Bernardo, Mata do Igatemi, Pq e Fz do Carmo, Sistema Cantareira, Várzea do Rio Tietê, PEs Cantareira, Itaberaba, Jaraguá, Juqueri e Serra do Mar.

(Parte 1 de 5)

Demandas dos Comitês de Bacia Ainda Passíveis de Serem Atendidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	Condicionantes para se poder atender a demanda
CBH-BPG	183	Ampliação e revitalização de estações de monitoramento DAEE e CETESB	CETESB/DAEE	Na UGRHI 12, as redes de monitoramento de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 7 poços existentes e 02 planejados, b) 4 pontos existentes. Na região existem ainda 14 postos Flu DAEE, 4 piezométricos e 18 pluviométricos. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada. Com o detalhamento da demanda, a justificativa técnica e a disponibilização de recursos do CBH, será avaliada a possibilidade de atendimento pelos órgãos gestores.
	509	Criação de uma Unidade de Conservação	IF/FF	IF: Depende de conclusão de Relatório Técnico e decisão política. O IF tem recurso de TCCA para estudo. Para a FF a demanda é passível de ser atendida, a depender de recursos para realização dos estudos e audiências necessários à criação de novas UCs e definição de prioridades.
CBH-BT	464	Várzeas e APPs	CBRN	Sugerimos que o Comitê faça demanda induzida e insira no Plano de Bacia áreas prioritárias p/ Reserva Legal (baseada no art. 14 da Lei 12651/12). A CBRN direcionará reservas para as áreas indicadas e disponibilizará sistema de apoio à restauração (monitoramento e espacialização de áreas em restauração).
CBH-LN	194	Ampliar e adequar monitoramento da qualidade da água da Bacia	CETESB	Na UGRHI 3, a rede de monitoramento de água superficial da CETESB tem 31 pontos existentes. Não há previsão de ampliação de pontos para qualidade. Com o detalhamento da demanda, a justificativa técnica e a disponibilização de recursos do CBH, a demanda poderá ser avaliada.
	566	Implantar um programa permanente de conservação do solo e da água	CATI	Depende de detalhamento da demanda e posteriormente uma articulação com órgão de pesquisa IAC ou universidades para definição de um programa e de apoio financeiro.
CBH-MOGI	235	Coletar e tratar o esgoto urbano	SSRH	Necessário implementar política estadual para redução do lançamento da carga orgânica, que deverá ser solicitado pelos municípios.
	485	Diagnosticar e recuperar área de preservação permanente	FF/CBRN	Sugerimos que o Comitê faça demanda induzida e insira no Plano de Bacia áreas prioritárias p/ Reserva Legal (baseada no art. 14 da Lei 12651/12). A CBRN direcionará reservas para as áreas indicadas e disponibilizará sistema de apoio à restauração (monitoramento e espacialização de áreas em restauração).
CBH-MP	184	Rede de monitoramento de águas subterrâneas do Estado de São Paulo	CETESB/DAEE	Na UGRHI 17, a rede de monitoramento de água subterrânea da CETESB tem 15 poços existentes e 07 planejados. Ainda na UGRHI 17 são 3 poços piezo DAEE, 2 poços Piezo CPRM, além de 12 postos Flu e 37 Plu DAEE. Com o detalhamento da demanda, a justificativa técnica e a disponibilização de recursos do CBH, será avaliada a demanda pelos órgãos gestores.
	293	Execução das obras previstas no Plano de Drenagem Urbana do Município	SSRH	Depende de solicitação do município e disponibilidade de recursos.
CBH-MP	320	Plano de Controle de Perdas – implantação de hidrômetros	SSRH	O Plano Municipal que está sendo apoiado pelo Estado, conforme decreto 52.895/2008 prevê em um de seus itens o controle de perdas, com metas de curto, médio e longo prazo, e que a execução dessas metas estarão a cargo dos próprios municípios beneficiados com o Plano. Portanto, depende da articulação do município com a Secretaria.
CBH-PARDO	185	Identificar e desenvolver sistemas de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos	CETESB/DAEE	Na UGRHI 4, as redes de monitoramento de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 12 poços existentes e 01 planejado, b) 06 pontos existentes e 01 planejado. Na região existem ainda 6 postos Flu DAEE e 18 Postos Plu DAEE. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada. Existe também a previsão de perfuração de 1 poço piezométrico (DAEE). Com o detalhamento da demanda, a justificativa técnica e a disponibilização de recursos do CBH, será avaliada a possibilidade de atendimento pelos órgãos gestores. A divulgação dos dados da CETESB e do DAEE estão, respectivamente, no SIBH e no INFOAGUAS.
	462	Diagnóstico das áreas vegetadas e aquelas com necessidade de recuperação florestal da BH Pardo	CBH-PARDO	Acredita-se que seja necessário repensar o valor referente aos recursos necessários para execução de determinada ação.

(cont. – Parte 2 de 5)

Demandas dos Comitês de Bacia Ainda Passíveis de Serem Atendidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	Condicionantes para se poder atender a demanda
CBH-PCJ	151	Estudar, nos projetos de tratamento e disposição final de efluentes líquidos, a vazão de referência para a diluição/assimilação nos corpos hídricos	CETESB/DAEE	Pré-requisitos necessários para o atendimento da demanda: - os Planos de Bacia apontarem claramente: 1) trechos de rio, bacias e sub-bacias que apresentem problemas de criticidade de qualidade e quantidade; e 2) os usos prioritários; - regulamentação do artigo 14 da Lei 9034, incluindo aspectos qualitativos.
	169	Estabelecer, manter, atualizar e operar um Sistema de Suporte à Decisão para utilização pelos órgãos e entidades responsáveis pela outorga e licenciamento ambiental	CRH	Não é possível fazer previsão sobre o cumprimento do requisito, pois depende de assinatura de decreto que regulamenta a cobrança. A demanda, portanto, continua como passível de ser atendida.
	495	Elaborar projetos, licenciamento e executar ações de restauração florestal e implantação de viveiros florestais	FF/SAA	FF: Depende do cumprimento de requisito anterior. As UCs no CBH-PCJ não tem plano de manejo aprovado. SAA: É mais indicado que a demanda seja encaminhada à CBRN. A parceria da Catí seria com disponibilização de técnicos, conhecimento técnico e articulação institucional.
	533	Elaborar estudos e cadastros com a avaliação das condições atuais e as causas das voçorocas	SAA	Depende de articulação institucional. Esta demanda faz parte da atuação da CDA e da CATI. Para elaboração de cadastro específico de voçorocas e estudo das causas será necessário aporte financeiro e humano para o estudo.
	600	Promover a capacitação e a formação continuada para usuários de recursos hídricos.	SSRH/CEA/CETESB/Serviços de Saneamento/Instituições de Ensino e Pesquisa	Em termos de capacitação em gestão de recursos hídricos, a CRHi está priorizando o curso associado ao seu compromisso 587. Assim que esse curso estiver em funcionamento, há a possibilidade desta Coordenadoria voltar sua atenção para outros cursos de capacitação. A CETESB, por sua vez, está avaliando a possibilidade de promover um programa intitulado Apoio à Gestão de Recursos Hídricos, que abordará alguns dos assuntos sugeridos pelo Comitê, mas que para se concretizar depende ainda de articulações internas para definição de conteúdo/professores visando formar parcerias para custeio dos cursos.
	639	Elaborar estratégia de comunicação com pesquisadores para disponibilizar resultados das pesquisas sobre recursos hídricos nos sítios do SIGRH	CEA	Depende de outro executor e CEA pode entrar como parceira. Demanda Relacionada com Ação ID 638.
	662	Firmar parcerias de cooperação com organismos e entidades públicas e privadas locais e regionais para a construção de centros de referência em educação ambiental	CEA	Depende de articulação institucional. A CEA tem no momento um Programa Específico para desenvolvimento de parcerias com municípios para Implantação de Centros Municipais de EA.
	665	Estimular a criação de programas de pesquisa em recursos hídricos como projetos temáticos nos moldes do Biota/Fapesp	SMA/SAA/SSRH/FA-PESP/SES	SAA: A proposta de programa poderia ser viável mediante aporte financeiro, recursos humanos e interação com outros órgãos de pesquisa e ensino. SMA: Ação depende de articulação entre executores propostos. SSRH: Talvez (Depende de outro executor - posso entrar como parceiro). As pesquisas devem ter parceria da SSRH, mas sob ótica da Ciência e Tecnologia, Educação e Meio Ambiente. FAPESP e SES: não respondida
CBH-PS	142	Outorga, licenciamento e fiscalização	CETESB/DAEE	Depende que a instituição demandante detalhe melhor a demanda. A demanda está sendo parcialmente atendida pelo novo compromisso DAEE/CETESB "Incentivo à adequação ambiental de pequenas propriedades rurais" (ID 140). Para avaliação completa da demanda, o CBH deverá informar quais atividades necessitam da simplificação e harmonização dos procedimentos de outorga e licenciamento.
CBH-SJD	463	Implementar Plano de recuperação de áreas prioritárias para proteção dos recursos hídricos - várzeas, APPs	CBRN	Sugerimos que o Comitê faça demanda induzida e insira no Plano de Bacia áreas prioritárias p/ Reserva Legal (baseada no art. 14 da Lei 12651/12). A CBRN direcionará reservas para as áreas indicadas e disponibilizará sistema de apoio à restauração (monitoramento e espacialização de áreas em restauração).
	484	Promover a recuperação de matas ciliares		Sugerimos que o Comitê faça demanda induzida e insira no Plano de Bacia áreas prioritárias p/ Reserva Legal (baseada no art. 14 da Lei 12651/12). A CBRN direcionará reservas para as áreas indicadas e disponibilizará sistema de apoio à restauração (monitoramento e espacialização de áreas em restauração).

(cont. – Parte 3 de 5)

Demandas dos Comitês de Bacia Ainda Passíveis de Serem Atendidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	Condicionantes para se poder atender a demanda
CBH-SM	375	Realizar atualização e manutenção do cadastro de áreas de risco	IPT	Depende de articulação institucional. Trabalho já realizado para São Bento do Sapucaí e entregue em Dezembro de 2012. Há previsão de entrega do mesmo tipo de trabalho para Santo Antonio do Pinhal em 2014, dependendo de articulação com a Casa Militar do Governo do Estado.
	465	Preservar e/ou recuperar, em caráter permanente, as Áreas de Preservação Permanente (APPs), Unidades de Conservação Ambiental e Áreas Correlatas da UGRHI-1	IF/FF/CBRN	A demanda pode ser atendida parcialmente pelo Compromisso 451, onde será priorizado o mapeamento. A FF pleiteou indicação de representante suplente no CBH-SM cujo território coincide com o das APAs Campos do Jordão e Sapucaí Mirim (planos de manejo a iniciar) além de abranger os Parques Est. Campos do Jordão e Mananciais de Campos de Jordão, cujos planos de manejo estão em elaboração A previsão do CAR é mapear/ identificar APPs e o PPA as áreas comprometidas p/ recuperação. Sugerimos que o Comitê faça demanda induzida e insira no Plano de Bacia áreas prioritárias p/ Reserva Legal (baseada no art. 14 da Lei 12651/12). A CBRN direcionará reservas para as áreas indicadas
	477	Preservar e/ou recuperar, em caráter permanente, as Áreas de Preservação Permanente (APPs), Unidades de Conservação Ambiental e Áreas Correlatas da UGRHI-1	FF	A elaboração do plano de manejo das APAs Campos do Jordão e Sapucaí Mirim está prevista, mas ainda não teve início por restrição de recursos humanos. O plano de manejo da APA federal é de responsabilidade do ICMBio.
	603	Promover e incentivar, em caráter permanente, a educação ambiental, com ênfase para os recursos hídricos	CRHI/SSRH	CRHI: como parceiro. SSRH: A educação ambiental deve sim ter a parceria da SSRH, mas capitaneada pela Educação e Meio Ambiente.
	219	Plano Diretor de Saneamento Básico	SSRH	Demanda poderá ser atendida dentro da meta geral do Compromisso 214 que vai até 2015, dependendo da liberação de recursos.
CBH-TJ	196	Ampliação e Modernização dos pontos de monitoramento quali-quantitativo	CETESB/DAEE	Na UGRHI 13, as redes de monitoramento de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 17 poços existentes e 02 planejados, b) 10 pontos existentes e 02 planejados. Na região existem ainda 9 postos Flu DAEE, 6 piezométricos e 23 pluviométricos. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada. Com o detalhamento da demanda, a justificativa técnica e a disponibilização de recursos do CBH, será avaliada a possibilidade de atendimento pelos órgãos gestores.
	504	Programa de incentivo a criação de RPPNs na UGRHI 13	FF	A criação de RPPNs é de iniciativa voluntária do proprietário rural. Cabe à FF avaliar a proposta e, se de acordo, reconhecer a RPPN.
VERTENTE DO GRANDE	173	Ampliação da rede de monitoramento da quantidade e da qualidade das águas superficiais e subterrânea	CETESB/DAEE	Nas UGRHIs 1, 4, 8, 9, 12 e 15, as redes de monitoramento de água subterrânea e superficial da CETESB têm: a) 62 poços existentes e 6 planejados, b) 75 pontos existentes e 03 planejados. Na região existem ainda 73 postos Flu DAEE, 15 piezométricos e 143 pluviométricos. Existe a previsão de que o DAEE automatize 100% da rede Flu e 50% da Plu instalada. A divulgação dos dados encontra-se nos sistemas SIBH e INFOÁGUAS, ambos já implantados, e que podem ser consultados via web. Com o detalhamento da demanda, a justificativa técnica e a disponibilização de recursos do CBH, será avaliada a demanda pelos órgãos gestores.
	220	Elaboração de planos municipais de saneamento ambiental		No compromisso 214 há a previsão de atender todos os municípios da Vertente do Grande. Falta empenho de recursos apenas para os municípios da UGRHI 15. Os demais já tem recursos garantidos.
	311	Criar um Programa de Controle de Perdas no sistema de abastecimento de água, nos moldes do Programa Água Limpa.	SSRH	O Plano Municipal que está sendo apoiado pelo Estado, conforme decreto 52.895/2008 prevê em um de seus itens o controle de perdas, com metas de curto, médio e longo prazo, e que a execução dessas metas estarão a cargo dos próprios municípios beneficiados com o plano. Portanto, depende da articulação do município com a Secretaria.
	312	Criar um programa de transferência de tecnologia aos municípios, visando o controle de perdas no sistema de abastecimento de água		O Plano Municipal que está sendo apoiado pelo Estado, conforme decreto 52.895/2008 prevê em um de seus itens o controle de perdas, com metas de curto, médio e longo prazo, e que a execução dessas metas estarão a cargo dos próprios municípios beneficiados com o plano. Portanto, depende da articulação do município com a Secretaria.

(cont. – Parte 4 de 5)

Demandas dos Comitês de Bacia Ainda Passíveis de Serem Atendidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	Condicionantes para se poder atender a demanda
VERTENTE DO GRANDE	539	Adequar o manual de procedimentos operacionais às especificidades dos empreendimentos de conservação florestal, com a participação dos CBHs, visando a Recuperação Florestal e o Pagamento por Serviços Ambientais	SECOFEHIDRO	Depende que a instituição demandante detalhe melhor a demanda. Sugere-se uma reunião de esclarecimento com os proponentes da demanda para melhor entendimento.
	540	Prover orientação técnica aos usuários rurais sobre conservação florestal (diagnóstico participativo; promoção do diálogo), visando a Recuperação Florestal e o Pagamento por Serviços Ambientais, na Vertente da Bacia do rio Grande	SAA	Depende de outro executor, pode entrar como parceiro. É mais indicado que a demanda seja encaminhada à CBRN. A parceria da Cati seria com disponibilização de técnicos, conhecimento técnico e articulação institucional.
VERTENTE LITORÂNEA	247	Consolidar rede existente e implantar Sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto em Comunidades isoladas/carentes em áreas urbanas, periurbanas e de expansão	SABESP	Especificar as comunidades, com localização geográfica.
	602	Integrar as ações e experiências em agroecologia nas UGRHs da Vertente Litorânea.	CATI/APTA	O tema trata de ações bem diversificadas e em várias linhas de atuação, incluindo sistemas marinhos, agropecuária e ecologia. A APTA seria mais indicada para desenvolver as diretrizes desse programa, que também precisa ser melhor definido. A CATI poderia entrar como parceiro na questão agropecuária.

(cont. – Parte 5 de 5)

Demandas dos Comitês de Bacia Não Atendidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	Justificativas pelo Não Atendimento
CBH-ALPA	528	Conservação de solo e estradas rurais	CATI	Não há recursos financeiros disponíveis. A CATI pode apoiar o projeto, mas não tem condições de fazer o trabalho em toda a bacia. Isso também implicaria em fazer o trabalho em nível estadual o que é impossível pelo número de técnicos da instituição. Nessa linha de trabalho, o Governo de São Paulo lançou o programa Integra São Paulo que pretende recuperar mais de 300 mil hectares de áreas degradadas nos próximos sete anos, através da recuperação de pastagem, terraceamento, curva de nível, plantar mudas, corrigir solos.
CBH-AP	26	Proteção de Águas Subterrâneas	DAEE	Não há recursos disponíveis ou previstos. A partir do levantamento dos projetos CORHI Bacias Leste e Oeste foram definidas áreas para detalhamento: Ribeirão Preto (anterior ao processo), Jurubatuba /S.J.Rio Preto (já concluídas) e Bauru/Vale do Paraíba (em execução). Novas áreas dependem de disponibilização de recursos financeiros.
	202	Instalação de postos de sedimentometria		Não há recursos disponíveis ou previstos. Ação necessária necessitando de disponibilização de recursos financeiros.
	407	Proteção das Captações de Águas Subterrâneas		Não há recursos disponíveis ou previstos. A partir do levantamento do projeto CORHI Bacias Leste e Oeste foram definidas áreas para detalhamento: Ribeirão Preto (anterior ao processo), Jurubatuba /S.J.Rio Preto (já concluídas) e Bauru/Vale do Paraíba (em execução). Novas áreas dependem de disponibilização de recursos financeiros.
	592	Treinamento e capacitação de técnicos para monitoramento de recursos hídricos		Não há recursos disponíveis ou previstos. O Instituto Geológico não tem disponibilidade para atendimento da demanda.
CBH-AT	216	Incentivo à elaboração dos planos de saneamento municipais	SSRH	Os municípios da UGRHI 06 não foram incluídos na meta 2012/2015.
	392	Avaliação da disponibilidade hídrica subterrânea na UGRHI Alto Tietê	CETESB/DAEE/ IG	Não faz parte da atribuição da CETESB. Segundo o IG, no Plano da Bacia foi realizada uma avaliação das potencialidades e demandas da Bacia (pela FUSP), O CBH poderia contratar estudo para detalhar tal avaliação.
	396	Estudo das regras operativas do Sistema Alto Tietê	DAEE	Atribuição da SABESP, operadora do sistema produtor do Alto Tietê.
	233	Ampliar o tratamento de esgoto na Bacia do Baixo Pardo Grande	SABESP	A demanda não apresenta embasamento técnico para o planejamento da ação. Essa eficiência está relacionada com o enquadramento dos corpos d'água dispostos em Lei.
CBH-BPG	393	Disponibilizar os dados sobre disponibilidade hídrica na UGRHI 12	CORHI	Fora do escopo ou vigência do PERH. Os referidos dados já constam do PERH 2012-2015, cuja conclusão ocorreu em 2011.
	567	Programa Microbacias II	SAA	Fora da atribuição do executor. A parte do Programa de Microbacias II, que é gerida pela CATI, atua no desenvolvimento econômico da atividade agrícola, agregação de valor e organização rural, não atua com ações ambientais.
	122	Estudos e proposições para o reequadramento dos corpos d'água em classes de uso preponderante. Meta 12	CETESB/DAEE	Faz parte de um contexto específico, estando mais associada à atribuição do CBH. As propostas de reequadramento é atribuição dos CBHs, conforme Deliberação CRH-02/1993. O CORHI, em seu compromisso 120, elaborará um roteiro com os critérios para enquadramento.
CBH-MOGI	271	Infra-estrutura de abastecimento público urbano	SSRH	O Decreto n. 52.895/08 que criou o Programa Estadual de apoio técnico à elaboração do Plano Municipal de Saneamento do CBH MOGI, se encontra em elaboração.

(Parte 1 de 5)

Demandas dos Comitês de Bacia Não Atendidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	Justificativas pelo Não Atendimento
CBH-MOGI	279	Macrodrenagem Urbana	SSRH	A SSRH elaborou pesquisa de Drenagem (ver site http://www.saneamento.sp.gov.br/CSANDOCs/Pesquisa_Municipal_Drenagem_Documentação_da_Base.pdf) e está elaborando o PMS do CBH MOGI, onde constará o planejamento da Bacia no Plano Regional.
	299	Destinação adequada de resíduos sólidos	CETESB	Faz parte de um contexto específico, estando mais associada às atribuições do CBH. O tema já está sendo contemplado no âmbito do CBH-Mogi.
	647	Plano de Comunicação do CBH-MOGI	CBH-MOGI	Demanda retirada pelo demandante
CBH-MP	201	Instalação de postos de sedimentometria	DAEE	Não há recursos disponíveis ou previstos. Ação necessita de disponibilização de recursos financeiros.
	405	Proteção das Captações de Águas Subterrâneas		Não há recursos disponíveis ou previstos. A partir do levantamento dos projeto CORHI Bacias Leste e Oeste foram definidas áreas para detalhamento: Ribeirão Preto (anterior ao processo), Jurubatuba /SJ,Rio Preto (já concluídas) e Bauru/Vale do Paraíba (em execução). Novas áreas dependem de disponibilização de recursos financeiros.
	424	Proteção de Águas Subterrâneas	CETESB	Faz parte de um contexto específico, estando mais associada à atribuição do CBH. Diretrizes para encaminhamento Institucional dos problemas com nitrato estão sendo tratados pelo GT da CTAS/CRHI.
	593	Treinamento e capacitação de técnicos para monitoramento de recursos hídricos	IG	Não há recursos disponíveis ou previstos. O Instituto Geológico não tem disponibilidade para atendimento da demanda.
	46	Fomentar a integração da Bacia do Rio Grande	CRHI	Fora da atribuição do executor. Cabe à CRHI acompanhar a implementação dos instrumentos de gestão de RH. na bacia do Grande, dando apoio ao CBH-Grande federal na Ação descrita.
CBH-PARDO	132	Atualização do enquadramento dos corpos hídricos no CBH-Pardo	CETESB/DAEE	Faz parte de um contexto específico, estando mais associado à atribuição do CBH. As propostas de reequadramento é atribuição dos CBHs, conforme Deliberação CRH 02/1993. O CORHI, em seu compromisso 120, elaborará um roteiro com os critérios para enquadramento.
	371	Identificar áreas de risco na Bacia - Mapeamento de Áreas de Risco de erosão e inundações da Bacia do Rio Pardo	IG	Fora da atribuição do executor. Não há capacidade/planejamento de execução na instituição.
CBH-PCJ	29	Identificar e caracterizar os possíveis conflitos inter e intra-bacias hidrográficas; Criar mesas de negociação com as partes envolvidas e mediação de profissional especializado	CORHI	A ação foi excluída por tratar-se de uma ação político-administrativa que está sendo negociada entre as esferas de governo com participação dos órgãos gestores.
	62	Integrar os estudos de compartimentação e caracterização territorial e delimitação de sub-bacias hidrográficas do Estado para subsidiar Planos de Bacia e Zoneamento Ecológico-Econômico	CPLA	Fora do escopo ou vigência do PERH. Demanda não será atendida durante a vigência deste PERH.
	64	Padronizar escalas de mapeamento a serem empregadas nos Planos de Bacia para cada tema (Água Subterrânea, Mananciais, Expansão Urbana, entre outros)		Trata-se de uma ação que deve ser tratada no âmbito do CBH. A CPLA se propõe a participar dos grupos de discussão.
	167	Gerar e inserir, nos sistemas, informações sobre uso e disponibilidade dos recursos hídricos no meio rural, visando ao estabelecimento de parâmetros para a implementação da cobrança pelo uso da água	DAEE	Necessita não só de disponibilização de recursos financeiros, mas principalmente de decreto específico do Governador.

(cont. – Parte 2 de 5)

Demandas dos Comitês de Bacia Não Atendidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	Justificativas pelo Não Atendimento
CBH-PCJ	177	Mapear a vulnerabilidade à contaminação das águas subterrâneas em escala de maior detalhe	IG	Fora do escopo ou vigência do PERH. Atualmente está se priorizando os estudos em áreas críticas definidas pelo Mapa de Vulnerabilidade do Estado, para a definição de Áreas de Restrição e Controle.
	204	Divulgar os dados da quantidade e qualidade dos recursos hídricos e de operação de reservatórios	CETESB/DAEE/SABESP	Fora do escopo ou vigência do PERH. Dados da rede de monitoramento qualitativa já divulgados na internet, em aprimoramento, através do projeto Infoáguas. Dados SABESP e DAEE também estão disponíveis na Sala de Situação.
	280	Dar suporte à elaboração de planos diretores de drenagem	SSRH	A SSRH elaborou pesquisa de Drenagem (ver site http://www.saneamento.sp.gov.br/CSANDOCs/Pesquisa_Municipal_Drenagem_Documentação_da_Base.pdf).
	290	Delineamento e execução de ações contra enchentes		A SSRH elaborou pesquisa de Drenagem (ver site http://www.saneamento.sp.gov.br/CSANDOCs/Pesquisa_Municipal_Drenagem_Documentação_da_Base.pdf).
	298	Estudos, Projetos e Obras de tratamento do efluente dos sistemas de disposição final dos resíduos sólidos		Os municípios devem atender as Leis e Decretos relativos aos Resíduos Sólidos.
	309	Padronizar procedimentos para aferição das perdas hídricas nos sistemas de abastecimento de água municipais	SSRH	A Coordenadoria de Saneamento não dispõe de recursos humanos e de tempo hábil para atender esta demanda durante a vigência deste PERH.
	373	Elaborar e implementar um programa de prevenção de desastres naturais	DAEE	Fora da atribuição do executor. Essa demanda requer uma análise do comportamento histórico do extravasamento do Sistema Cantareira, sistema este de responsabilidade da SABESP.
	412	Definir as áreas críticas relacionadas ao potencial de contaminação	IG	Fora da atribuição do executor
	414	Desenvolver estudos para delimitação de áreas de restrição e controle de uso e captação das águas subterrâneas		-
	426	Avaliar o potencial de contaminação das águas subterrâneas nas áreas rurais onde não existe rede coletora de esgoto	CETESB	Demanda incompleta, imprecisa ou inconsistente.
	428	Realizar estudos das fontes de poluição pontual e difusa das águas, nas bacias cujo uso preponderante é o abastecimento público ou industrial, considerando o enquadramento e as metas intermediárias propostas pelo plano, a fim de subsidiar a análise dos processos de implantação/ampliação de empreendimentos e as renovações de outorgas e licenças	CETESB	Para o PCJ a meta e o indicador estão atendidos, porém para os outros comitês depende da elaboração da atualização do enquadramento e a definição de metas.
	468	Criar planos de recuperação florestal	SMA	Faz parte de um contexto específico, estando mais associado à atribuição do CBH.
	511	Criar novas Unidades de Conservação para proteção da água e da biodiversidade e regulamentá-las	FF	Não há recursos disponíveis ou previstos . No CBH-PCJ já existem diversas UCs: APAs Corumbatai, Jundiaí, Piracicaba, Juqueri Mirim, Represa Bairro da Usina, Sistema Cantareira, MONA Pedra Grande, PE Itapetinga. As prioridades, portanto, são para outras BHs.
	533	Elaborar estudos e cadastros com a avaliação das condições atuais e as causas das voçorocas	IG	O Instituto Geológico não tem disponibilidade financeira e humana para atendimento da demanda. Não está dentro do planejamento da instituição dentro da vigência do PERH 2012-2015.

(cont. – Parte 3 de 5)

Demandas dos Comitês de Bacia Não Atendidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	Justificativas pelo Não Atendimento
CBH-PCJ	536	Criar mecanismo para acompanhar e encaminhar questões legislativas de interesse da gestão de Recursos Hídricos: Observatório legal e institucional	CBRN	Fora da atribuição do executor. Dirigida à instituição errada, trata de recursos hídricos.
	591	Realizar cursos, seminários de atualização, especialização, e aperfeiçoamento em recursos hídricos	CRHi	Não há recursos disponíveis ou previstos. A prioridade da instituição está em atender o compromisso ID 587 (capacitação geral) e não em atender um público específico.
	636	Desenvolver programa de educação e conscientização para a proteção e uso racional dos recursos subterrâneos	IG	Não há recursos disponíveis ou previstos. O Instituto Geológico não tem disponibilidade para atendimento da demanda.
	250	Desenvolvimento e Implementação do Programa Estadual de Saneamento Rural	SSRH	-
CBH-SJD	427	Definir as áreas críticas relacionadas ao potencial de contaminação por atividade agrícola	CETESB	Fora da atribuição do executor. A CETESB pode contribuir com dado secundário, porém a atividade está mais relacionada ao IG. (Mapeamento de vulnerabilidade à contaminação de água subterrânea)
	534	Elaborar e Implantar o Plano de Controle de Erosão Rural na UGRHI-18	SSRH/SAA	SAA/CATI - Faz parte de um contexto específico sendo a demanda mais associada à atribuição do CBH e dos municípios. A CATI possui projeto piloto, difunde informações e atua como agente técnico desses projetos. SSRH - Fora da atribuição do executor.
	161	Divulgar, em caráter imediato, e aprimorar, no curto e médio prazos, os diversos instrumentos de gestão de recursos hídricos e implementar, no curto prazo, a cobrança pelo uso da água	CRHi	Fora da atribuição da instituição. Implementação da cobrança é atribuição do CBH
CBH-SM	209	Efetuar e aprimorar, de forma continuada, o banco de dados, informações, monitoramento, estudos e pesquisas sobre recursos hídricos (aspectos qualitativos e quantitativos) e temas correlatos (ambiente, saneamento, socioeconomia etc.) da UGRHI-1, como subsídio à gestão dos recursos hídricos pelo CBH-SM	CPLA/CRHi	Faz parte de um contexto específico, estando mais associada à atribuição do CBH. A CPLA/CRHi já disponibilizam os dados de competência de suas respectivas pastas. Cabe aos CBHs implantação dos seus sistemas de informações.
	417	Potencial hidrogeológico da UGRHI-1	IG	Fora do escopo e vigência do PERH. O Instituto Geológico não tem disponibilidade para executar tal projeto.
	578	Promover e incentivar, em caráter permanente, a educação ambiental, com ênfase para os recursos hídricos	CEA	Demandado se coloca como parceiro e não como executor da ação.
CBH-SMG	406	Promover o uso racional das águas subterrâneas estabelecendo perímetro de proteção dos poços	DAEE	Não há recursos disponíveis ou previstos. A partir do levantamento dos projetos CORHI Bacias Leste e Oeste foram definidas áreas para detalhamento: Ribeirão Preto (anterior ao processo), Juruatuba /S.J.Rio Preto (já concluídas) e Bauru/Vale do Paraíba (em execução). Novas áreas dependem de disponibilização de recursos financeiros.
	435	Estudos para delimitar áreas para implantação de Programas de Recuperação Ambiental em áreas de mananciais	FF/APTA	FF - Faz parte de um contexto específico, estando mais associada à atribuição do CBH. A demanda deveria ser tratada no escopo dos Planos de Bacias e cabe aos órgãos demandados fornecer apoio técnico em suas áreas de atuação. APTA - Por ser matéria que deveria ser tratada no Plano de Bacia do comitê em questão, a APTA pode ser parceira do projeto, juntamente com a SMA e apoio financeiro.

(cont. – Parte 4 de 5)

Demandas dos Comitês de Bacia Não Atendidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	Justificativas pelo Não Atendimento
CBH-SMT	268	Desenvolver, normatizar e implantar mecanismos de controle de perdas	SABESP	Demanda confusa pois os valores não são claros e sem horizonte definido. Resultados significativos de programas de redução de perdas, em geral, se dão em horizontes superiores a 10 anos. Somente como informação: os índices de perdas totais e reais (físicas) da Sabesp na sua área operada no Estado de SP, em Dez/12, eram respectivamente 25,7% e 17,2%.
	416	Delimitação da área de restrição na Bacia do Piratibú	DAEE	Não há recursos disponíveis ou previstos. A partir do levantamento dos projetos CORHI Bacias Leste e Oeste foram definidas áreas para detalhamento: Ribeirão Preto (anterior ao processo), Juruatuba /S.J.Rio Preto (já concluídas) e Bauru/Vale do Paraíba (em execução). Novas áreas dependem de disponibilização de recursos financeiros.
CBH-TG	276	Dar suporte técnico e financeiro para elaboração do plano diretor de drenagem rural em todos municípios da UGRHI	CATI	Faz parte de um contexto específico, estando mais associada à atribuição do CBH. O contexto dessa demanda foi perdida devido ao tempo. Atualmente o Plano Diretor de Controle de Erosão Rural já é um instrumento de planejamento do Município, exigido pelo FEHIDRO para o planejamento das ações de combate à erosão e preservação dos corpos d'água. A CATI atuou na elaboração de Termos de Referência e projetos pilotos para tentar normatizar a elaboração do referido plano, além de ser Agente Técnico do FEHIDRO desses projetos, atuando também em caráter de orientação dos tomadores.
CBH-TJ	564	Otimização dos Programas de Pagamento por Serviços Ambientais já existentes no Estado	CBRN	Fora da atribuição do executor. O comitê pode realizar articulações p/ Programas Municipais de PSA ou através de outras parcerias, em articulação com projetos de recuperação ciliar que financie. No momento o projeto de alcance estadual é o PSA Mata Ciliar que poderá ser acessado também na região.
VERTENTE DO PARANAPA-NEMA	10	Criação da Câmara Setorial de Agricultura Irrigada	SAA	Não foi criada a referida Câmara e não há recursos disponíveis ou previstos.
	47	Compatibilizar os instrumentos de gestão entre Paraná e São Paulo	CRHI	Fora das atribuições do executor. Cabe à CRHI acompanhar a implementação dos instrumentos de gestão de RH, na bacia do Paranapanema, dando apoio ao CBH-Paranapanema Federal na Ação descrita.
VERTENTE DO GRANDE	245	Continuidade do Programa Água Limpa (tratamento de esgoto) e ampliação para municípios de até 100 mil habitantes	SSRH	Fora das atribuições do executor. O Programa Água Limpa prevê atendimento para municípios até 50 mil hab. e já não consegue atender a demanda.
	252	Criação de programa para financiamento de saneamento rural (tratamento de esgoto)	SAA	Fora das atribuições do executor. CATI pode ser parceira na difusão de tecnologia, levantamento de demandas/cadastro /informações. Esta Demanda deve ser encaminhada à Saúde/SSRH.
	325	Controle de perdas no sistema de abastecimento de água		Pela descrição da ação não fica clara se a intenção é atuar em sistema de abastecimento ao uso humano no meio, ou em irrigação.
	376	Atualização das bases de dados relativas a áreas de risco, mapas de suscetibilidade, movimentação de massa, mapas de inundação	SSRH	Fora das atribuições do executor.
	469	Visando a Recuperação florestal e o Pagamento por Serviços Ambientais, elaborar plano de conservação florestal e iniciar o desenvolvimento de Projeto Piloto de Pagamento por Serviços Ambientais, por UGRHI da Vertente da Bacia do Rio Grande.	SMA	Faz parte de um contexto específico, estando mais associada à atribuição do CBH. O comitê pode realizar articulações para programas municipais de PSA ou através de outras parcerias, em articulação com projetos de recuperação ciliar que financie. No momento o projeto de alcance estadual é o PSA Mata Ciliar que poderá ser acessado também na região.
	658	Programa de Educação Ambiental para a bacia do Rio Grande		A demanda é inconsistente, a ação proposta não é compatível com sua descrição. Obs: Já existe um decreto de Regulamentação da Política Estadual de Educação Ambiental (Decreto Nº 55.385 de 01.02.2010).
VERTENTE LITORÂNEA	16	Formalização do GT no âmbito do CRH para tratar a gestão integrada de recursos hídricos	CRH	Fora das atribuições do executor. Não se justifica a criação de um GT no âmbito do CRH. A questão pode ser melhor discutida no âmbito do compromisso ID 13 do CORHI.
	430	Realizar estudo para levantar e mapear as fontes de poluição difusa	CETESB	Fora das atribuições do executor. CETESB pode colaborar na elaboração de TR.

(cont. – Parte 5 de 5)

Demandas dos Comitês de Bacia Não Respondidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto
CBH-BPG	178	Realizar monitoramento da qualidade da água	SES
CBH-PARDO	450	Gestão Integrada Estado-Municípios de mananciais de Abastecimento.	Vigilância Sanitária Estadual
CBH-PCJ	361	Fomentar ações de racionalização do uso da água nas atividades industriais	FIESP
	599	Promover a capacitação continuada e a formação na agricultura, indústria e abastecimento público para o reuso, recirculação e processos que economizem a água	
	601	Realizar ações de educação ambiental voltadas ao uso racional da água	
	627	Elaborar, publicar e distribuir materiais educativos em educação ambiental voltados para recursos hídricos.	
	664	Fomentar recursos para financiamento de pesquisas por linhas temáticas	
CBH-SMG	362	Implementar ações que promovam o uso racional da água	FIESP

Demandas das Secretarias de Estado Atendidas Integralmente

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	ID do compromisso que atende a demanda	Andamento do compromisso que atende a demanda
CATI/APTA	140	Programa de incentivo à adequação ambiental das propriedades rurais.	CETESB/DAEE	140	Resolução implementada e procedimentos já estabelecidos. A Resolução que trata destas ações é a SMA/SAA/SDIC 01/2011, atualizada pelas 01/2012 e 02/2012, que simplificou os procedimentos de licenciamento e outorga de propriedades rurais de pequeno impacto ambiental. O efetivo cadastramento terá início em julho de 2013.
CBRN	344	Fomento à sustentabilidade de atividades agropecuárias considerando consumo e proteção da água	CBH-MP	344	(novo compromisso)
	355		CBH-TG	355	(demanda convertida em compromisso)
CEA	577	Formação continuada em recursos hídricos para professores	SEE	576	Atendida pela CGEB. Faltam recursos humanos na SEE para formulação/revisão de material didático específico para Educação Ambiental em Recursos Hídricos. Porém, o curso Comunidade Educadora Sustentável oferece informações e indica materiais importantes, além dos parceiros de diversos comitês. Não contamos com a CEA/SMA. Atendida pela ação 576 da CGEB da Secretaria Estadual da Educação.
	590	Capacitação em recursos hídricos dos técnicos e gestores do SIGRH	CRHi	587	A Ação está em fase de estruturação do TR para contratação.
CETESB	672	Detalhar em escala 1: 50.000 o mapeamento da vulnerabilidade e o risco de poluição das águas subterrâneas	CBH-AP	419	Demanda atendida pelo compromisso 419. Recursos para um Projeto de definição de áreas de restrição serão aprovados pelo Comitê em reunião plenária no dia 01 de agosto de 2013.
	679		CBH-MP	679	(novo compromisso)
CPLA	63	Estudos de compartimentação territorial e delimitação de sub-bacias hidrográficas do Estado	CPLA/IG/CRHi	63	(demanda convertida em compromisso)
	210	Sistematização e criação de banco de dados Gerenciamento Costeiro	CPLA/CRHi	210	(demanda convertida em compromisso)
IG	423	Avaliação das Concentrações de Nitrato no Aquífero Bauru em Áreas Rurais	CETESB	423	Ação concluída. O Projeto CORHI 115/2010 foi realizado para atender essa demanda. Em 2013, foram finalizadas as análises laboratoriais e concluído o relatório técnico.

Demandas das Secretarias de Estado Atendidas Parcialmente

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	ID do compromisso que atende a demanda	Justificativas pelo atendimento parcial e andamento do compromisso que atende a demanda de forma parcial
CATI/APTA	255	Diagnóstico do Saneamento Rural no Estado de São Paulo	SSRH	255	Não será possível atender a demanda, como formulada. Porém a SSRH está desenvolvendo, com recursos FEHIDRO, projeto que atende parcialmente a demanda (para identificação e caracterização de comunidades em até 3 UGRHs). Sugere-se articulação com a CATI para o componente de educação sanitária.
CETESB	684	Detalhar em escala 1: 50.000 o mapeamento da vulnerabilidade e o risco de poluição das águas subterrâneas	CBH-RB	684	Projeto em desenvolvimento pelo CBH-RB. Parcialmente atendida, pois a escala de mapeamento será modificada.

Demandas das Secretarias de Estado Ainda Passíveis de Serem Atendidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	Condicionantes para se poder atender a demanda
CBRN	339	Fomento à sustentabilidade de atividades agropecuárias considerando consumo e proteção da água	CBH-BPG	O CBH solicita esclarecimentos com relação à porcentagem pela CBRN
	345		CBH-PARDO	A cobrança pelo uso da água ainda se encontra em processo de implantação prevista para 2014. A definição do percentual destinado a esta ação depende de deliberação do CBH.
	347		CBH-PP	Depende da implantação efetiva da Cobrança pelo uso da água no âmbito rural, o que traria o assunto a maiores discussões junto às CTs e Plenária do CBH-PP. E ainda abertura de financiamento para este fim.
	350		CBH-SJD	Depende de outro executor. Pode entrar como parceiro. O Comitê destina anualmente parte de seus recursos de investimentos para ações que promovam as gestão de recursos hídricos cabendo aos interessados apresentar proposta e projetos.
	352		CBH-SMG	A deliberação CBH SMG que aprovou a cobrança pelo uso da água, destinou até 20% dos recursos da cobrança para o PDC 5 que engloba esta demanda. Entretanto a implantação da cobrança depende do DAE, ainda não iniciada e portanto ainda não há recurso disponibilizado.
	356		CBH-TJ	Depende de articulação institucional.
	544	Implementação de Projetos de PSA voltados à proteção da água e da biodiversidade	CBH-AP	Segundo o cronograma do CBH-AP a cobrança terá início em janeiro de 2015. A partir de seu início é que será possível avaliar a possibilidade de financiar projetos dessa natureza.
	546		CBH-BPG	O CBH aguarda finalização do processo de cobrança para definir estratégia para implementação de projetos de PSA.
	552		CBH-PARDO	Deve ser dimensionado o projeto. A cobrança pelo uso da água ainda se encontra em processo de implantação prevista para 2014. A definição do percentual destinado a esta ação depende de deliberação do CBH.
	554		CBH-PP	Depende da implantação efetiva da Cobrança pelo uso da água e de negociação junto às CTs e Plenária do CBH-PP para abertura de financiamento.
	556		CBH-RB	Deverá ser objeto de avaliação futura, considerando a indisponibilidade de recursos da Cobrança pelo Uso da Água.
	557		CBH-SJD	Serão destinados à Implantação de Projetos de PSA 20% dos valores arrecadados pela cobrança no CBH-SJD.
	561		CBH-TB	Depende de interação com a instituição demandante e da apresentação de projeto específico para a UGRHI- 16.
	563		CBH-TJ	Depende de articulação institucional. Quanto ao Projeto Pró-Terra, apesar de não ter sido desenvolvido, o CBH-TJ já possui informações para a ação.
CEA	617	Integração e articulação entre as Câmaras Técnicas de Educação Ambiental (ou instâncias equivalentes) dos CBHs	CRH	A proposta será encaminhada pela Secretaria Executiva do CRH para a CTEA.

(Parte 1 de 2)

Demandas das Secretarias de Estado Ainda Passíveis de Serem Atendidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	Condicionantes para se poder atender a demanda
CETESB	671	Detalhar em escala 1:50.000 o mapeamento da vulnerabilidade e o risco de poluição das águas subterrâneas	CBH-ALPA	Demanda necessita de estudo da instituição demandante para melhorar a apresentação da demanda e apresentar valores e prazos melhorados.
	678		CBH-MOGI	Depende de outro executor, pode entrar como parceiro. O CBH Mogi tem interesse em financiar o estudo, no âmbito da UGRHI 09, desde que o tomador do recurso/executor seja a CETESB e que o pedido esteja compreendido nos limites financeiros (verba disponível e teto) dos PDCs 1 e 2.
	680		CBH-PARDO	Depende de outro executor, pode entrar como parceiro. Necessária a contratação de empresa especializada.
	681		CBH-PCJ	Depende de outro executor, pode entrar como parceiro. Convém articular a execução da ação com projetos de entidades com pessoal habilitado, como IG ou DAEE. O CBH-PCJ pode acompanhar iniciativas desta natureza através de sua Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS).
	687		CBH-SMG	Depende de articulação institucional. A ação para o ano de 2013 referente ao Aquífero Bauru, não é de interesse da Bacia, pois não temos esse aquífero na nossa região. Ação para 2015 será debatida na CT de Água Subterrânea e como resultado teremos um Termo de Referência para contratação de um executor, provavelmente durante o ano de 2015. Propomos que a ação abranja o Aquífero Guarani e o Serra Geral, que se destaca na nossa região.
	688		CBH-SMT	Depende de outro executor, pode entrar como parceiro. Todas as UGRHI que estiverem inseridas no Aquífero Guarani, devem ser envolvidas.
	689		CBH-TB	Depende de interação com a instituição demandante e da apresentação de projeto específico para a UGRHI-16.
	691		CBH-TJ	Depende de articulação institucional e da decisão de diretorias de vários órgãos: CETESB, DAEE, IG e outros. O Comitê entende que essa demanda é de alta relevância, face à demanda de água subterrânea na bacia para abastecimento público.

(cont. – Parte 2 de 2)

Demandas das Secretarias de Estado Não Atendidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	Justificativas pelo Não Atendimento
CETESB	336	Fomento à sustentabilidade de atividades agropecuárias considerando consumo e proteção da água	CBH-ALPA	"Não é possível atender na vigência deste PERH. Demanda necessita de estudo da instituição demandante para melhorar a apresentação da demanda e apresentar valores e prazos melhorados."
	337		CBH-AP	"Fora do escopo ou vigência do PERH. A cobrança será iniciada em 2015, e não é possível atender essa ação com os recursos financeiros arrecadados."
	340		CBH-BS	Embora na ocasião do pacto entre as instituições houvesse a intenção de fomentar a sustentabilidade de atividades agropecuárias, a região possui inexpressividade nessa área.
	343		CBH-MOGI	"Não há recursos disponíveis ou previstos. Não constitui ainda meta ou ação prevista no PBH 2008-2014. Poderá vir a fazer parte do 3º PBH do CBH Mogi, mediante participação da equipe da CBRN na elaboração das respectivas propostas."
	346		CBH-PCJ	"Fora da atribuição do executor. Observa-se que: - a priorização de ações elegíveis para obtenção de recursos da cobrança deve obedecer as disposições do Plano de Bacias; - a aplicação de recursos da cobrança federal está vinculada ao plano de aplicação plurianual; - a aplicação de recursos FEHIDRO/Cobrança paulista é objeto de discussões anuais para determinação de regras de distribuição."
	349		CBH-RB	Sugere-se que a CBRN proponha estudos de avaliação dos impactos dos recursos hídricos decorrentes da utilização de insumos agrícolas, pois a irrigação é pouco realizada.
	353		CBH-SMT	"Está fora da atribuição do executor. Demanda relacionada com a Secretaria da Agricultura."
	354		CBH-TB	Não há recursos disponíveis ou previstos.
	466		CRHi	Fora da atribuição do executor, é atribuição da instituição demandante.
	486		CRHi	"Fora da atribuição do executor. Cabe aos CBHs estabelecerem a destinação dos recursos investidos na UGRHI no âmbito dos respectivos PBHs."
CBRN	543	Implementação de Projetos de PSA voltados à proteção da água e da biodiversidade	CBH-ALPA	"Não é possível atender na vigência deste PERH. Demanda necessita de estudo da instituição demandante para melhorar a apresentação da demanda e apresentar valores e prazos melhorados."
	547		CBH-BS	Embora na ocasião do pacto houvesse a intenção de fomentar essa ação, a instituição demandante deverá ser consultada.
	550		CBH-MOGI	"Não há recursos disponíveis ou previstos. Não constitui ainda meta ou ação prevista no PBH 2008-2014. Poderá vir a fazer parte do 3º PBH do CBH-Mogi, mediante participação da equipe da CBRN na elaboração das respectivas propostas."
	551		CBH-MP	"Fora do escopo ou da vigência do PERH. Como os recursos previstos para o PSA estão atrelados aos recursos da cobrança, que só será iniciada em 2015 na UGRHI 17, não haverá tempo hábil para a ação na vigência do PERH."

(Parte 1 de 2)

Demandas das Secretarias de Estado Não Atendidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto	Justificativas pelo Não Atendimento
CBRN	553	Implementação de Projetos de PSA voltados à proteção da água e da biodiversidade	CBH-PCJ	"Fora da atribuição do executor. Observa-se que: - a priorização de ações elegíveis para obtenção de recursos da cobrança deve obedecer as disposições do Plano de Bacias; - a aplicação de recursos da cobrança federal está vinculada a plano de aplicação plurianual; - a aplicação de recursos FEHIDRO/Cobrança paulista é objeto de discussões anuais para determinação de regras de distribuição."
	559		CBH-SMG	A destinação dos recursos da cobrança foi muito discutida e aprovada em deliberação pelo CBH-SMG, referendada pelo CRH, não constando a destinação ao PSA.
	560		CBH-SMT	Parte da demanda é atendida no programa de PSA pelo comitê, que depende de metodologia para definir a porcentagem de recurso a ser empenhado.
	562		CBH-TG	Faz parte de um contexto específico, estando mais associada à atribuição do CBH.
CEA	597	Capacitação e a formação continuada para produtores rurais	CEA	"Fora da atribuição do executor. A CEA não tem no momento nenhum Programa específico de formação continuada de produtores rurais."
	616	Divulgação do PERH para população, com o intuito de aumentar a participação popular e promoção de movimentos de sensibilização da população no entorno de mananciais e outras áreas de especial interesse para a gestão de recursos hídricos	CRHi	"Fora do escopo ou vigência do PERH. A CRHi entende que a estratégia e público propostos não se aplicam a um instrumento como o PERH, em que a participação social se dá por meio de instituições representativas dos diferentes segmentos sociais. Por outro lado, a CRHi já desenvolve ações de comunicação para um público mais amplo (portal SIGRH, boletins, folders, etc). Em se tratando de movimentos de sensibilização, a CRHi pode apoiar, como parceiro, ações da CEA cujo tema envolva recursos hídricos."
	674	Detalhar em escala 1: 50.000 o mapeamento da vulnerabilidade e o risco de poluição das águas subterrâneas	CBH-BPG	Não há recursos disponíveis ou previstos.
	675		CBH-BS	O abastecimento público na Baixada Santista é somente superficial.
CETESB	682		CBH-PP	"Fora da atribuição do executor. Trata-se de atribuição dos órgãos gestores (CETESB e DAEE), sendo que o CBH pode atuar como parceiro abrindo linhas de financiamento para a execução da meta. Observando que no Plano de Bacia do CBH-PP, é previsto 30% do Recurso FEHIDRO para gestão, o que atenderia este tema, desde que haja tomador."
	685		CBH-SJD	Não há recursos disponíveis ou previstos.
	690		CBH-TG	"Não há recursos disponíveis ou previstos. Há necessidade de uma articulação entre CETESB/DAEE/IG e CBH."
CPLA	67	Compatibilizar os Planos de Bacia com o Zoneamento Ecológico-Econômico	CPLA/CRHi	Demanda retirada pelo demandante.
CPLA	211	Definir Diretrizes básicas para sistemas de informações das UGRHs	CPLA/CRHi	Demanda retirada pelo demandante.
IG	212	Definir regras para incorporação dos dados existentes	CPLA/CRHi	Demanda retirada pelo demandante.
	370	Elaborar o Mapa Regional (escala 1:50 mil) de riscos de escorregamentos, inundação, erosão e colapso dos solos do Estado de São Paulo	CPLA	"Não há recursos disponíveis ou previstos. Ação a ser desenvolvida pelo IG após conclusão do compromisso ID 63."
	403	Cadastro de empresas de perfuração	SMA	Demanda retirada pelo demandante.
SES	141	Integração de sistemas, atos e procedimentos de Meio Ambiente, Saneamento e Saúde para gestão de Recursos Hídricos	CORHi	"Não há recursos disponíveis ou previstos. O principal requisito é adequar os bancos de dados das instituições para a exportação de dados (sistemas SIBH e Infoáguas, este último compromisso 126 da CETESB). Essa tem sido a priorização das instituições integrantes do CORHi. Uma integração em escala maior (incluindo os sistemas de Saúde) poderá ser objeto do próximo Plano (2016-2019)."

(cont. – Parte 2 de 2)

Demandas das Secretarias de Estado Não Respondidas

Instituição Demandante	ID da demanda	Título da demanda	Executor Proposto
CBRN	338	Fomento à sustentabilidade de atividades agropecuárias considerando consumo e proteção da água	CBH-AT
	341		CBH-BT
	342		CBH-LN
	348		CBH-PS
	351		CBH-SM
	545	Implementação de Projetos de PSA voltados à proteção da água e da biodiversidade	CBH-AT
	548		CBH-BT
	549		CBH-LN
	555		CBH-PS
	558		CBH-SM
CETESB	673	Detalhar em escala 1: 50.000 o mapeamento da vulnerabilidade e o risco de poluição das águas subterrâneas	CBH-AT
	676		CBH-BT
	677		CBH-LN
	683		CBH-PS
	686		CBH-SM

Para verificar a abrangência do PERH 2012-2015 no que se refere aos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos previstos na Lei federal 9433/1997 e na Lei estadual 7663/1991, procedeu-se a classificação dos Compromissos conforme descrito abaixo:

- **Cobrança pelo uso de recursos hídricos:** Compromissos e Demandas relativos à Cobrança, incluindo sistema informatizado e capacitação específicos para este instrumento;
- **Enquadramento dos corpos d'água em classes:** Compromissos e Demandas relativos a diagnóstico específico e estudo de fundamentação ou a capacitação específica em enquadramento;
- **Outorga de direitos de uso de recursos hídricos:** Compromissos e Demandas relativos à Outorga, incluindo sistema informatizado e capacitação específicos para este instrumento;
- **Planos de Recursos Hídricos e Relatório de Situação:** Compromissos e Demandas relativos a estudos-base para planejamento ou a estudos-diagnóstico de Demanda, de disponibilidade, de qualidade, de aproveitamento para usos múltiplos ou de delimitação de áreas de restrições ao uso da água (por questões de qualidade ou de balanço), e relativos a ações de implementação e de acompanhamento dos planos. Inclui ações de capacitação e comunicação específicas para este instrumento;
- **Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos:** Compromissos e Demandas relativos à base de dados digitais (alfanuméricos e/ou georreferenciados) - incluindo SinFEHIDRO e Portal SIGRH - e a Sistemas de Suporte a Decisão para gestão de recursos hídricos. Inclui ações de capacitação específica em Sistema de Informação (SI) ou Sistema de Informação Georreferenciada (SIG).

Como outros Compromissos do PERH se referem à gestão de recursos hídricos, porém não se enquadram nos instrumentos previstos na legislação, estes foram classificados em:

- **Capacitação/Educação/Comunicação:** Compromissos e Demandas relativos à capacitação em recursos hídricos (formal ou não formal) para técnicos e/ou sociedade, a eventos (seminário, simpósio, oficina, congresso, encontro, etc.) e a publicações em diferentes mídias.
- **Conservação, preservação e recuperação de vegetação:** Compromissos e Demandas relativos a diagnóstico ou mapeamento de vegetação, a projetos de reflorestamento/revegetação, projetos de PSA ou de desenvolvimento tecnológico e projetos em UCs (APP, RPPN, APRM, APM, etc.);
- **Desenvolvimento Institucional:** Compromissos e Demandas relativos a ações de articulação institucional (articulação entre as instâncias e/ou entre os segmentos do SIGRH, e/ou entre órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal); a gestão de conflitos (identificação e negociação de conflitos); a ações/atividades gerais de planejamento para gestão dos recursos hídricos (ações/atividades de implementação do PBH ou PERH); a infraestrutura física e/ou ferramenta administrativo-gerencial para instituições do SIGRH (p.ex. FEHIDRO, bem móvel ou imóvel, sistema administrativo informatizado);
- **Monitoramento quali-quantitativo das águas:** Compromissos e Demandas relativos à infraestrutura de rede de monitoramento e/ou infraestrutura de análise qualitativa das águas, incluindo sistema informatizado e capacitação específicos para monitoramento.
- **Saneamento básico:** Compromissos relativos a obras, equipamentos ou a estudo/projeto para drenagem urbana, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e abastecimento de água e aos Planos Diretores de Saneamento, incluindo sistema de informações e capacitação específicos em saneamento;
- **Uso, ocupação, conservação e recuperação do solo:** Compromissos e Demandas relativos a controle de erosão e de assoreamento, a diagnóstico ou mapeamento de uso/ocupação do solo, incluindo capacitação específica em conservação e recuperação do solo;
- **Usos Múltiplos:** Compromissos e Demandas relativos à infraestrutura física, obras e equipamentos voltados à promoção do uso racional e múltiplo dos recursos hídricos e a capacitação em práticas e tecnologias de racionalização do uso da água.

Fotos Wikimedia Commons

Foto da capa Cesar Fernandes Casella

Revisão Neusa Lucia Fornasier

Tratamento de imagens Leandro Branco

Projeto gráfico e editoração eletrônica Teresa Lucinda Ferreira de Andrade

CTP, Impressão e Acabamento Imprensa Oficial do Estado de São Paulo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS